

**E Agora Portugal...
O Novo Acordo ortografico – uma Ponte
Entre o Brasil e Portugal ou uma Batalha Linguística?**

Silvania Gomes de Arruda

**Trabalho de Projecto
de Mestrado em Ciências da Linguagem**

Setembro de 2011

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem, realizada sob a orientação
científica da Professora Doutora Fernanda Miranda Menéndez

Dedicatória pessoal

*A minha mãe por tudo o que fez e faz por mim.
A minha avó e ao meu pai que já não estão entre nós
mas eu sei que estão orgulhosos desta minha trajetória.
Ao meu esposo por toda a sua paciência, amor,
respeito e incentivo em toda as minhas conquistas.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o meu mais sincero obrigado à professora Fernanda Miranda Menéndez, pela paciência, pela ajuda e amizade que sempre dedicou.

Ao coordenador do curso, professor João Costa, pelo profissionalismo, pela atenção e paciência dedicada.

Aos professores do curso, pelo incentivo e pela dedicação, direta ou indiretamente, para conclusão dos trabalhos apresentados de forma paciente e atenciosa sempre que precisei.

À minha mãe, meus irmãos e sobrinhos por me apoiarem todos os dias.

Ao meu esposo e toda sua família, que me receberam de braços abertos e proporcionaram muita ajuda e apoio.

Aos amigos do curso, Lucinéia, Mafalda e David, pela trajetória nas horas das atividades e pelo incentivo.

A todos que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

Em último, mas não menos, a Deus, pela oferta de saúde e força de vontade, para realizar o meu ideal e enfrentar todos os obstáculos durante o curso de Mestrado.

RESUMO

O presente projeto tem por objectivo analisar os discursos polêmicos a favor e contra do Novo Acordo Ortográfico, e de contarmos a conturbada história dos acordos e desacordos ortográficos entre o Brasil e Portugal. Nosso corpus consiste em discursos considerados de polêmicos no Brasil e Portugal.

Devido ao altíssimo grau de argumentos que são trazidos pelos autores, analisamos seis discursos a favor e seis contra através de autores Brasileiros e Portugueses. Para realização dessas análises, utilizamos como referencial teórico a teoria francesa de Análise do Discurso.

O nosso projeto de pesquisa aqui realizado, pretende não só apresentar a análise dos discursos polêmicos, mas também servir de ponto de partida para um estudo mais aprofundado, e necessariamente mais completo, visto que, muitos discursos e marcas argumentativas poderão servir de análise para outra vertente.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Acordo Ortográfico, discurso polêmico, marcas argumentativas, Brasil e Portugal, história dos acordos.

ABSTRACT

This project aims to analyze the polemic speeches for and against the New Orthographic Agreement, and tell the troubled history of spelling agreements and disagreements between Brazil and Portugal. The *corpus* consists of speeches considered controversial in Brazil and Portugal.

Due to the high degree of arguments that have been brought to light by different authors, we analyzed six speeches in favour and six against through the Brazilian and Portuguese authors. To carry out these analyses, it was used as theoretical referential the French theory: Discourse Analysis.

The current research project pretends not only to present an analysis of the polemic, but also serve as a starting point for further study, necessarily more complete, since many brands and argumentative discourse analysis may serve for another strand.

KEYWORDS: New Orthographic Agreement, controversial speech, argumentative marks, Brazil and Portugal, history of the agreements.

E agora, Portugal...?
O Novo Acordo Ortográfico - uma Ponte Entre o
Brasil e Portugal ou uma Batalha Linguística?

Silvania Gomes de Arruda

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: A História Dos Acordos Ortográficos	4
I. 1. Breve esboço da História Ortográfica	
I. 2. A Ortografia uma Convenção Social	12
Capítulo II: O Discurso a Favor e Contra o Novo Acordo Ortográfico em PT vs BR.....	18
II. 1. Os discursos Polêmicos entre Portugal e Brasil	
II. 2. Discurso a Favor do Acordo ortográfico em PORTUGAL.....	18
II. 3. Discurso a Favor do Acordo ortográfico no BRASIL.....	32
II. 4. Elementos Linguístico-Discursivos preferenciais nos Discursos A Favor do Acordo em Portuga e no Brasil.....	44
II. 5. Elementos Linguístico-Discursivos preferenciais nos Discursos Contra o Acordo Ortográfico em Portugal e no Brasil.....	45
Conclusão.....	47
Bibliografia.....	51
Lista de Tabelas	64
Anexo A.....	I
Anexo B	XXV

E agora, Portugal...?

O Novo Acordo Ortográfico - uma Ponte Entre o
Brasil e Portugal ou uma Batalha Linguística?

Introdução:

O português, língua românica que tem uma tradição escrita com mais de oitocentos anos, tem sido ao longo de vários séculos objeto de discussões, polémicas e projectos discutidos em torno dos princípios que deveriam dar forma à ortografia. (cf. Gonçalves, 2008)

No entanto, esta só foi objecto de uma normalização em 1911. O governo da Primeira República portuguesa encomendou-a a uma Comissão de filólogos, sem levar em consideração o Brasil, país independente desde 1822, que já tinha sua Academia Brasileira de Letras.

Porém, não é menos contraditório que a língua portuguesa tenha, até hoje, não uma, mas duas ortografias oficiais: a portuguesa e a brasileira, apesar das várias tentativas de “aproximação” ao longo do século XX.

Atualmente, a situação ortográfica é ainda mais complicada, visto que aos dois países juntaram-se outros seis, antigas colônias portuguesas, que também integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor-Leste. (cf. Gonçalves, idem)

A ortografia portuguesa simplificada comemora cem anos em 2011. Um século marcado por um “desacordo” ortográfico que se contemporiza até os dias atuais. De facto, no Brasil o novo Acordo Ortográfico está vigente desde 01 de Janeiro de 2009, mas em Portugal, mesmo que o texto tenha sido assinado e publicado em Diário da República, a sua aceitação é lenta, embora venha sendo usado em algumas colunas jornalísticas com avisos em nota de rodapé: “*Coluna segundo as regras do Acordo Ortográfico*” (cf. ex. do escritor Francisco José Viegas - Correio da Manhã, 03/05/2011, p.41).

Em tal contexto, o acontecimento dos cem anos da ortografia portuguesa simplificada propicia uma reflexão a propósito da ortografia portuguesa e, em particular, sobre a *Ortografia Nacional* (1904) de Gonçalves Viana, a quem se devem os contornos essenciais da atual ortografia do português.

É evidente que não devemos deixar de citar Fernando Pessoa (1888-1935) poeta e escritor português quando se posiciona sobre a uniformização da ortografia, “*o argumento da uniformização é uma coisa, a base em que uniformizar é uma outra. Sobre as vantagens da uniformização ortográfica estamos, creio, todos de acordo; não o estamos sobre a ortografia que haja de ser a uniforme*”. (*A Língua Portuguesa*, publicação, 1997:89)

Antonio Emiliano professor doutor em linguística faz referência em seu livro “*Fim da Ortografia*” (2008:5), que a ‘língua comum’ deve ser ‘defendida’ através de uma reforma ortográfica imposta por um tratado internacional e por decreto. Ainda ressalta com a seguinte afirmação: “*a existência de uma ‘língua portuguesa comum’ ou, melhor, a pertinência deste conceito – vago e impreciso – para a análise linguística e a elaboração e implementação de uma política de língua é aspecto controverso e não linear*”.

Segundo o MEC (Ministério da Educação e Cultura) ¹, o principal objectivo do acordo ortográfico elaborado em 1990 e ratificado pelo Brasil em 2004 é de: “*unificar a ortografia da língua portuguesa que, atualmente, é o único idioma do ocidente que tem duas grafias oficiais – a do Brasil e a de Portugal*”.

O MEC relata que, “*com o acordo, as diferenças ortográficas existentes entre o português do Brasil e o de Portugal serão resolvidas em 98%. A unificação da ortografia acarretará alterações na forma de escrita em 1.6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5%, no Brasil*”. Sabemos que uma ortografia a 100% é difícil, mas não impossível, porém, o Brasil e Portugal terão que abrir mão dos seus preconceitos linguísticos.

Temos oito países que possuem o português como língua oficial: “*Angola (16,8 milhões), Brasil (191,3 milhões), Cabo Verde (530 mil), Guiné-Bissau(1,7 milhões), Moçambique (20,5 milhões), Portugal (10,6 milhões), São Tomé e Príncipe (157 mil), e Timor Leste (1,1 milhões)*, que juntos, totalizam uma população de cerca de 230 milhões de falantes”².

A unificação facilitará a circulação de materiais, como documentos oficiais e livros, entre esses países, sem que seja necessário fazer uma “tradução” do material. Além disso, o facto de haver duas grafias oficiais dificulta o estabelecimento do português como um dos idiomas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹ Do Brasil.

² Fonte: Almanaque Abril 2008. São Paulo: Abril, 2008.

O professor Ivo Castro e a professora Inês Duarte (1987), em seu livro *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, tratam de vários aspectos dos acordos e (desacordos), que ocorreram até o ano de 1987. Neste livro os autores apresentam sete teses sobre a Ortografia Portuguesa.

Sendo assim, escolhemos a primeira tese por ter pontos esclarecedores sobre uma reforma ortográfica:

“A realização de uma Reforma Ortográfica deve ter como suporte os conhecimentos actuais sobre o sistema fonológico e a estrutura morfológica de uma língua e sobre o modo como processamos a informação escrita. Neste aspecto, a Reforma de 1911 é um trabalho modelar que envolveu os grandes filólogos, gramáticos e <<linguistas>> do tempo, e pôde, deste modo, ter como base os conhecimentos diversificados mais actualizados da época.” (p.7)

Como diz o texto oficial do acordo, “[este]... constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional”³.

Alguns diplomatas costumam apresentar o Acordo como uma unificação da língua. É evidente que é um grande equívoco. O Acordo não mexe na língua – nem poderia, já que a língua não é passível de ser alterada por leis, decretos e acordo – ele apenas unifica a ortografia “parcialmente”. (cf. Faraco, 2009)

Sabemos que existem opiniões a favor e contra os argumentos encontrados para o Novo Acordo Ortográfico. Convém refletir no que significa “prestígio internacional” da língua, não esquecendo que o povo precisa dessa decisão para proclamar a sua própria escolha...

Neste projecto de investigação sobre os discursos produzidos no âmbito dos acordos ortográficos para o Português, vamos fazer referência a diferentes propostas ortográficas e analisaremos alguns textos relacionados com o atual acordo⁴.

³ Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

⁴ Por motivo de espaço, as análises do movimento contra o acordo encontram-se em anexo.

I: A História dos Acordos Ortográficos

I. 1. Breve esboço da História Ortográfica

A partir de leituras feitas, iremos apresentar uma linha do tempo onde ocorrem as mudanças ortográficas da língua portuguesa ao longo da história.

A história da ortografia portuguesa pode dividir-se em três períodos distintos: o primeiro período é o chamado *fonético*, que começa no século XIII e vai até meados do século XVI; o segundo período é o chamado *pseudo-etimológico* que vai do Renascimento e abrange os séculos XVI, XVII e XVIII até 1911; o terceiro período é chamado por alguns estudiosos de: *simplificado*, *moderno* ou *histórico-ciêntifico* que abrange séculos XX até os dias atuais. Este período caracteriza-se pela elaboração de vários acordos ortográficos. (Castro, 1987:201)

O primeiro período começa com os primeiros documentos redigidos em português no século XIII e vai até meados do século XVI. Nesta época, a escrita é feita através de reproduções dos sons da fala para facilitar a leitura: a duplicação das vogais indica sílaba tônica: (*ceeo* = *céu*, *dooe* = *dói*); a nasalização das vogais é representada pelo **til** (*manhãas* = *manhãs*), por **dois acentos** (*máaos* = *mãos*) e por **m** e **n** (*omde* = *onde*; *senpre* = *sempre*); o **i** pode ser substituído por **y** ou **j** (*ay* = *ai*; *mjnas* = *minhas*).

Neste contexto não ocorre uma padronização das palavras. Assim, aparecem grafadas de modos diferentes: *ygreja*, *eygrya*, *eygleyga*, *iegreia*, *eygreia* (= igreja); *home*, *homee*, *ome*, *omee* (= homem). (Editora Moderna, 2008 - *Guia do Acordo ortográfico*)

Nesta época defendia-se que a escrita deveria estar mais próxima dos sons da fala. Nos documentos mais antigos, verifica-se é uma grafia fonética.

De alguma forma, a ortografia manteve-se em certos casos retrógrada em relação à revolução da pronúncia das palavras, como em **leer** (ler) e **teer** (ter). E no decorrer do tempo, com o Renascimento, esta simplicidade foi desaparecendo por causa da influência do Latim. Ocorre um enriquecimento do léxico português, e passam a ser valorizadas formas gráficas restauradas, com base no latim, por exemplo: *regno* (*reino*) e *fructo* (*fruto*). (Cardoso, 2005)

A partir da segunda metade do século XVI, temos o segundo período que é chamado *pseudo-etimológico*: a língua portuguesa sofre influência do latim e da cultura grega, graças ao Renascimento e à necessidade de valorização do idioma.

Assim, temos algumas dessas influências: **ph, th, ch, rh** e **y**, que representavam fonemas gregos: *philosophia, teatro, chimica (química), reumatismo, martyr, sepulchro, thesouro, lyrio*; consoantes mudas: *septembro, enxucto, maligno*; consoantes duplas: *approximar, immundos*. (Editora Moderna, 2008- *Guia do Acordo ortográfico*)

Fernando Pessoa em seu livro “*A Língua Portuguesa*” (1997:75), diz que: “*a ortografia etimológica é a expressão gráfica da continuidade da nossa civilização e da nossa cultura com a civilização e a cultura dos gregos e dos romanos, em que aqueles tiveram origem e têm vida*”.

Cedo, começou a haver reações simplificadoras: é o caso de, Duarte Nunes de Leão, um dos primeiros gramáticos portugueses, que reprova a ortografia pseudo-etimológica, publicando no ano de 1576 a “*Orthographia da Lingoa Portuguesa*”. Segundo o autor, estava tentando melhorar a “*scriptura*” que andava “*mui depravada*”. Então, passam a respeitar-se as letras originárias das palavras, isto é, sua origem etimológica. (Cardoso, 2005)

Outro gramático que se opôs a esta ortografia complicada foi Álvaro Ferreira de Vera em “*Orthographia ou Arte para Escrever Certo na Língua Portuguesa*” (1633), que criticou o desrespeito a pronúncia na escrita. (Cardoso, 2005)

Também D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), no século XVII, teve destaque pela sua obra “*Segundas Três Musas do Melodino*”, publicada em 1665 que apresenta uma ortografia simplificada, grafando **f** em vez de **ph**, e substituindo o dígrafo **ch**, com o som de /k/ por **qu** (*farmacia-pharmacia; Aquiles-Achilles*). (Ribeiro, 2000)

No século XVIII, vários autores propõem regras ortográficas, destacando-se a proposta de Luís António Verney, que em “*O Verdadeiro Método de Estudar*” (1746), propõe uma ortografia simplificada. Usando precisamente essa mesma ortografia, Verney fazia desta sua obra um exemplo a seguir. Criticou o emprego das letras dobradas (quando não pronunciadas), o uso de **c** antes **t**, do **ch** por /k/. Achava ainda que consoantes não pronunciadas como **g** e **h** deveriam simplesmente desaparecer.

No início do século XIX, o escritor Almeida Garrett defende a simplificação da escrita e crítica a ausência de normas que regularizam a ortografia. Também António de Moraes Silva, no prefácio de seu Dicionário da Língua Portuguesa (7ª edição, Lisboa,

1877), diz que a falta de uma ortografia fixa causava muitas oscilações e trazia, sem dúvida, muitos problemas ao dicionarista. (Carvalho, 2008)

E seguindo este pensamento, muitos outros escritores, entre os quais Castilho, defendiam uma ortografia simplificada. Já no final do século XIX, cada um escreve da maneira que acha mais adequada. (Cardoso, 2005)

O século XX começou com a ortografia afundada na mais perfeita desordem. Escrevia-se de acordo com suas próprias ideias, ou seja, havia praticamente uma ortografia para cada escritor. Começa o terceiro período chamado de *simplificado* ou dos *acordos* ou “desacordos” *ortográficos*.

Gonçalves Viana, o filólogo, foneticista e lexicólogo português, apresentou em 1904 um volume intitulado “*Ortografia Nacional*”. Neste, o estudioso apresenta proposta de simplificar a ortografia.

As regras apresentadas por Gonçalves Viana estão muito próximas das que vigoram hoje. Basicamente eram as seguintes: 1) *supressão de todos os símbolos da etimologia grega: th, ph, ch (=k), Rh e y*; 2) *redução das consoantes dobradas, com exceção de rr e ss*; 3) *eliminação das consoantes nulas, quando não influíssem na pronúncia da vogal anterior*; 4) *regularização da acentuação gráfica*.

Ele próprio tinha o conhecimento que se tratava de um grande desafio. Afinal, valorizar aspectos da fala, afastando-se do latim, tornava a língua mais popular. É evidente que essa simplificação iria desagradar aos intelectuais.

No entanto, Gonçalves Viana não cedeu às críticas, ao contrário, enfrentou-as dizendo que a ortografia etimológica “*é uma superstição herdada, um erro científico, filho de um pedantismo que (...) assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica*”. Para ele, o domínio da escrita deveria atingir o maior número possível de pessoas: quem soubesse ler, teria que saber escrever. (Cardoso, 2005).

Em 1907, as influências de Gonçalves Viana já haviam chegado ao Brasil. Ocorrendo uma proposta de reforma ortográfica do jornalista, professor, político e escritor brasileiro Medeiros e Albuquerque. Ruy Barbosa e Silvio Romero apresentam um contra-projeto à Academia Brasileira de Letras.

Em consequência, a Academia Brasileira de Letras (ABL) aprova o projecto de reformulação ortográfica de Medeiros e Albuquerque, com algumas divergências da proposta de Gonçalves Viana, na acentuação gráfica, que é muito aliviada, no uso de **z** em vez de **-s-** intervocálico (*Brazil, caza*) e de **-s** final de oxítonos (*quiz, portuguez*); além disso, uniformiza o uso das consoantes mudas (**çç, ct, pç, pt**), substitui o **g** palatal

medial por **j**, mas conserva-o em posição inicial, e isentam as palavras de origem tupi de seguir estas regras. Dessa forma, o Brasil se antecipava modernizando a ortografia, em 12 regras. (Castro, 1987:207)

Em 1911, Portugal oficializa a *nova ortografia*, com pequenas modificações, também, da proposta de Gonçalves Viana. Só adotada em Portugal a partir de 1916, onde se inaugurou a época das reformas, esta reforma não foi precedida de contatos com o Brasil, que não a aceitou. É claro que ocorreram resistências por parte de alguns em Portugal, mas a maior polêmica em sua volta estalou no Brasil, onde já há algum tempo existia uma forte corrente *foneticista* que lutava pela simplificação ortográfica. (Castro, 1987:203 e 209)

A Academia das Ciências de Lisboa convida a Academia Brasileira de Letras para colaborar na reforma ortográfica, em 1912. Neste mesmo ano, João Ribeiro redigiu a regulamentação deste projecto, aprovado em 1907, e, em 1915 é aprovada a proposta do professor, filólogo e poeta Silva Ramos que ajusta a reforma ortográfica brasileira aos padrões da reforma portuguesa de 1911. (Castro, 1987:209)

Porém, em 1919, a ABL volta atrás e revoga o projecto de 1907, ou seja, não há mais reforma. Mas o facto da reforma de 1911 ter sido feita sem qualquer intervenção do Brasil, motivou que, durante anos, os dois países utilizassem ortografias complementemente diferentes: Portugal, com a ortografia moderna e o Brasil ainda com a ortografia pseudo-etimológica. (Ribeiro, 2000)

No entanto, é visível o interesse que os Governos do Brasil e Portugal sentem em encontrar uma norma ortográfica em comum. Reúnem pela primeira vez o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, que vai até o Brasil, por delegação do governo português, para propor um acordo ortográfico entre as duas Academias. Em 1931, as duas Academias assinam acordo para unir as ortografias dos dois países. Em 1933, o Governo brasileiro oficializa o acordo de 1931. (Castro, 1987:210/211)

Entretanto, o vaivém ortográfico não parava por aí. Em 1934, a Constituição Brasileira revoga o acordo de 1931, e estabelece a volta das regras ortográficas de 1891, ou seja, ortografia voltaria a ser grafado com **ph** e **th** (orthographia), em pleno século XX. Professores, escritores, juristas e até a própria ABL clamavam contra esse infeliz decreto. Protestos generalizados, porém, fazem com que essa ortografia seja considerada optativa. Só em 1938 a paz ortográfica é restabelecida com a volta do acordo de 1931. (Editora Moderna, 2008 - Guia do Acordo ortográfico)

Em 1943, foi redigida a primeira Convenção Ortográfica Luso-Brasileira que retoma, com pequenas modificações, o acordo Inter-Acadêmico de 1931, que se transformou no Formulário Ortográfico de 1943. Com o objetivo de <<*assegurar a defesa, expansão e prestígio da Língua Portuguesa no Mundo e regular por mútuo acordo e de modo estável o respectivo sistema ortográfico*>>. (Castro, 1987:212)

Finalmente em 1945, termina a Conferência Inter-Acadêmica com assinatura do protocolo de conferência. As divergências na interpretação de regras resultam no Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro. Tendo como características principais de *unificação ortográfica luso-brasileira, com exclusão de grafias duplas, a simplificação dos acentos, a abolição do trema e das letras k, w, y, a redução do uso do apóstrofo*. (Castro, 1987:213)

É preciso ter em conta que as críticas foram muitas e mais do Brasil, onde se achava que os negociadores brasileiros tinham sido demasiado influenciados pelos portugueses. De acordo com a declaração de A. Houaiss, *Folha de S. Paulo*, 11.5.86, <<*Sentimos que a ortografia de 1945 era lusitanizante*>>. Em Portugal, as normas vigoram, mas o Brasil mantém a ortografia de 1943. (Castro 1987:203)

Só foram propagadas as alterações, em 1971, reduzindo as divergências ortográficas entre o Brasil e Portugal. O governo português alterou algumas regras da ortografia de 1945, numa tentativa de unificação da ortografia entre as duas Academias a de Lisboa e do Brasil, como por exemplo: *abolição do trema nos hiatos átonos:(saudade, vaidade); suspensão do acento circunflexo diferencial nas letras e e o da sílaba tônica das palavras homógrafas, com exceção de pôde em oposição a pode:(almôço, ele, endereço, gosto)*.

Só em 1973 o Governo Português decreta a *eliminação dos acentos circunflexos e graves que marcavam a sílaba subtônica nos vocábulos derivados com sufixo –mente ou iniciados por –z-:(bebêzinho, vovôzinho, sôzinho, sômente, ùltimamente)*. (Xavier, 2010:177)

Em 1975, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras conduzem a um projecto do Acordo Ortográfico, cujo trabalho foi iniciado em 1971. Antônio Houaiss chamou-lhe “*um acordo de princípios [...]*”, que presumia que se tramitasse para a transformação desse acordo em lei. É evidente que não foi aprovado oficialmente, isso porque Portugal entrava no período da Revolução dos Cravos e, no Brasil, o período não era muito democrático para se pensar nessas coisas. Este foi o projeto que serviu de base às negociações de 1986. (Castro, 1987:216/217)

Mas devido às polêmicas e fortes reações contrárias da população de Portugal e Brasil novamente a tão preconizada unificação não foi aprovada. Caso essa proposta tivesse sido aprovada teria unificado quase que em 100% a ortografia do português. Neste mesmo ano, tornam-se independentes as colônias portuguesas na África (São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique), que farão parte dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (Silva, 2011)

Uma comissão de Linguístas em 1985 foi encarregada pelo governo brasileiro de elaborar as <<Directrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa>>. A comissão inclui entre as suas recomendações uma referência à questão ortográfica, na perspectiva do encontro previsto para Maio do ano seguinte:

“A questão ortográfica apresenta-se, ‘in limine’, como uma opção de política lingüística: ou bem se abandona a busca da unidade ortográfica da lusofonia, ou bem se envereda por nova simplificação “brasileira”. A hipótese peca por falta de cientificidade: é que não leva em conta que qualquer ortografia é sistema convencional com características próprias inscritas num processo histórico, grafemático, que instaura a possibilidade e necessidade de regras universalistas para a língua a que se refere; esta, quanto mais for extensa pelo número de seus usuários e pelos territórios em que for falada e escrita, tanto mais terá de ter um sistema ortográfico acima das variações nacionais, regionais ou locais. Desse modo, reconheça-se que um sem-número de projectos ‘simplificadores’ devem ser rejeitados.

Em contrapartida, emerge, nesta altura da história cultural de nossa língua, a imperativa necessidade de superar a anomalia de nossa língua de cultura como única a ter duas ortografias oficiais, que criam prejuízos para lusofonia, tanto em âmbito particularista quanto em âmbito internacional: sofrem com essa dualidade a editoração, a difusão de obras dentro do espaço da mesma língua, as relações comerciais, econômicas, culturais, diplomáticas e políticas entre luso-fônicos, e entre o mundo e a lusofonia. Daí a conveniência geral de promover a unificação do sistema ortográfico da língua portuguesa, língua oficial comum a Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Brasil.

Atende-se, também, que as ‘dificuldades’ de um sistema ortográfico podem fazer-se virtualidades para o bom domínio da língua de cultura: é que não se ‘facilita’ o aprendizado de uma língua de cultura pela mera simplificação ortográfica. É fundamental ensinar, desde a alfabetização inicial, que o sistema fonológico comum não pode coincidir univocamente com as regras convencionais da escrita. É necessário, assim, que os alfabetizadores sejam iniciados em noções de fonética e fonologia, para poderem conciliar as diferenças dos dois sistemas. “Convém, por fim, desde cedo, ressaltar as próprias coerências do sistema ortográfico quando se lida com os cognatos.” (Castro, 1987:217/218)

O Presidente do Brasil, José Sarney, em 1986, promove uma reunião de representantes dos sete países de língua portuguesa no Rio de Janeiro, que pela primeira vez iriam juntos tentar estabelecer um acordo ortográfico. Esse acordo iria ser elaborado sobre as Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945, a partir do qual foi elaborado um Novo Acordo Ortográfico.

No entanto, o projecto foi considerado muito radical, por propor a supressão dos acentos nas proparoxítonas e paroxítonas. É claro que foi rejeitado, principalmente por Portugal, e condenado ao fracasso. (Cardoso, 2005)

Depois de muitas críticas dos intelectuais e linguístas num contexto geral, em 1990, surge o Acordo de Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal para a Lusofonia, nova versão do documento de 1986, que só é aprovado oficialmente em 1995. Assim, surge o documento de 1990, que passa a ser reconhecido como Acordo Ortográfico de 1995.

O Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa surge em 1998, ficando estabelecido que todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁵, devem ratificar as normas propostas no Acordo Ortográfico de 1995 para que seja implantado. Apenas o Brasil, Cabo Verde e Portugal, ratificam o acordo.

Só em 2004, com a aprovação do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, fica determinado que seja apenas necessária a ratificação de três membros para o acordo entrar em vigor. No mesmo ano, o Brasil ratifica o acordo. Dada a situação em 2006, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ratificam o documento, possibilitando a vigoração do acordo. Finalmente, em 2008, Portugal aprova o Acordo Ortográfico.

Construímos uma tabela⁶ que consiste numa cronologia da história da ortografia portuguesa, que consideramos importante ressaltar nesta pesquisa. Foram retirados dados que achamos necessários para este relato, conforme Ivo Castro e Isabel Leiria, (1987: 204 – 218).

Conforme Tavares (2010), através da cronologia da história da ortografia portuguesa pode-se perceber que a língua portuguesa tem dois sistemas ortográficos: o

⁵ De nota que a partir de 2002, Timor Leste passou a fazer parte desta comunidade.

⁶ A tabela 1 encontra-se junta em anexo.

português e o brasileiro. É, portanto, o único idioma do ocidente que tem duas grafias oficiais. Isso ocorre porque Portugal adotou o acordo de 1945, mas o Brasil voltou ao acordo de 1943.

As diferenças entre elas não impedem a compreensão dos textos escritos nas duas ortografias, mas, no entanto, considera-se que aumentam os custos editoriais, pois publica-se, por exemplo, um livro em duas impressões diferentes, assim se gasta mais.

Conforme Silva (2011), a principal intenção do Novo Acordo é a unificação da ortografia da Língua Portuguesa na *Norma Culta*. Assim, pretende-se acabar com as duas ortografias oficiais, a brasileira e a lusitana. Quando levamos em conta toda a trajetória dos encontros e *desencontros* para assinar um acordo ortográfico, os factos falam por si - são “*maléficos*” para o prestígio internacional da Língua Portuguesa.

Quando pensamos na Língua Portuguesa em relação ao mundo, deparamo-nos com um grande atraso. Por exemplo, quem precisa aprender a Língua Portuguesa tem que fazer uma escolha entre estudar o Português do Brasil (PB) ou de Portugal (PE). Isto é um motivo que leva ao desprestígio de uma língua.

Com este novo acordo, embora persistam algumas diferenças entre as duas variantes, a (PB) e a (PE), o mais importante é que a Ortografia do Português ganha uma identidade internacional. Sabemos que as diferenças se mantêm e são muito mais culturais do que técnicas, por ser difícil unificar 100% a ortografia por meios oficiais, como foi relatado na tabela 1. (Silva, 2011)

De tentativa em tentativa, parece que nenhuma das partes pretende ceder a divergências quantas vezes mais emotivas que linguísticas, e as negociações para uniformização não vão passando de projetos. E tantos têm sido os encontros e *desencontros*, para uma só ortografia...

Contudo, ainda que digam que nos entendemos, porém parece que entendemo-nos cada vez menos. E o que podemos fazer? Não será acabar de vez com preconceitos e ser definida consentânea e definitivamente uma reforma justa não pelos povos, mas pela língua que nos une ou *desune*? (Ribeiro, 2000)

Estamos em pleno século XXI, e esse vai e vem sobre a questão ortográfica não se resolveu por completo. Haverá sempre muita discussão sobre o uso das letras, dos acentos e até do hífen.

O ponto final dessa história não chega nunca, com tanto *desacordo* ortográfico, continua até hoje a vontade de escrever complicado para ficar bonito. Há quem prefira

grafias que chamem a atenção, principalmente para registrar nomes próprios: *Thays* e *Raphael* são formas tão comuns quanto: *Tais* e *Rafael*.

Entretanto, a nova geração do novo milênio adota em seus blogs uma nova ortografia. Chamado internetês, o **k** substitui o **qu** (aki = aqui), o **x** vale por **ss** (axim = assim) e o **h** transforma-se em acento agudo (ateh = até). Será o prenúncio da ortografia virtual? Quem sabe, só o tempo dirá. (Cardoso, 2005)

Será que o Acordo Ortográfico tão esperado por uns e tão criticado por outros terá fim um dia? É claro que esperamos que essa posição venha do Governo português e do Governo brasileiro. Todos sabem que viver em pleno século XXI é ser *Contemporâneo*, é ser *Futurista*. Portanto, entendemos que, a língua, e os costumes de um povo vão sendo adequados e modificados a cada minuto. E não podem esperar pela boa vontade de alguns.

E como fica a norma culta? Será que só servirá para escrever artigos, livros, dicionários enciclopédias, manuais, etc.? E o que se vai ensinar na escola? Internetês ou o tão *badalado* Novo Acordo Ortográfico ou *desacordo*. É necessário que os linguístas, os gramáticos e os políticos consigam se entender num momento, numa hora ou num dia, para o bem da nossa identidade linguística.

I. 2. A Ortografia uma Convenção Social

A língua é viva, muda sempre! A ortografia é uma invenção relativamente recente. Há cerca de 300 anos, línguas como o francês e o espanhol não tinham uma ortografia. No caso da nossa língua o português, as normas de escrita das palavras, tanto no Brasil como em Portugal, só surgiram no século XX. E vêm sendo reformuladas de tempos em tempos, por algumas reformas ortográficas.

Não podemos pensar que a língua é imposta ao homem em seu meio social, por ser obrigado a chamar certos objetos por determinados nomes, por exemplo: **casa** é *casa*, e não *mesa* ou *carro*. Este facto, não pode ser entendido como uma limitação do falante sem liberdade de expressão; trata-se de uma dimensão histórica própria da linguagem com o homem e também de uma obrigação livremente aceitável, e não de uma oposição. (Bechara, 2004:29)

Dessa forma, a nossa conduta social está adequada por normas a que precisamos corresponder se desejamos estar em sociedade. Estas normas são aplicadas na

linguagem, ocorrendo diferenças nas suas regras que são mais complexas e mais coercitivas. (Cunha e Cintra, 1998:6)

Além disso, temos pessoas de localidades diferentes, pertencentes a diversos grupos socioculturais, ou nascidos em diferentes épocas, pronunciam as mesmas palavras de forma diferente. Essas formas de pronúncia são válidas e não podem ser consideradas “certas” ou “erradas”: podemos apenas ver se estão adequadas aos contextos onde os indivíduos as empregam. Assim, não existe uma única forma de falar. (Moraes, 1998)

Conforme Bechara (2004:53), as línguas apresentam uma realidade oral, com uma representação escrita. Esta representação escrita tem um *sistema convencional* dessa oralidade que é chamado de *sistema gráfico* ou *ortografia*, este sistema se regula, em geral, ora pela fonética⁷, ora pela fonologia⁸, o que conduz a uma primeira dificuldade para se chegar a um sistema ideal, que exigiria uma só unidade gráfica para um só valor fônico.

Conforme Travaglia, (2006:25) “*As normas de bom uso da língua são baseadas no uso consagrado pelos bons escritores e, portanto, ignoram as características próprias da língua oral*”. Com base em fatores não linguísticos, se baseiam em parâmetros, muitas vezes, equivocados, tais como: purismo e vernaculidade, *classe social de prestígio de natureza econômica, política, cultural*; autoridade dos gramáticos, bons escritores; lógica e história tradição.

A ortografia é uma *convenção social* criada para facilitar o diálogo escrito: dominando-a, temos uma forma comum de escrever cada palavra, não esquecendo que temos mais de uma opção de letra correspondente a determinado som. A grafia pode ser dividida entre palavras que obedecem a regularidades: *em que o conhecimento de uma regra permite antecipar como ela deve ser escrita, até mesmo sem conhecê-la*; as irregularidades: *que não seguem qualquer princípio explicativo que justifique sua notação*. (cf. Rangel, 2004)

Ao pensarmos que a ortografia é uma imposição inútil e que tudo se tornaria mais fácil *se pudéssemos escrever as palavras tal como falamos*, ao se pensar assim, estamos esquecendo que na língua oral as palavras são emitidas de formas distintas. É voltar ao

⁷ Conforme Bechara (2004:53) “*A fonética se ocupa do espaço acústico e fisiológico dos sons reais e concretos dos atos lingüísticos: sua produção, articulação e variedades*”.

⁸ Conforme Bechara (2004:53) “*Já para a fonologia, a unidade básica não é o som, mas o **fonema**, visto como unidade acústica que desempenha função lingüística distintiva de unidades lingüísticas superiores dotadas de significado*”.

século XVIII, em que a escrita era feita através de reproduções dos sons da fala, e não havia uma padronização das palavras. Por tudo isto, verificamos que é preciso evoluir a nossa história ortográfica perante os países internacionais.

Em se tratando de grafias, elaboramos duas perguntas: por que é errado escrever *pescosso* assim? Quem será que falou que *tasa* não se escreve dessa forma? Porque se convencionou. Quem pode explicar é a *ortografia*, pois significa *ação de escrever “direito”*. Aliás, não podemos esquecer que essas regras não são fixas, e modificam com o tempo.

Entre o século II e o início do Renascimento, usava-se uma escrita continua, isto é, as palavras não eram separadas por espaços em branco, por exemplo: (*sóporcuriosidadeeparavocêentender*). (cf. Nery, 2008)

É bom acrescentar na nossa história da ortografia que durante a *Idade Média*, era difícil manter um padrão de língua – que era o Latim. O chamado “Latim Vulgar” (dos povos) expandia-se com força, já que poucas pessoas tinham acesso à educação, e os textos eram copiados à mão. (cf. Nery, 2008)

Só com a invenção da imprensa (entre 1400 e 1456) ficou mais fácil unificar a grafia e estabelecer aspectos ortográficos mais definidos.

A língua portuguesa é evidente que também mudou bastante com o passar do tempo, ao longo dos séculos.

A forma correta das palavras é sempre uma *convenção*, algo que se define socialmente. “Assim, nos textos do início do século encontrávamos grafias como “pharmácia”, “rhinoceronte”, “archeologia”, “**th**ermômetro”, “**comm**ércio” e “encyclopédia”. Hoje, a norma que usamos define não só o uso de letras e dígrafos.

Ela define também o emprego dos acentos e a segmentação das palavras no texto. É importante compreender que a definição de normas ortográficas, para cada língua, refletiu também mudanças nas práticas culturais de uso da escrita e de acesso a esta. Foi com o avanço da escolarização obrigatória e a proliferação dos meios de comunicação de massa que se tornou imperioso ter, em cada país, uma forma unificada de escrever. (cf. Morais, 1998)

Consequentemente é bom ter em mente que, quando se diz que escreve assim ou assado é certo ou errado, tem-se como parâmetro a gramática normativa⁹. Isto é, são as regras previstas na norma culta, que deve ser respeitada em ambientes formais, como na

⁹ Conforme Bechara (2004:52) “*A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos*”.

escola, no trabalho etc. Quem não respeita essas regras não está propriamente escrevendo errado, apenas não está obedecendo à gramática normativa.

A ortografia funciona como um recurso capaz de “cristalizar” na escrita as diferentes maneiras de falar dos usuários de uma mesma língua. Portanto se escrevemos de forma unificada poderemos nos comunicar mais facilmente, e cada um poderá ter a liberdade de ler um texto em voz alta, conforme sua maneira de pronunciar. (cf. Morais, 1998)

Diante da ortografia a sua natureza é de *convenção social*, o conhecimento ortográfico é algo que a criança não pode descobrir sozinha, sem ajuda. Quando compreende a escrita alfabética e consegue ler e escrever seus primeiros textos, a criança já apreendeu o funcionamento do sistema de escrita alfabética, mas ainda desconhece a norma ortográfica. Esta é uma distinção importante para entendermos porque os alunos principiantes cometem tantos erros ao escrever seus textos e porque tem de aprender a “escrever segundo a norma”. (cf. Morais, 1998)

Sabemos que no sistema alfabético de nossa língua há muitos casos em que um mesmo som pode ser grafado por mais de uma letra (por exemplo, “seguro”, “cigarro”, “auxílio”) ou em que uma mesma letra se presta para grafar mais de um som (por exemplo, “gato” e “gelo”). Nesse caso, onde em princípio haveria mais de uma grafia a ser usada, é a norma ortográfica que define qual letra (ou dígrafo) vai ser a correta.

Em muitos casos há regras e princípios orientadores que nos permitem prever, com segurança, a grafia correta. Em outros casos, é preciso memorizar, isto é, incorporar a norma ortográfica.

Assim, a norma ortográfica da nossa língua está organizada na correspondência letra-som, ou seja, **regular**, portanto pode ser incorporada pela compreensão, já a que exige que o aprendiz a memorize é definida como **irregular**. (cf. Morais, 1998)

Os especialistas falam:

“A aprendizagem da ortografia não é uma tarefa simples que a criança domina com a mera exposição à língua escrita, pois nem sempre o universo de palavras a que ela tem acesso permite abstrair os princípios da norma adequadamente”.

(Lucia Lins Browne Rego, professora de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco).

“Assim como não se espera que um indivíduo descubra sozinho as leis de trânsito - outro tipo de convenção social -, não há por que esperar que os alunos das nossas escolas descubram sozinhos a forma correta de grafar as palavras”

(Artur Gomes de Morais, professor de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e autor de livros didáticos).

“Pesquisas mostram que, no desbravamento do campo da ortografia, as crianças empregam todos os meios que estiverem ao seu alcance para adquirir conhecimento. O professor deve acompanhar de perto esse processo”

(Paulo Francisco Slomp, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
(cf. Araujo, 2003)

Estudiosos se reúnem e definem, de tempos em tempos, a melhor maneira de escrever as palavras, de acordo com objectivos diversos, como por exemplo, de unificar a maneira de diferentes povos escreverem ou para tornar a escrita mais lógica e compreensível para quem a ler.

Mas mesmo esse acordo muda com o passar do tempo. Um texto escrito em português "correto" há 70 anos, por exemplo, é um pouco diferente dos textos atuais. Isto porque, como supra se referiu, no português do Brasil, foi adotado o sistema ortográfico aprovado em 1943, com algumas pequenas alterações efetuadas em 1971. Já no governo de Portugal foi adotada a norma de 1945.

Em 2009, no Brasil, outras regras entraram em vigor, com uma nova reforma ortográfica do português, reforma essa que Portugal também assinou e que entrará em vigor a partir de 2012 - 2014. O acordo leva-nos, mais uma vez, a mudar um pouco nossa maneira de escrever as palavras, mas vamos ganhar com a unificação da língua portuguesa. (cf. Nery, 2008)

No caso da língua portuguesa, foi só neste século que se fixaram normas ortográficas no Brasil e em Portugal. Embora muito parecidas, as ortografias desses dois países não são exatamente iguais. Por isso, nos últimos anos, vem sendo negociado um acordo entre os vários países de língua portuguesa para “unificar” as normas ortográficas usadas em cada um deles. (cf. Morais, 1998)

É preciso esclarecer que todas as regras ortográficas são fruto de uma convenção social, de um acordo estabelecido pelos especialistas cujo objetivo é padronizar a escrita. E que, no mundo em que vivemos quem não domina essa convenção é discriminado. Por isso, é preciso acreditar que não podemos deixar passar despercebido

qualquer acordo ou simplificação ortográfica. Esta é uma convenção que unifica a escrita das palavras em Língua Portuguesa e exige algum reforço para ser compreendida e algumas vezes para ser aceite. (cf. Moraes, 1998).

Não podemos deixar de pensar que vivemos num mundo contemporâneo, em que encontramos a todo o instante uma quantidade enorme de livros, de textos, enfim propagandas e publicações espalhadas por todo lado para serem lidos. Assim, a forma como esses textos estão escritos é de suma importância para facilitar a comunicação do leitor do texto. Além do mais, escrever conforme a “norma padrão” é uma exigência da sociedade para com o indivíduo em qualquer parte do mundo. Portanto, a ortografia é uma convenção social que garante o bom entendimento escrito entre povos e nação.

II. O Discurso a Favor e Contra o Novo Acordo Ortográfico em PT vs BR

II. 1. Os discursos Polêmicos entre Portugal e Brasil

Ao longo de cem anos tem-se procurado de varias formas um Acordo Ortográfico entre Portugal e o Brasil. Diante dos factos, quando o tema é unificação da grafia ou Acordo Ortográfico os discursos divergem entre: escritores, políticos, linguístas, gramáticos e outros.

Consoante os discursos, procuramos os que consideramos polêmicos, para analisar as divergências e as convergências em Portugal e no Brasil. Os discursos apresentam uma finalidade bem definida na sua construção, ao mesmo tempo que deixam antever o co-enunciador em relação à qual o enunciador constrói o seu próprio discurso, incorporando, manipulando, tentando antecipar reações adversas ou favoráveis ao seu enunciado. (cf. Menéndez, 2006: 57/58)

O artigo de opinião está destinado a persuadir de forma adequada a quem o ler. Existe uma relação discursiva do *Eu* ao *Tu/Outro*¹⁰, estando destinada a um leitor alvo. O presente estudo baseia-se na análise de artigos, disponíveis online, do ‘*amado*’ ou ‘*desamado*’ Novo Acordo Ortográfico. Ocorrerá nesta análise a identificação da fonte, a data da investigação e os nomes dos autores. Os discursos contra o novo acordo ortográfico encontram-se no anexo 1, por motivo de espaço.

II. 2. Discurso a Favor do Acordo ortográfico em PORTUGAL.

Neste primeiro momento iremos fazer uma amostragem de três publicações “A Favor” do Acordo Ortográfico em Portugal. Serão evidenciadas algumas posições brilhantes, interessantes e até intrigante nestes discursos. Não podemos deixar de mencionar que foram encontradas também situações hilariantes sobre o tão sonhado Novo Acordo Ortográfico.

¹⁰ Conforme Menéndez, (2005:173) “... na actividade do <<pôr em discurso>> estamos constantemente a utilizar estruturas que opõem o *Eu* ao *TU/OUTRO*, numa constante interacção que, pelo seu carácter de <<tensão>>, pode arrastar sentidos de polemicidade.”

A primeira publicação selecionada para a análise é um artigo que está “A Favor” do Acordo Ortográfico em Portugal. O autor é D’Silvas Filho, membro do Conselho Científico da Sociedade da Língua Portuguesa e da Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. O artigo está disponível no site da Ciberdúvidas¹¹ e foi publicado no *Jornal de Notícias* de 03 de dezembro de 2007.

Consideramos que não seja necessário apresentar o artigo na íntegra, mas o que traz de interessante e polêmico nestes discursos. Nesta análise (os negritos e sublinhados são da minha responsabilidade) para descrever alguns impasses do discurso. Iniciaremos neste caso pelo título:

“*Que se cuidem os defensores do caduco “orgulhosamente sós”...*”

O autor apresenta uma posição *pertinente*¹² no ato de sua fala, ao fazer a escolha de um título tão instigante. Em consequência, ele propicia ao leitor maior interesse e enriquecimento numa compreensão positiva perante o acordo ortográfico.

Ao utilizar o “se” que é uma conjunção subordinativa¹³, o autor apresenta uma intenção de referenciar a condição cultural e política do país (Portugal), quando foi governado por Salazar, que agia sob o lema: “*orgulhosamente sós*”. Esta polêmica estende-se ao longo do último século. Ciente, o autor se refere a quem está com opinião contrária ao acordo ortográfico como “*orgulhosamente sós*”¹⁴. D’Silvas Filho recorre ao adjetivo “orgulhoso” e faz uma deslocação de valores e transforma-o em advérbio de modo *orgulhosamente* que denota uma interpretação agentiva¹⁵.

¹¹ Disponível no site-web: <http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1517> (Consultado a 28 de maio de 2011).

¹² Conforme Maingueneau, (2005:34-35), “*A lei da pertinência, intuitivamente, estipula que uma enunciação deve ser maximamente adequada ao contexto em que acontece: deve interessar ao destinatário, fornecendo-lhe informações que modifiquem a situação*”.

¹³ Conforme Cunha & Cintra, (1985:575), versão brasileira. Na pg. 576 é dito que “*algumas conjunções subordinativas (que, como, porque, se, etc.) podem pertencer a mais de uma classe. Sendo assim, [...] nem sempre isento de ambiguidades, pois que há circunstâncias fronteiriças: a condição da concessão, o fim da consequência, etc.*”

¹⁴ De acordo com a Wikipédia: “*Desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que a comunidade internacional e a ONU vinham a defender a implementação de uma política de descolonização em todo o mundo. O Estado português recusou-se a conceder a autodeterminação aos povos das regiões colonizadas. Salazar, praticando uma política de isolacionismo internacional sob o lema *Orgulhosamente sós*, levou Portugal a sofrer consequências extremamente negativas a nível cultural e económico*”. Disponível no site-web: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_Salazar (Consultado a 18 de junho de 2011).

¹⁵ Conforme Costa, (2008:49), “*Alguns advérbios de modo têm uma interpretação agentiva, descrevendo a forma como determinada acção se processa no que concerne a atitude do agente*”.

Através da posição que os *defensores* ocupam diante da reforma ortográfica, D'Silvas, faz um alerta crítico com o propósito de alertar os defensores do passado de não serem mais um Salazar para o país.

É evidente a forma ambígua de ameaça no processo linguístico atribuído no seu discurso. Ocorre por parte do autor um ataque frontal, a quem se opõem ao acordo ortográfico.

Outra ocorrência é uma evocação intencional do adjetivo *caduco*¹⁶ pela palavra subentendida *mentalidade*. O autor traz o adjetivo *caduco*, que é uma palavra popular e não corriqueira no meio acadêmico, para realçar a sua indignidade e mostrar como são arcaicos os que defendem a continuação do atual acordo ortográfico *caduco*.

Podemos ter a seguinte interpretação diante do que foi proposto pelo autor: a atual ortografia está *velha* e quem a segue também. Dessa forma, temos os *caducos*: podem ser o acordo e os que se dizem contra.

O autor descreve a forma como a ação se processa perante a atitude do sujeito “os defensores”. Este movimento integra-se na forma como o discurso polêmico, que está presente ironicamente, se convoca para construir uma avaliação positiva do ponto de vista, por parte de quem ler o seu texto.

O referido texto nos primeiros parágrafos conta os factos relevantes na História do (des) Acordo Ortográfico. É referida a insistência e o “...*esforço de aproximação entre os cientistas irmãos na língua [que] não parava ...*”, e a trajetória do acordo de 1911 até 1990.

Nestes parágrafos, encontramos algumas palavras que podemos considerar em contexto popular, irônico e pontual:

O autor utiliza-se de palavras pouco esperadas em texto acadêmico como: “*sumiço*”, para atribuir o desaparecimento das consoantes mudas; utiliza a palavra “*teimosia*” ao referir que Portugal consente em acabar com as consoantes não articuladas.

Também são frequentes os usos irônicos de palavras como: “*peregrina, violentava, erudição, querela, milagre*”, quando mostra sua indignação perante tanta

¹⁶ Conforme o Dicionário de Sinónimos da Porto Editora (1995:244), “*Caduco, ansioso; caideiro; caídoço; decadente; decíduo; decrépito; desejoso; enfermo; enfraquecido; fraco; frágil; gagá; idiota; inconstante; nulo; passageiro; percedouro; prescrito; senil; transitório; velho*”.

Conforme o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa dos Livros Horizontes (1987:II-22), “*Caduco, adj. Do lat. cadūcu-, <<que cai, que caiu; tombado, caído; que cairá ou que pode cair; caduco, perecível, mortal, frágil; vago, sem possuídos (<<caduca possessio>>, propriedade sem dono; << caducae hereditates>>, heranças vagas)>>. Séc. XVI (Morais?)*”.

resistência a situações que podiam já estar resolvidas. O autor expõe de forma clara a sua posição na utilização da construção de uma base simbólica que dá significação às críticas realizadas.

As expressões irônicas, quando introduzidas em seu discurso são encontradas nas unidades enfáticas com função textual, para realçar a reação positiva do autor, diante de factos pertinentes para as normas ortográficas.

Podemos identificá-la na expressão: “*ponto por ponto*”. Ao usar esta repetição, o autor, faz uso do reforço retórico para deixar claro seu ponto de vista e chamar atenção do *Outro*, o leitor.

Dessa forma, não deixamos de verificar alguns enunciados dos quatro primeiros parágrafos, situações pertinentes de elementos linguístico-discursivos preferenciais que o autor destaca na construção de um texto crítico pertencente ao discurso polêmico.

Iremos descrever o quinto parágrafo na íntegra, (os negritos são da minha responsabilidade para descrever alguns impasses do discurso):

Ora a uniformização na língua é importante também para Portugal. Não faz sentido que nas instâncias internacionais apareça uma variante da língua que se diga brasileira, quando a língua é a mesma. Os defensores do caduco <<orgulhosamente sós>> que se cuidem...

O autor, neste parágrafo, se apropria do termo “*ora*”, que é uma conjunção coordenativa alternativa¹⁷, mas, com valor de argumento com representação oral. É como se ele imaginasse a discussão com o seu leitor, que é realizado como forma de desabafo, de desagrado e de convicção de opinião.

Continua o seu desabafo ao dizer que “... *a uniformização... é importante também para Portugal*”. Temos um típico defensor de sua Pátria, num ponto de vista intelectual, sócio-cultural, não deixando de ressaltar que é sobretudo irônico e elegante.

O autor deixa claro o seu desagrado na falta de apoio para a uniformização do acordo. Continua a ser irônico quando refere o reconhecimento internacional em: “*apareça uma variante... que se diga brasileira*”. O verbo (*aparecer*) é usado ironicamente. Com isto o autor dá visibilidade a sua revolta ao empregar um “*que se diga*”, que constrói uma expressão crítica, em relação ao Brasil.

¹⁷ Conforme Cunha & Cintra, (1985:566), versão brasileira diz que: “*as conjunções alternativas ligam dois termos ou orações de sentido distinto, indicando que, ao cumprir-se um fato, o outro não cumpre.*”

Existe a ocorrência de marca argumentativa na expressão: “*quando a língua é a mesma*”. O interessante é verificar o uso da conjunção subordinada temporal¹⁸ “*quando*”, que no seu discurso indica um valor exclamativo.

Neste caso, o autor tem a intenção de apresentar a sua indignação, partindo do princípio que a língua portuguesa poderá ter mais relevância na sua versão brasileira por culpa de não haver um acordo ortográfico assinado. Termina este parágrafo com o título do seu artigo, que foi analisado supra.

No sexto parágrafo são colocados pelo autor alguns problemas, que são motivo para o retardamento de aplicação do acordo em Portugal. É visto que são as editoras que precisam de dez anos “*para escoamento das edições*”.

O autor expõe de forma irônica, que as editoras portuguesas ao esperar tanto poderão ficar “*blindadas*”¹⁹, caso continue com a norma antiga. Dessa forma, ele apresenta a sua preocupação frente ao rápido avanço civilizacional do Brasil.

O termo “*blindadas*” envolve uma angústia que o autor transmite em relação à forma tradicional de edição. Apresenta assim uma marca argumentativa de refutação, num processo de interpretação do discurso, utilizado para fazer entender sua angústia.

A segunda publicação nesta análise é do professor universitário e reitor da Universidade Aberta de Lisboa, Carlos Reis. É uma reportagem que está disponível no site²⁰ da RTP Notícias, por © 2008 LUSA–Agência de notícia de Portugal, S.A., publicada no dia 07 de abril de 2008.

Nesta reportagem, deparamos com um título bem atrativo para o leitor. Como se trata de uma reportagem, num jornal conceituado no país, ainda o torna mais instigante ao se tratar de um discurso a Favor do Acordo Ortográfico.

O autor é um defensor declarado do acordo ortográfico. No acto de seu discurso ele apresenta questionamentos que podem ser uma ameaça à face positiva dos opositores. Em consequência, vamos iniciar a análise pelo título, (os negritos são de minha responsabilidade):

¹⁸ Conforme Bechara, (2004:328-329) “*as conjunções subordinadas temporais frequentativo, quando o verbo no presente*”.

¹⁹ Conforme Dicionário de Sinónimos da Porto Editora (1995:213), “***Blindar***, *cobrir; couraçar; defender; encher; encourçar; proteger; revestir*”.

²⁰ Documentos disponível no site-web: <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=165250&visual=3&layout=10> (Consultado a 02 de junho de 2011).

“Opositores estão fechados em “comportamentos autistas””

O professor universitário Carlos Reis ao classificar os sujeitos de “*opositores*” e que possuem “*comportamentos autistas*”, atribui uma posição que desvirtua princípios como a “*máxima da qualidade*”²¹, construindo assim uma imagem negativa dos “*opositores*”. (cf. Menéndez, 2005:176)

Faz um ataque frontal à face²² do *Outro*, no momento que classifica os “*opositores*” de “*autistas*”. A expressão “*à face do Outro*”, neste contexto é: quando o autor constroí em seu enunciado um destinatário imaginário, com o qual está a dialogar numa relação social não submetida. A isto se chama polidez. Onde se faz uso de termos com os significados²³: “*esquizotímico, contraditório, desequilibrado, inquieto*”.

Ao utilizar o adjetivo como substantivo “*opositores*”, o autor deixa claro a sua marca de refutação da veracidade no seu discurso em relação ao *Outro*. No decurso desta troca de classe gramatical, temos uma situação habitual, de deslocação morfológica de nomes, com a intenção de desqualificar, de insultar, fazendo uma avaliação negativa aos opositores do acordo ortográfico. (cf. Menéndez, 2005:181)

O autor faz uso dos marcadores linguístico-discursivos “*estão fechados em*” numa modalidade epistémica²⁴. Este marcador apresenta valor de locução temporal-aspectual, que determina o estado em que os sujeitos “*opositores*” se encontram: (desequilibrados). Em consequência desta ação estamos diante de um discurso polêmico, motivado pela crise e pelas reações contrárias ao novo acordo ortográfico.

No primeiro parágrafo, o autor faz um relato sobre o que é um acordo, se apropriando das leis do discurso “*da pertinência e da sinceridade*”. Tenta fornecer informações, que modificam a situação e confirmam o seu ponto de vista, não deixando de garantir e afirmar o que sabe a respeito de um acordo. Transcreveremos o seguinte parágrafo na íntegra, (os negritos são de minha responsabilidade).

²¹ Conforme Rodrigues (2005:149) “*Grice diz que os interlocutores, ao violarem o sentido literal dos enunciados, estão a explorar as suas potencialidades. [...] violando deste modo a máxima da qualidade, produz um outro sentido, que podemos considerar perfeitamente efeitos de sentidos metafórico ou irónicos*”.

²² Conforme Maingueneau (2005:38), “*as falas ameaçadoras para a face positiva do destinatário: a crítica, o insulto etc.*”.

²³ Conforme o Dicionário de Sinónimos, da Porto Editora (1995:171/551).

²⁴ Conforme Lopes & Rio-Torto (2007:60) “*Os valores epistémicos marcam o grau de comprometimento do falante relativamente à verdade do que diz. Assim, o falante pode exprimir uma atitude de total compromisso em relação à verdade (ou falsidade) do conteúdo proposicional da frase que enuncia*”.

*“Um acordo (...) é um encontro de **vontades**, fundado no reconhecimento da dignidade das partes, **sem preconceitos, complexos ou reservas mentais**, [que] implica disposição para o diálogo e para a abertura, **não o fechamento em comportamentos autistas**”, [...].*

O facto é que este discurso além de polêmico é irônico. São enunciadas críticas frontais aos “*opositores*”, que não sabem ou não querem saber o que é um acordo. Deste modo, o autor para manipular a opinião do leitor, adotou uma estratégia de definir o que é um acordo: “[...] *é um encontro de vontades*”. O lexema “*vontades*”, aplicado neste enunciado: tem a intenção de induzir para uma interpretação crítica sobre “os *opositores*” do acordo. Constrói argumentos de valores coletivos, onde prevalece a escolha de decidir entre alternativas possíveis para o bem da sociedade.

O autor apresenta um número razoável de expressões qualificativas, atribuídas aos *opositores* do acordo ortográfico: “*sem preconceitos, sem complexos ou reservas mentais*”. Sendo assim, o autor apropria-se de enunciados ameaçadores para a face positiva dos “*opositores*”. Termina o parágrafo, com o título da reportagem, com o intuito de manipular retoricamente a opinião do leitor.

No segundo parágrafo, o professor Carlos Reis, utiliza (os negritos são de minha responsabilidade):

*“um **acordo** implica também o **pragmatismo** que leva a que se **concorde** no que é possível **concordar**, sem prejuízo de diferenças que não põem em causa o essencial da **concordância**”.*

A força do recurso da retórica ao empregar a troca verbal “*concordar-concorde-concordância*”. É um reforço semântico, para dar ênfase ao seu discurso polêmico de tom irônico.

Sendo um discurso de questões cientificamente analisadas, leva a transformações de ideias, privilegiando a conquista e a credibilidade dos leitores num movimento sócio-cultural resultante da luta ideológica pelo acordo ortográfico.

Vejam os que o professor Carlos Reis escreve no sexto parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“**Deve** Portugal manter-se agarrado a uma concepção conservadora da ortografia, como se ela fosse o derradeiro baluarte da identidade portuguesa?”.*

Ao propor essa pergunta, podemos caracterizar o discurso como “retórico”. Ao verificar que com o uso do verbo modal “*deve*”, e do operador grafodiscursivo a interrogação “?”, é construída uma escala de valores de certeza, que vai da asserção

estrita positiva em que o sujeito enunciadador constrói um valor de certeza até à “*identidade portuguesa*”.

O autor faz uma comparação entre a conservação da ortografia com o “*derradeiro **baluarte** da identidade portuguesa*”. Nesta pergunta o autor utiliza uma metáfora: “*baluarte*” (termo em desuso), que era uma plataforma de artilharia de guerra para proteção dos assaltos dos inimigos. Para o autor, o comportamento dos portugueses é conservador, e acusa-os de ter um posicionamento arcaico. Posicionamento, esse que traz uma guerra de palavras. Guerra essa, que surge pela não concordância da necessidade de simplificação de um novo acordo ortográfico.

O uso do substantivo “*baluarte*” reforça a polémica do discurso por ter uma característica de ataque à pessoa (*os opositores*), e pela refutação teórica. Apresenta uma posição discursiva, quando se faz uma avaliação do *Outro*.

O professor Carlos Reis traz outras perguntas com o mesmo valor retórico em seu discurso polêmico, que iremos transcrever, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“E podem alguns portugueses persistir em **encarar o Brasil como um parceiro menor** neste processo ou **até como um inimigo?**”, lançou, acrescentando: “É **curial** ou **inteligente** ignorar o muito que o Brasil faz, por muitas vias, para a afirmação internacional da Língua Portuguesa?”.*

*E - interrogou-se – “se no futuro, os países africanos de língua oficial portuguesa, incluindo o Brasil, se entenderem quanto à adopção de uma ortografia comum, **em que posição fica Portugal?**”.*

Estes discursos enquadram-se perfeitamente numa polémica retórica e irônica trazendo ao texto elementos linguístico-discursivos, com referência pejorativa “***encarar o Brasil como parceiro **menor**... inimigo?***”, mas pode tomar uma feição mais real de forma que possa manipular a opinião do Outro. (cf. Menéndez, 2005:180)

O autor deixa claro no corpo do seu discurso crítico as marcas do operador garfodiscursivo “?” interrogativo, construindo uma preocupação com o futuro dos países caso Portugal não adote o novo acordo ortográfico.

A terceira publicação é um artigo do Professor catedrático da Universidade de Letras de Lisboa – Linguísta, João Malaca Casteleiro. O artigo foi retirado do site Grupo Controlinveste²⁵, e foi publicado no Diário de Notícias em 15 de março de 2008.

²⁵ Documento disponível em: http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=996077. Consultado em 18 de abril de 2011.

O professor Malaca Casteleiro ao publicar o seu artigo de opinião a favor da implantação do novo acordo ortográfico, inicia o discurso por relatar factos que ocorreram ao acordo há quase meio século. Neste primeiro parágrafo, iremos descrever apenas um pequeno intervalo, em que o discurso apresenta marcas polêmicas. (Os negritos são de minha responsabilidade):

“[...] De facto, em 1911, com o advento da Republica, [...]. Ora, implantar uma reforma ortográfica constitui um acto de soberania, o qual não pode ser imposto a outro país. Mas era o que Portugal pretendia, ou seja, que o Brasil adoptasse a ortografia portuguesa de 1911, o que não aconteceu. O pecado original de “guerra” ortografica reside no facto de aquela reforma não ter sido previamente acordada com o Brasil, como o exigia a defesa e promoção da língua portuguesa no mundo”.

No início do discurso é introduzido por um marcador argumentativo com valor de confirmação “*de facto*”, que torna o seu discurso com valor epistêmico de credibilidade para o *Outro*. Este marcador confirma o que foi dito anteriormente, utilizando a estratégia de manipulação do leitor.

Esta manipulação faz parte dos factos socio-culturais causados num momento de crise, no sentido de ruptura. Tal crise dá origem a reações contrárias, consoante as ideologias entre Portugal e Brasil, diante da questão ortográfica. (cf. Menéndez, 2005:172/173)

O autor faz uso da conjunção “*ora*”, a que podemos atribuir o valor argumentativo com representação oral: é como se ele imaginasse a discussão com o seu leitor. Esta polêmica é justificada pela relação do movimento de argumentar, defendendo o seu ponto de vista de forma acérrima contra as opiniões alheias, que confirma ao realizar um marcador oral em seu texto escrito.

O autor relata sua indignação num enunciado interrogativo, atribuindo juízo de valor ao *Outro* (*Portugal*). Faz uso de argumentos com representação oral, para a ação que Portugal obteve no momento da implantação do acordo ortográfico de 1911, ao transcrever que: “*...constitui um acto de soberânia...*”.

Este “*acto de soberânia*” é declarado através da ironia, com todo o peso da crítica, para com a atitude de Portugal ao dizer que: “*promoveu a reforma ortográfica à revelia do Brasil*”.

Ao utilizar o pronome relativo²⁶ “*o qual*”, o autor retoma anaforicamente a frase: “*implantar uma reforma ortográfica*”, com isso, ele enfatiza o que retoma para a construção de um leitor atento ao seu pronunciamento posterior.

Faz uso do advérbio de negação²⁷ “...*não pode ser imposta a outro país.*”, que neste contexto ocorre uma negação polêmica e crítica, sobre o poder que Portugal desejava ter em relação a outro país o ‘*Brasil*’. O autor continua a apresentar os motivos que ocorreram durante os desacordos ao longo do século. Dessa forma, pode-se verificar o poder de argumentação com o qual o autor procura convencer o seu leitor.

O autor introduz a frase com conjunção “*mas*”, que neste contexto representa um conector contra-argumentativo forte. Este conector funciona para demonstrar o que Portugal desejava em relação ao Brasil: “*que acatasse suas ordens de forma submissa*”, e ocorreu o que Portugal não esperava - o Brasil não acatou as suas ordens. Daí por diante é o início de grandes batalhas, de vários acordos e desacordos, ao longo dos anos.

Na frase seguinte, o autor recorre a um dito popular “*o pecado original*”, tornando o texto atrativo para propagar e aumentar a polêmica e a ironia ao relacionar o “*pecado original*” a “*guerra*”. Esta expressão metafórica faz entender que Portugal comete seu primeiro grande erro, no desenrolar dos factos sobre o acordo ortográfico, ao exigir que o Brasil se submetesse à sua reforma.

Os diferentes níveis enunciativos são invocados através do dito popular, que é visível ser uma metáfora, e através da polifonia da última frase abre a polemicidade para o *Outro* (leitor).

De facto, o autor termina o parágrafo com o advérbio: “*como*” na oração subordinada, atribuindo-lhe um valor de oralidade ao ligar a responsabilidade enunciativa do autor, para convencer o seu leitor.

Este marcador dá continuidade ao enunciado do autor: “*como o exigia a defesa e promoção da língua portuguesa no mundo*”, apresenta uma posição crítica e irônica, que intevem numa gradação de acontecimentos, fortemente marcados de argumentos considerados polêmicos, consoante o autor.

²⁶ Conforme Cunha & Cintra (1985:333), “*Os pronomes relativos são assim chamados porque se referem de regra geral, a um termo anterior – o antecedente. O pronome ‘o qual’ apresenta forma variável - masculino- e forma composta*”.

²⁷ Conforme Cunha & Cintra (1985:531), “*Os advérbios recebem a denominação da circunstância ou de outra idéia acessória que expressam. Advérbio de Negação: não*”.

Neste segundo parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade), temos a continuação dos factos que ocorreram no acordo até o ano de 1945. O autor chega a seguinte conclusão:

“[...] Mas aqui, mais uma vez a parte portuguesa cometeu um pecado capital. É que conseguiu convencer a parte brasileira a adoptar os pontos de vista portugueses, nos quais predominava a perspectiva etimológica”.

Enunciamos este parágrafo por perceber como o autor em todo o momento crítica o percurso que foi percorrido pelo acordo. Inicia a frase por um marcador argumentativo adversativo restritivo “*mas aqui*”, ressaltando de forma retórica toda a sua indignação pela forma que os portugueses trataram o acordo.

O autor se refere de forma pejorativa aos intelectuais da época, pelos factos ocorridos no acordo de 1945, com a expressão “*a parte portuguesa*”, este tratamento que é atribuído aos portugueses orienta negativamente a face do *Outro*. Constrói no seu enunciado um diálogo imaginário com o leitor, que viola ostensivamente a máxima da qualidade da informação, não dizendo o que é suposto sobre os opositores do acordo ortográfico.

O discurso traz a expressão “*um pecado capital*” de forma irônica e forte, podendo levar o leitor a ter um papel ativo neste enunciado. O autor não deixa de ressaltar que este é o segundo *pecado* cometido por Portugal, que no seu entendimento, é quem traz toda a “*crise*” ortográfica.

Ao refletir sobre os “*pecados*”, o autor enuncia em seu artigo o primeiro *pecado* como sendo “*original*”: que é ensinado no decorrer do tempo, como um pecado cometido por Adão ao comer da árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, com este comportamento trouxe efeitos sobre o resto da raça humana, segundo o cristianismo até os nossos dias; ao falar do “*pecado capital*”: este dá origem a um grupo de sete pecados, considerados os mais condenáveis, segundo o ponto de vista cristão que são a: (*soberba, avareza, luxúria, inveja, gula, ira e preguiça*), portanto, o “*pecado original*” é trazido segunda a teoria cristã quando nascemos.

Efetivamente, quando Portugal cometeu o primeiro “*pecado*” em 1911, até aquele momento não havia uma consciência de culpa, pois, era o primeiro acordo ortográfico feito por Portugal sem compartilhar com o Brasil. Enquanto que, o “*pecado capital*”, era uma conduta prejudicial realizada voluntariamente para o qual se exige socialmente um castigo. Visto que Portugal foi reincidente no “*pecado*” no momento

que sucedeu a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945, foi mais um novo acordo que o Brasil não aceitou.

O autor ao trazer essa sucessão de “*pecados*” realizados por Portugal em seu discurso, assume uma posição denunciante dos procedimentos errôneos e da voracidade do poder, que pensava ter em relação ao Brasil. Por conseguinte, expõe factos reais para o leitor, evidenciando quem é o culpado nesta história de guerras sucessivas de acordos e desacordos ortográficos.

Na expressão “*é que*”, o autor insere claramente, um operador argumentativo explicativo para justificar a situação errônea de Portugal: que no acordo de 1945, só conseguiu convencer “*a parte brasileira*”, que “*predominava a perspectiva etimológica*”. Por consequência, podemos atribuir a este marcador uma modalidade epistêmica de certeza, pois, o autor numa posição de manipular a sua estrutura polêmica faz afirmações que podem confirmar a história dos acordos ortográficos.

No parágrafo três, reforça a sua crítica de forma irônica deslocando o sujeito morfologicamente, quando refere os intelectuais brasileiros de forma pejorativa: “*a parte brasileira*”, usando a mesma expressão que usou para os portugueses.

Iremos transcrever o terceiro parágrafo na íntegra, por este apontar situações interessantes e polêmicas no discurso do autor, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Assim, os brasileiros, **que há muito tinham suprimido**, para maior facilidade de alfabetização, as chamadas consoantes mudas ou não articuladas em palavras como “acto”, “directo”, “óptimo”, tinham de voltar a introduzi-las na escrita. **Ora isso constituía uma violência, que o Brasil não aceitou. Imagine-se como reagiriam os portugueses se agora os obrigassem a reescrever “fructo” ou “victória”, com consoantes que há muito foram suprimidas! A lição que colhemos, quer de 1911, quer de 1945, é que Portugal, embora seja o berço da língua portuguesa, não é no mundo de hoje o seu único proprietário**”.*

Ao iniciar com o marcador argumentativo com valor de ilustração “*assim*”, vem de certa forma a justificar porque o Brasil não aceitou o acordo de 1945. O autor ao continuar a frase, apresenta explicações e exemplos irônicos e claros “*que há muito tinham suprimido*” - é evidente que são as consoantes mudas o motivo de toda essa “guerra” de desacordos ortográficos.

O marcador de argumentação oral com uso de uma deixis espacial “*ora isso*”, transmite ao leitor a refutação da veracidade que o autor enuncia à leitura dos factos. Esta leitura é proposta pelo autor através de exemplos com as consoantes mudas, caso o

Brasil aceitasse o acordo proposto por Portugal. Ao usar o substantivo “*violência*”, causa um impacto ideológico, diante da situação criada por Portugal. O autor ao dialogar de forma imaginária com o seu leitor faz uso da expressão “*imagine-se como reagiriam os portugueses...*”, esta frase é justificada com exemplos de acréscimo de consoante já suprimidas em lexemas, de que Portugal não faz uso. Esses exemplos são enunciados por uma deixis temporal “*agora*”, que pode ser interpretada com a expressão “*neste momento*”, caso ocorressem essas mudanças, como os portugueses reagiriam.

O professor Malaca Casteleiro, continua o seu discurso com a conjunção com valor explicativo “*que*”, para justificar e esclarecer a posição contra ao acordo imposto no Brasil. Estamos perante um acordo desrespeitoso que conduziria a um atraso ortográfico de grande ignorância. Utiliza argumentos da oralidade, para sugerir que o leitor se coloque na posição do Brasil naquela época. Em consequência, faz uso do marcador exclamativo na intenção de polemizar a questão de argumentar e refutar a veracidade da palavra do *Outro*. (cf. Menéndez, 2005:181)

Continua seu discurso com elementos polifônicos, que transmitem um diálogo imaginário com seu leitor. Esta estratégia de desqualificar o discurso de Portugal, faz com que o seu leitor acredite e compreenda a sua crítica sobre os acordos de 1911 e 1945. Com o objetivo de utilizar a força do recurso retórico, faz repetição da conjunção subordinada “*quer*” atribuindo um valor de união de termos alternativos. Recorre ao conector “*embora*”, que estabelece um contra-argumento forte neste enunciado: “*é que Portugal, **embora** seja o berço da língua portuguesa*”. Dessa forma é propagado pelo autor, que Portugal mesmo com esse título: “*o berço da língua portuguesa*”, não justifica tamanha arbitrariedade, ao querer impor a sua ortografia no Brasil sem consultá-lo.

O autor ao concluir o seu discurso faz uso de um argumento forte de negação, afirmando que Portugal: “*não é no mundo de hoje o seu único proprietário*”, através desta declaração constrói para o seu leitor uma argumentação epistêmica, Portugal não é o único possuidor da língua portuguesa.

No quinto parágrafo, o autor deixa bem claro, que faz uso do discurso crítico e polêmico, diante dos acontecimentos ocorridos sobre o acordo ortográfico de 1911 e de 1945. Transcreveremos a primeira frase deste parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

“Outra crítica que advém de certos intelectuais portugueses mais conservadores põe em causa a necessidade sequer de qualquer acordo ortográfico”.

O professor Malaca Casteleiro, ao iniciar o seu discurso, faz uso do pronome indefinido com valor de adjetivo²⁸ “*outra*”, apresenta neste contexto uma interpretação de que o autor fará uma “*outra crítica*”, nesta expressão é evidente a marca linguística-discursiva de irônia. Enuncia os “*intelectuais*” fazendo uso do adjetivo “*certos*”, que atribui um valor pejorativo na intenção de estigmatizar os “*intelectuais portugueses mais conservadores*”. O autor assume uma posição superior e procura a melhor forma de manipular a sua estrutura polêmica diante do seu leitor. Expõe o seu ponto de vista de forma estratégica e realista em relação ao novo acordo ortográfico.

Em consequência, termina a sua frase de forma irônica colocando em causa os desejos dos “*conservadores*”: que não é necessário um acordo ortográfico, seja ele perfeito ou imperfeito. O autor deixa claro que, todo o seu discurso tem uma intensão categórica de criticar acordos que não foram adotados.

Na continuação do parágrafo, o autor recorre a marca argumentativa com representação oral: “*ora*” apresentando uma polifonia discursiva para chamar a atenção do seu leitor. Havendo uma intensão de o persuadir, de o convencer, enfim de o trazer para o seu lado, quer os que não são a favor nem contra o acordo, bem como, os que pensam como os conservadores.

Iremos transcrever esta frase que é o término do parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

“Ora, estes meios exercem hoje sobre a língua uma força centrípeta que leva à preservação da unidade essencial do idioma. Por outro lado, as instituições culturais e políticas dos países lusófonos têm todo o interesse em preservar a língua comum como elo de ligação entre todos e factor indiscutível da sua afirmação no mundo”.

O autor numa única expressão faz uso da deixis espacial²⁹ “*estes meios*”, e da temporal “*hoje*”, que inserem ao mesmo tempo um grau de subjetividade com a intensão de persuadir o seu leitor ao construir o seu enunciado. Neste contexto, é intensão do autor facilitar e deixar que o leitor verifique a verdade dos discursos que criticam o novo acordo ortográfico.

²⁸ Conforme Bechara (2004:168), “Os pronomes indefinidos são os que se aplicam à 3ª pessoa quando têm sentido vago ou exprime quantidade indeterminada. São pronomes adjetivos variáveis: outro...”.

Conforme Cunha & Cintra (1985:355), “**Outro** pode empregar-se como adjetivo na acepção de “diferente”, “mudado”, “novo””.

²⁹ Fonseca, Fernanda Irene (1996:437/445) “Os elementos da dêixis espacial são os pronomes demonstrativos **este(a)**, **esse(a)**, **aquele(a)**, bem como **isto**, **isso**, **aquilo**.”

O autor ao fazer referência a esta frase: “*aos meios de comunicação que exercem hoje sobre a língua uma força centrípeta que leva à preservação da unidade essencial do idioma*”, proporciona ao leitor uma asserção de atitudes que “os meios de comunicação”, evoluem e dão voltas em torno da preservação do idioma. Realça o valor epistêmico da expressão: “*uma força centrípeta*”, com a intenção que o leitor venha a refletir positivamente sobre a “*força*”, que os meios de comunicação representam para a nossa língua. Podemos ainda concluir que, o autor ao empregar a expressão “*levar à preservação do idioma*”, justifica a sua crítica contra os conservadores.

II. 3. Discurso a Favor do Acordo ortográfico no BRASIL.

Neste segundo momento iremos fazer uma amostragem de três publicações “A Favor” do Acordo Ortográfico no Brasil. Serão evidenciadas algumas posições brilhantes, interessantes e intrigantes nestes discursos, sobre o tão sonhado Novo Acordo Ortográfico.

A primeira publicação selecionada para a análise é um artigo do professor Marco Bagno, que também é escritor, tradutor, linguísta e professor da UnB. O artigo está disponível no site³⁰ do próprio autor, foi publicado na *Revista Caros Amigos*, em maio de 2008.

Nesta análise iniciaremos pelo título para descrever alguns impasses do discurso, (os negritos são da minha responsabilidade):

“BOBAGENS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO –

“E deixe os Portugais morrerem à míngua...” - Caetano Veloso.”

Este título apresenta marcas enunciativas irônicas. Estas “*bobagens*” expressam uma interpretação de uma ação inconveniente e fora da realidade, por parte dos que não compreendem e não aceitam o novo acordo ortográfico. O autor faz uma relação no decorrer do seu artigo, em que enumera as mais graves “*bobagens*”, faladas e escritas por quem, a seu ver, não sabe nada sobre o acordo ortográfico. Esta enumeração é feita de forma gradativa com informações sobre as “*bobagens*” e os erros que são cometidos

³⁰ Documento disponível no site-web: http://marcosbagno.com.br/site2/conteudo/arquivos/art_carosamigos-maio.htm . Consultado a 24 de março de 2011.

pela imprensa em geral. O professor Marcos Bagno transporta para a sua explicação críticas e ironias, para quem as enuncia e publica.

Ao título é acrescentada uma frase da música³¹ do cantor Caetano Veloso, que é músico, produtor, arranjador e escritor brasileiro. A frase que acompanha o título faz parte da música do Caetano Veloso, chamada “Língua”, que pertence ao álbum “Velô” (1984). Transcrevemos uma estrofe desta música para a nossa análise, pois, consideramos importante para nos fazer entender o motivo, que o professor Marcos Bagno acrescentou-a em seu título:

“[...] E quem há de negar que esta lhe é superior? E deixe os Portugais morrerem à míngua “Minha pátria é minha língua” Fala Manguera! Fala! [...]”.

Aqui vivenciamos uma polêmica patriota do cantor Caetano Veloso, numa posição intelectual e sobretudo irônica, ao considerar que a sua nação é “superior” em sua multiculturalidade lingüística. Quando faz uso da expressão: “...deixe os portugueses morrem à míngua”, constrói para o seu leitor uma interpretação de uma pobreza cultural por parte dos portugueses, em não aceitarem as mudanças e não aceitarem que o Brasil é independente e que tem a sua própria cultura. A expressão “Fala Manguera”, está referida a uma escola de samba Carioca (da cidade do Rio de Janeiro) muito querida e a sua música é cantada por muitos brasileiros. O cantor ao fazer referência aos portugueses usa de neologismo de forma irônica, chamando de “os Portugais”, assim sendo, viola a máxima da qualidade de um discurso, fazendo um ataque frontal à face do Outro.

A expressão “Morrer à míngua”, possui uma interpretação neste contexto de: morrer de necessidade, por exemplo, por falta de água ou de comida, neste caso podemos interpretar por falta de abertura cultural. Fica evidente o uso de elementos com valor pejorativo, que viola a face do Outro num diálogo imaginário. Ao usar expressões fortes com valor exclamativo, quando se refere aos “portugueses”, que é através destes propósitos expostos convoca uma polifonia que abre a polemicidade para o exterior, nos discursos do cantor Caetano Veloso e do professor Marcos Bagno.

No primeiro parágrafo, o autor faz referência às “bobagens” ditas na mídia, e que estas são circuladas por toda parte do mundo, atingindo consequências absurdas e arbitrarias. O autor tenta esclarecer que, essas publicações sobre o novo acordo ortográfico são inverdades.

³¹ Documento disponível no site-web: http://www.caetanoveloso.com.br/sec_busca_obra.php?language=pt_BR&page=2&id=156&f_busca=língua. Consultado a 27 de junho de 2011.

Em consequência, a “bobagem 1” é enunciada quando, fala-se em “unificação da língua”. Transcrevemos parte deste parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade).

*“[...] O acordo prevê apenas uniformização da ortografia, isto é, do modo de escrever em português. Quem fala “mêzmu”, “mêjmu”, “mêijmu”, “mêhmu” etc., vai continuar falando como sempre falou, mas só pode escrever **mesmo**. **Nenhuma** ortografia de **nenhuma** língua do mundo dá conta do fenômeno da variação, que é da própria natureza das línguas humanas. Por isso mesmo **os Estados sentiram a necessidade política de fixar, por lei, um modo único de escrever. Mas não existe lei que uniformize os modos de falar, porque isso é impossível, tanto quanto é impossível uniformizar a cor da pele, dos cabelos ou dos olhos das pessoas – falar faz parte da nossa configuração biológica. Só nazistas podem pensar em uniformizar as pessoas em suas características físicas. E é também um quase nazismo querer que todas as pessoas falem de um modo uniforme, considerado o único “certo”, só porque a classe alta, minoritária e branca fala assim”.***

O autor faz uso de um tom irônico neste parágrafo, manifesta algumas situações polêmicas de forma esclarecedora e didática. Estas são apresentadas ao fazer uma comparação entre a língua e a ortografia. Utiliza marcas de argumentação fortes nos inícios de cada frase neste parágrafo: *nenhuma* (grau de certeza); *por isso mesmo* (grau de confirmação); *mas não* (grau restritivo negativo); *só* (grau de explicação); *e é também* (completar a confirmação).

Marcos Bagno continua o seu enunciado fazendo uso da marca argumentativa “nenhuma”, aliás, repete-a duas vezes seguidas, para enfatizar o grau de certeza, com a intenção de convencer o leitor das inverdades enunciadas sobre a ortografia e a língua.

Continua por explicar que, existe lei para escrever as palavras, mas nunca vai existir lei para a forma como cada um fala.

Ao fazer uso do termo belicista “nazismo”, atribui aos que propagam essa situação uma desqualificação de atitude sobre a ortografia e a língua. A reação do autor é composta de elementos com valor pejorativo aos que acham que podem determinar como se vai falar, depois é enunciado no discurso que, “faz parte da nossa configuração biológica”.

O autor afronta a face do Outro, quando faz uso da expressão: “quase nazismo”, se referindo aos que querem que todas as pessoas falem ‘certo’.

Marcos Bagno polemiza quando faz referência: “a classe alta, minoritária e branca fala assim”, ele é implacável no uso das expressões duras e diretas. Com a

capacidade enunciativa, hierarquia e gradativa através da polifonia que se abre a polemicidade de propagar e aumentar a polêmica, para o seu leitor.

O autor no segundo parágrafo faz referência a “bobagem 2”, trazendo o tema a “reforma” ortográfica. Esclarece que não é uma reforma é uma “unificação das duas ortografias”. Neste parágrafo confirma um dos temas propostos nesta pesquisa, sobre a convenção da ortografia. Transcreveremos parte do parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade).

“[...] A escrita não é, de jeito nenhum, um retrato fiel da língua falada, nem tem como ser. Ela é uma mera convenção para registrar a língua, convenção baseada em critérios históricos, políticos, culturais, de classe social, muito mais do que em considerações propriamente lingüísticas”.

Nesta expressão faz uma afirmação de que a “escrita é uma mera convenção”. O peso dessa expressão assumido pelo autor é o uso pontual do substantivo “convenção”, que enunciado duas vezes enfatiza o seu ponto de vista, não deixando dúvidas sobre o seu posicionamento a favor do acordo ortográfico.

No quarto parágrafo faz referência a “bobagem 3”, transcreveremos e (os negritos são de minha responsabilidade).

“[...] dizer que a reforma é “tímida” ou “meia-sola” (como disse um “professor de português” que brilha na mídia, só para confirmar seu despreparo para tratar do que quer exija uma análise um pouco mais bem fundada). Se não existe “reforma” nenhuma, como é que ela pode ser “tímida”?”

O autor começa a sua explicação utilizando o verbo “dizer” que está no infinitivo pessoal, que constrói uma asserção explicativa com um encadeamento de qualificação sobre a reforma: “tímida” ou “meia sola”. Com uma argumentação construída o autor faz um ataque frontal à pessoa do, “o professor de português que brilha na mídia” (Pasquale Cipro Neto), de forma pejorativa. Afirma a despreparação do professor para o assunto, quando diz que exige “uma análise um pouco mais bem fundada”, o professor Marcos Bagno utiliza a estratégia de desqualificar o discurso do “professor de português”. Explica que não se trata de uma “reforma”, portanto ela não pode ser tímida e de “meia sola”, e se justifica quando diz que se trata é de um “acordo ortográfico”. Termina o seu enunciado marcado por uma polifonia interrogativa, porém irônica.

No quarto parágrafo é apresentado a “bobagem 4”, trazendo a polêmica de quem: “acha que o acordo não tem importância”. Apresenta um enunciado epistêmico

de certeza, de forma que, gradativamente mostra para o leitor, o papel e a importância do Brasil em comparação a Portugal. O autor diz:

“Portugal, infinitamente menos importante que o Brasil no cenário político e econômico mundial, se recusa a ver que quem lidera a lusofonia, hoje somos nós”.

Nesta frase faz um discurso de paixão, ao atacar frontalmente Portugal e defende com todos os argumentos cabíveis de refutação teórica a sua pátria, o Brasil. Ao continuar o seu discurso enumera o desempenho brasileiro em relação a Portugal, que iremos transcrever:

“[...] O PIB brasileiro é o 8o maior do mundo; o de Portugal é o 41o... Só na metrópole de São Paulo tem mais falantes de português do que em toda a Europa! Defender o acordo de uniformização ortográfica é defender essa liderança, é exigir que Portugal pare de se arvorar como fonte “original e pura” de irradiação do português e de decisões internacionais acerca da língua. O português que conta hoje, no mundo, é o nosso. E os portugueses que enfiem sua viola no saco e parem de ter saudades de um império que começou a ruir em 1808, senão antes...”

O enunciado polifônico exclama a polemicidade do discurso em defesa do acordo ortográfico. Dessa forma, é proposto por parte do autor informar a importância do Brasil (BR) e a inferioridade de Portugal (PT). Com isto, reúne elementos linguístico-discursivos com valor pejorativo: quando compara o PIB do Brasil com o de Portugal, diz que o (BR) é “é o 8º **maior** do mundo”, faz uma implicação de superioridade do (BR) e inferioridade de (PT); faz outra implicação, ao enunciar que um dos estados brasileiros “**tem mais falantes do português do que em toda a Europa**”, termina sua frase com um operador grafodiscursivo exclamativo que podemos interpretá-la como um grito de superioridade do seu país.

O autor faz uso de estratégia de desqualificação do discurso do outro quando enuncia que: “e exigir que Portugal pare de se **arvorar** como fonte ‘**original e pura**’”, com tamanha indignação o autor faz uso, do verbo “*arvorar*”, apresentando valor belicista, nesta guerra de poder intelectual. Ao referir “*original e pura*”, pretende dizer que a língua dos portugueses não tem só origem em Portugal. Portanto, Marcos Bagno afronta a todo o momento os portugueses quando metaforicamente faz uso da expressão: “*portugueses que enfiem sua viola no saco*”, a “*viola*”, é um instrumento importante que representa a história, a musicalidade e a cultura de Portugal.

O autor em seu discurso traz para o leitor: o comportamento agressivo e resistente a mudanças por parte de Portugal. “*Essas reações polêmicas inserem-se numa*

tomada de consciência forçada da relativa inatividade intelectual portuguesa”. (cf. Menéndez, 2005:179)

A segunda publicação selecionada para a análise é um artigo do Linguísta, professor Titular (aposentado) de Língua Portuguesa da UFPR e membro da Comissão para Definição da política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa do Ministério da Educação: *Carlos Alberto Faraco*. O artigo está disponível no site³² do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, foi publicado em junho de 2009.

Nesta análise (os negritos são da minha responsabilidade), iniciaremos pelo título e o primeiro parágrafo:

“Uma mudança necessária”

“Como princípio geral, podemos afirmar que, por razões econômicas, sociais e educacionais, a ortografia de uma língua deve ser o mais estável possível. Mudanças ortográficas devem ser raras. Se eventualmente necessárias, devem ser pontuais, alcançando apenas aspectos marginais ou excessivamente incongruentes.”

O professor Carlos Alberto Faraco, apresenta no seu artigo situações pontuais sobre o novo acordo ortográfico. Constrói um título com objetivo de convencer o leitor de que o novo acordo é importante ao fazer uso do qualificativo: *“necessária”*, que neste contexto apresenta uma construção de juízo de valor forte, que é atribuída à mudança ortográfica, que implica numa inscrição da instância discursiva. Este juízo de valor cria uma escala positiva, em que irá construir expectativas polêmicas ao leitor.

Ao iniciar o parágrafo verificamos o uso da expressão *“podemos afirmar que”*, que determina uma argumentação explicativa, em que o autor, enumera factos considerados essenciais para a ortografia de uma língua. E ainda propõe que as: *“mudanças ortográficas devem ser raras”*. Nesta expressão, o autor faz uso de estratégias de manipulação de opinião ao justificar sua teoria sobre as mudanças ortográficas.

Assim sendo, o artigo do professor Carlos Alberto Faraco irá justificar as razões pela qual, é necessário que esse acordo ortográfico de 1990, ocorra:

*“Há duas boas e fortes razões: vamos **eliminar** excessos e incongruências que ainda persistem na nossa ortografia e, ao **fazer** isso, vamos **alcançar** aquele que é o objetivo*

³² Documento disponível no site-web: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=497>. Consultado a 24 de março de 2011.

maior da reforma – resolver de vez a esdrúxula situação de uma língua com duas ortografias concorrentes: a lusitana e a brasileira”.

As razões colocadas pelo autor são manipuladas com argumentos fortes, que estão marcados nos verbos: *eliminar- fazer- alcançar- resolver-*, que pertencem ao modo imperativo impessoal, que ao serem enunciados mantém a força que propaga essa mudança envolvida numa polifonia do discurso polêmico.

No sétimo parágrafo o autor faz uma referência, que podemos considerar importante neste discurso ao dizer que, (os negritos são da minha responsabilidade):

*“**Mas** o melhor resultado do Acordo é o fim da duplicidade de ortografias. Esta duplicidade **não seria, em princípio**, um problema, **já que** as diferenças não são de tal monta que interfiram na compreensão dos textos”.*

Ao iniciar o discurso faz uso do marcador de contra-argumentação “*mas*”, com valor forte ao ligar a responsabilidade do autor a seu enunciado. Ao usar a expressão “...*não seria, em princípio*,...”, que marca uma argumentação negativa polêmica, para a correlação de factos que serão expostos a favor do acordo. Na expressão “*já que*”, constrói um discurso para justificar o fim da duplicidade das ortografias, ao terminar o parágrafo.

Verificaremos o próximo parágrafo que tem o seguinte início, (os negritos são da minha responsabilidade):

*“**No entanto** – e este é um ponto que raramente aparece nos debates –, Portugal transformou a **duplicidade de ortografias em um instrumento político para embaraçar a presença brasileira** seja nas relações com os demais países lusófonos, seja na promoção internacional da língua”.*

Faz uso do introdutor argumentativo “*no entanto*”, com valor forte de oposição, ao fazer referência do parágrafo anterior, sobre a compreensão dos textos. O autor afronta Portugal quando faz uso do discurso de ter transformado a “*duplicidade de ortografias em um instrumento político para embaraçar a presença brasileira...*”, essa expressão repreende diretamente o co-enunciado, num momento em que convoca diretamente o Outro numa polifonia discursiva. Ao continuar sua justificação afronta mais uma vez, Portugal, que através da conjunção alternativa “*seja*”, opera neste discurso alternando ironicamente factos e situações que o autor considera irrelevante para esclarecer essa guerra de acordos.

O professor continua em outro parágrafo dizendo que (os negritos são da minha responsabilidade):

*“No **fundo** (embora isso nunca seja claramente dito), **Portugal teme a “brasilianização” da língua** (afinal, 85% dos falantes estão aqui) e tenta nos neutralizar, praticando uma política da língua que busca sempre nos deixar em plano secundário”.*

Ao fazer uso da expressão “*no fundo*”, no início do seu discurso, sugere que algo ficou para dizer, assim utiliza argumentos que afronta mais uma vez Portugal. Em consequência diz que: “...*Portugal teme a “brasilianização” da língua...*”, utiliza de neologismo; usa o verbo “*temer*”, atribuindo a Portugal uma situação de inferioridade ao agir dessa forma. Esta frase é construída num discurso polêmico, ao comparar Portugal com o Brasil. O autor desqualifica e diminui a importância que Portugal exerce em relação à quantidade de falantes da mesma língua; atribui a Portugal uma posição belicista que por medo de perder o poder da língua, faz uso de atributos descomuns, para atingir o seu propósito de não ser inferior ao Brasil.

O autor continua seu discurso enumerando situações plausíveis que Portugal mantém sobre o pretexto da diferença ortográfica. Em certo momento do discurso, o autor, expõe situações hilariantes e irônicas atribuídas pela duplicidade ortográfica. Neste parágrafo que iremos transcrever, veremos o autor fazer uso da polifonia ironicamente (os negritos são da minha responsabilidade):

*“Caso emblemático é o do Dicionário Houaiss. Este que é o maior dicionário da língua, para poder circular também em Portugal e nos outros países lusófonos, teve de ser editado em duas versões ortográficas. Podemos facilmente imaginar quanto custou essa **“brincadeira”**. E este é apenas um de incontáveis casos. O Brasil tem, portanto, claros prejuízos culturais e econômicos com a duplicidade de ortografias.*

Faz uso da expressão “*brincadeira*”, que marca uma argumentação irônica atribuída a situação criada por Portugal. Na frase seguinte, são enumerados outros fatores que marcam a força desta expressão trazida pelo autor, de como esta é desfavorável ao Brasil.

O professor continua o seu discurso polêmico em outro parágrafo quando trata do despreparo de Portugal em relação à promoção da língua: refere que somos a terceira língua mais falada no mundo, que nada adianta se não é “*transformado numa vantagem política?*”. Ao terminar a frase com uma pergunta, isto é, um operador grafodiscursivo, traz para o leitor uma polifonia discursiva em que prolifera no texto um juízo de valor sobre o enunciado.

Em seu penúltimo parágrafo traz um tema que afronta metaforicamente a face de Portugal, transcreveremos o parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

“Num mundo em que várias línguas estão em extinção por terem poucos falantes e em que as “grandes” línguas lutam para garantir um equilíbrio frente à expansão do inglês, o português se vê apequenado porque quem deveria ser nosso parceiro age como nosso antagonista, tendo a diferença de ortografias como pretexto”.

O autor apresenta um argumento forte para o seu leitor, ao fazer comparações entre as línguas em extinção e as grandes línguas. Continua por enunciar que, enquanto as grandes línguas estão sempre a lutar contra o inglês, que domina todo o mundo, a nossa língua continua numa guerra sem razão de ser. E assim, o seu discurso ironiza a situação em que se encontra a língua portuguesa por preconceitos de Portugal. Ao enunciar que temos uma língua sem valor mundial, porque Portugal é incapaz e insensível para superar essas atitudes atrasadas. Sugere que Portugal dê importância à nossa língua e não aga como inimigo do Brasil, que quer uma língua internacionalizada.

O professor Carlos Alberto Faraco termina o seu discurso na esperança de que essa situação seja superada e que Portugal crie o desejo, saia do pedestal e tenha consciência que a nossa língua precisa ser projetada não só internacionalmente, mas também no interior dos próprios países.

A terceira publicação selecionada para a análise é um artigo do professor *José Luiz Fiorin*, que pertence ao Departamento de Linguística da USP é organizador dos livros de Introdução à Linguísticas I e II da Editora Contexto. O artigo está disponível no site³³ da Revista Língua Portuguesa e foi publicado em: 07/02/2008.

Nesta análise (os negritos são da minha responsabilidade), iniciaremos pelo título e o subtítulo:

“E agora, Portugal? - É preciso esclarecer as informações desencontradas antes de dar o próximo passo na unificação da grafia do idioma”

O professor José Luiz Fiorin dá início ao seu título fazendo uma interrogativa temporal, que propaga um comportamento de afrontamento sobre Portugal. Com o intuito de sugerir que, Portugal apresenta informações errôneas sobre a unificação da grafia do idioma. Em consequência, o autor dá início a uma sequência de afirmações e justificativas a favor do acordo ortográfico e a posição que é defendida em Portugal.

³³ Documento disponível no site-web: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11474>
Consultado a 18 de março de 2011.

No primeiro momento do artigo, o professor conta um pouco a história dos acordos e narra uma situação que é importante transcrever para conseguirmos compreender melhor os desacordos ortográficos entre o Brasil e Portugal:

*“[...] Essa situação de não unidade se deve ao fato de que, logo depois da independência do Brasil, os escritores **diziam** que não bastava que houvesse uma independência política de Portugal, era preciso também estabelecer uma independência cultural. **Por isso**, o Brasil nunca reconheceu a autoridade lingüística de Portugal. As divergências ortográficas foram ocorrendo e, desde 1924, procura-se uma ortografia comum. [...]”*

O professor Luiz Fiorin, expõe um facto não muito propagado em relação a essa guerra de acordos, justifica para o leitor que não é uma situação nova, mas sim, antiga e que tem raiz brasileira e que, aliás, é propagado polifonicamente no contexto. O seu discurso é marcado por argumento polifônico atribuído por uma proliferação de verbos no subjuntivo, marcadores temporais, marcadores de presença de negação apontada para uma correlação de subjetividade entre o Brasil e Portugal.

E continua no seu discurso a explicar a real situação da língua portuguesa. Ao referir que não é reconhecida internacionalmente, pois tem sempre que se apresentar aos órgãos internacionais documentos duplicados, ou seja, um com a grafia brasileira e outro com a portuguesa. Em consequência desses factos e outros, o autor justifica que foi proposto um acordo ortográfico em 1990.

O autor organiza o seu texto em alguns grandes momentos. No primeiro faz um retrocesso à história da ortografia, analisado supra. No seguinte, temos o momento dos “*quatro Equívocos*”, onde são explicadas as inverdades propagadas sobre o acordo ortográfico. Neste texto verificamos a polémica discursiva que o autor denuncia ao seu leitor.

O primeiro equívoco é sobre a *unificação da língua portuguesa*, o autor diz que “*isso não é verdade*”, e justifica sua resposta assim (os negritos são da minha responsabilidade):

*“ [...] A variação é um **fenômeno** inerente à língua, **porque** a sociedade em que é falada é heterogênea. É **impossível** uniformizar a língua. **Repetimos**, o que se pode e se quer tornar uma é a ortografia”.*

Nesta parte do parágrafo está presente a estratégia de manipulação, que através dos marcadores fáticos traz fatores pontuais como: *é um fenómeno – porque - é impossível - repetimos*; essas expressões apresentam um valor de verdade neste contexto. É verificado o uso do “*o que se pode e se quer*”, constrói uma argumentação

de poder acrescida pelo uso do “se”. Que diante do leitor traz a confirmação de seu ponto de vista.

O segundo equívoco é: “*que a reforma é tímida, dever-se-ia fazer uma mudança radical para simplificar a ortografia e aproximá-la da maneira como falamos*”. E o autor esclarece para o seu leitor (os negritos são da minha responsabilidade):

*“Na verdade, **aqui há** dois erros. Primeiramente, **não se está fazendo propriamente uma reforma ortográfica e sim um acordo de unificação ortográfica** e, portanto, atinge basicamente os pontos de divergência das duas ortografias e **não faz reforma profunda na maneira de grafar as palavras**. Depois, enganam-se os que pensam que se pode escrever como se fala, pois a pronúncia varia, por exemplo, de região para região em cada país e, por isso, **não se pode grafar tal como se fala**”.*

Nestes dois erros explicitados pelo autor, ele faz uso de marcador de dêixis espacial “*aqui há*”, atribuindo o local e a existência da enunciação do autor. Começa por uma negação polêmica que ironicamente explica situações pontuais, em que afirma que não há reforma ortográfica e sim uma unificação ortográfica. Portanto, esta afirmação do autor é uma tentativa de esclarecer para o seu leitor o que está verdadeiramente acontecendo. Termina o parágrafo explicando porque não podemos fazer uma reforma ortográfica drástica; faz uso de um enunciado polifônico; utiliza marcas de argumentação oral “*ora isso*”; marcas argumentativas explicativas: *além disso - porque não - uma vez que*. Essas marcas fazem parte do discurso polêmico, que o autor utiliza com intuito de manipular diretamente o seu leitor para convencê-lo das barbaridades enunciadas sobre o novo acordo ortográfico.

O terceiro erro discutido pelo autor é quando referem que é: “*uma reforma de meia-sola*”. Transcreveremos a explicação do autor, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“[...] Como disse um conhecido **professor de português**, é “uma reforma meia-sola”. Os que afirmam isso se fundamentam no fato de que o tratado permite dupla ortografia nos casos em que no Brasil se acentua com acento circunflexo e em Portugal, com acento agudo, refletindo a diferença de timbre fechado e aberto... [...] A partir da entrada em vigor do acordo, as duas grafias serão corretas em todos os países de língua portuguesa”.*

Neste parágrafo, o autor afronta diretamente o “*professor de português*”, construindo um discurso que embora polêmico de um ponto de vista intelectual, pretende, sobretudo, ser irônico e elegante. Na verdade, de forma inerente traz uma justificação que desmente o conhecido professor de português (Pasquale Cipro Neto). O

termo usado para o acordo ortográfico “*meia-sola*”, é uma expressão com valor pejorativo que o autor usa para influenciar negativamente o seu leitor.

Transcreveremos mais uma parte deste parágrafo que dá continuidade à polêmica dos acordos, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Finalmente, muitos dizem que há coisas mais importantes a fazer do que tornar uniformes as ortografias. Poderia até ser verdade se pensarmos apenas do ponto de vista das carências educacionais nos países lusófonos. **No entanto**, para efeitos de difusão internacional e de implantação de uma política lingüística comum, **a unificação é importante**. Para os brasileiros, no entanto, está em jogo outra coisa. Em Portugal, muitos falam em recusar o acordo, em nome da manutenção **da pureza da língua original**, porque ele representa a **“brasilianização da ortografia”**, **“a colonização dos ex-colonizados”**. Os argumentos desses portugueses não têm fundamento na realidade. São fantasias”*.

Neste parágrafo, o autor, expõe outros discursos que são propagados contra o acordo ortográfico. Em contra partida, o autor responde ironicamente em tom de pouco caso, e faz uso da marca argumentativa de oposição “*no entanto*”, que atribui ao enunciado uma justificativa plausível para que este acordo aconteça e termina por dizer que: “*a unificação é importante*”. É enunciado que Portugal poderá recusar o acordo. Neste momento da enunciação o autor desqualifica o discurso alheio usando de ironia ao referir “*da pureza da língua original*”; e faz uso do neologismo quando refere a “*brasilianização da ortografia*”; usa a expressão irônica: “*a colonização dos ex-colonizados*”; ataca-os frontalmente “*desses portugueses*”, e conclui de forma elegante o seu discurso ao enunciar que as atitudes dos portugueses “são fantasias”.

No parágrafo seguinte surgem impasses polêmicos trazidos pelo autor, na tentativa de apresentar ao seu leitor um discurso de paixão e de verdades que ele acredita. Transcreveremos o parágrafo (os negritos são de minha responsabilidade):

*“[...] Esse comunicado é uma obrigação do país depositário, mas nem isso Portugal fez para não dizer oficialmente que ele está em vigência. A partir daí, o acordo passa a ser muito importante para o Brasil, pois o que está em questão é o fato de que Portugal pretende manter-se na posição de **padrão de língua** para os países lusófonos de África e de Ásia, de que Portugal nega ao Brasil um papel pleno no intercâmbio cultural e científico entre os países lusófonos e na difusão do português no mundo, na medida em que não reconhece, por exemplo, a certificação de proficiência brasileira ou a legitimidade de seus materiais didáticos e instrumentos lingüísticos. Portugal pretende **ter um monopólio da política lingüística** de propagação do português; Portugal deseja manter o mito de que é **o guardião da pureza do idioma**. Por essas razões, do ponto de vista simbólico, o acordo de unificação é relevante para o Brasil.*

Neste enunciado temos a presença de um discurso de defesa à pátria, que é justificado através das denúncias apresentadas pelo autor diante do co-enunciado. Ao referir que Portugal não informou os outros países lusófonos sobre o novo acordo, cria uma imagem de irresponsabilidade de Portugal.

O autor afronta Portugal, por este negar que o Brasil tenha uma posição importante cultural e cientificamente, para com os países lusófonos. Assim, denuncia Portugal, por julgar ser o único com direito sobre a língua portuguesa, enfim, de ser o “*padrão da língua*”. Mais, de querer “*ter um monopólio da política lingüística*”; e, ainda ser: “*o guardião da pureza do idioma*”. Por todo o exposto, o autor concluiu o seu discurso, com marca argumentativa explicativa “*Por essas razões*” numa polifonia que atribui a Portugal uma situação hilariante e imaginária diante desses factos.

II. 4. Elementos Linguístico-Discursivos preferenciais nos Discursos a Favor ao Novo Acordo Ortográfico em Portugal e no Brasil:

Os elementos estão inseridos na tabela 2, conforme anexo.

Esses elementos preferenciais são constatações da capacidade de persuasão do ponto de vista dos autores para com os seus leitores. São mencionadas algumas expressões mais violentas, que violam a máxima da qualidade num discurso, mas também, outras com um discurso de paixão, muitas vezes irônico, no entanto, sem se deixar levar pela força da palavra ao atentar contra o Outro.

Em todas as formas apresentadas, constroem um espaço de enunciação, em que é notório o avançar do tom da polémica ao mesmo tempo que, a construção de uma interpretação simbólica dá significados às críticas realizadas em todo contexto analisado.

Embora esta polémica aborde todo o tipo de ponto de vista intelectual e social, tem a pretensão de, sobretudo, ser irônica. Na verdade, apresenta um discurso que é composto, por operadores, argumentos normais e marcas de oralidade, que são manipuladas e orientadas negativamente para o leitor, que esteja contra o acordo ortográfico.

Alguns autores usam o discurso de forma informativa sobre as ocorrências dos acordos ortográficos ao longo dos anos. Dessa forma, tentam persuadir os seus leitores para as suas justificativas plausíveis, sobre a necessidade de existir um único acordo

ortográfico entre os países de língua portuguesa. Fazem-no com a crença de que é a única maneira de conseguir um reconhecimento internacional da Língua Portuguesa.

II. 5. Elementos Linguístico-Discursivos preferenciais nos Discursos Contra o Novo Acordo Ortográfico em Portugal e no Brasil:

Os discursos apresentados, quer no corpo do relatório, quer no anexo, foram escolhidos com o intuito de mostrar uma perspectiva quer de adesão quer de confrontação dos países para com o Acordo Ortográfico. Em ambos os casos, não nos faltaram argumentos linguístico-discursivos para a construção desta análise. Os elementos linguístico-discursivos preferenciais possíveis em discursos polêmicos no Brasil e Portugal estão presentes na tabela 3, em anexo, bem como as análises das posições negativas.

Os escritores expõem as suas indignações e críticas na tentativa de que conseguir mudar as opiniões dos seus leitores. São discursos que atribuem momentos únicos, sobre pontos de vista, igualmente únicos, e que apresentam um vocabulário com questões alargadas para debates, pela perspicácia dos autores em esclarecer, justificar e propor alterações e anulações ao novo acordo ortográfico.

As intervenções são influenciadas por fatores políticos, sociais e culturais, causadores de reações adversas diante de uma luta ideológica. Assim, constrói-se um discurso que resulta num corpus discursivo homogêneo, alimentado pela fúria e crítica de cada autor. Os autores constroem nos seus discursos estratégias, que são constantemente utilizadas num diálogo imaginário, que compõe o EU ao TU/OUTRO, criando uma constante interação retórica trazida pela polemicidade ao discurso polêmico. (cf. Menéndez, 2005:173)

Os autores apresentam no seu discurso um teor de grande violência discursiva, recorrendo a uma diversidade de marcas linguística-discursivas, como estratégias para desqualificar o discurso do Outro, apresentando valores negativos e de cariz belicista na construção da sua imagem. As formas de divulgação dos discursos são feitas através da internet que atualmente é o maior meio de comunicação.

Assim, podemos compreender a capacidade de entender a polémica do assunto, que constrói precisamente um espaço de intercomunicação entre o autor e o seu leitor. Entre as polémicas apresentadas não ocorre a proteção das faces que são propostas em

um diálogo normal, que são inseridas em léxico nomeadamente belicista que desqualificam a imagem do outro.

É através das marcas argumentativas com características negativas que se criam paradigmas de elementos, que se constituem enunciados polêmicos com o poder de propagar a polemicidade para o leitor.

Conclusão:

Diante dos factos que foram relatados sobre os acordos e desacordos na história da ortografia nas últimas décadas, vimos que se trata de um assunto com o grau polêmico bem acentuado, que se estende ao longo dos anos, com questões e opiniões bastante pertinentes e impetuosas acerca das dificuldades que persistem em sua aplicação.

Entre batalhas políticas, linguísticas e gramaticais ocorreram os acordos e os desacordos ortográficos entre os dois grandiosos países: Brasil e Portugal. Em consequência destes factos, não se sabe bem ao certo de quem é a culpa, pois não viemos aqui para descobrir-la nem apontá-la. Mas é claro que a responsabilidade de tantos vai e vem de acordos e desacordos é dos governantes e dos intelectuais que estão à frente desses países.

Apesar de tantas tentativas para a formação de um acordo ortográfico, os responsáveis sempre tiveram uma enorme dificuldade de encontrarem uma única norma ortográfica que se enquadrasse nos dois países. É claro que nunca chegaram a um acordo comum. Apesar de tantos contratempos ao longo dos anos, já se estão a entender, na intenção de adotarem o novo acordo. Diante de tudo que foi dito a favor do novo acordo ortográfico, pode-se trazer para os países de Língua Portuguesa uma importante posição diante das estatísticas internacionais, já que somos uma das línguas vivas mais antigas. Não deixamos de referenciar que estamos na 7ª posição do *ranking* mundial, atrás do Inglês, Espanhol, Mandarim, etc..

Não podemos deixar de pensar e contabilizar que somos uma das oito línguas mais faladas no mundo, é por isso que temos um tema tão badalado, motivo de opiniões a favor e contra, devido a tantos escritos e opiniões sobre o novo acordo ortográfico, nos dois lados do Oceano Atlântico. Assim sendo, pensamos como seriam os argumentos que cada autor criaria nos seus discursos, e o quanto nos enriqueceria esta análise. É evidente que não foi fácil escolher de entre centenas de discursos polêmicos sobre o novo acordo ortográfico. No entanto, chegamos a um consenso: teríamos um total de três a favor e três contra do Brasil e de Portugal. Ao iniciar a pesquisa dos discursos, não tínhamos a dimensão de tantos “disse me disse” que nos deram um excelente corpus para a nossa análise.

Diante das análises pensamos em evidenciar as marcas que constituem um discurso polêmico e vimos que os discursos a favor do novo acordo ortográfico do Brasil e de Portugal apresentam pontos em comum. Sobre essa briga ortográfica, fizemos algumas observações bastante interessantes.

Começamos por evidenciar factos marcantes nos discursos a favor em Portugal e no Brasil. Estes discursos insultam e afrontam pejorativamente de forma direta todos que estão contra o novo acordo ortográfico, principalmente do próprio país. Os autores brasileiros afrontam diretamente Portugal por este não aceitar o acordo ortográfico, acusam os portugueses de serem preconceituosos e de desejarem ter o poder da língua para o resto da vida.

Os autores abordam o assunto com uma linguagem simples e direta, para atingir o seu maior objetivo que é o de convencer o seu leitor de sua certeza. Dessa forma, cada texto traz uma forma irônica e polêmica ao desqualificar o discurso do Outro; utiliza termos da oratória para fazer presente o seu ponto de vista. Ao abordarem factos polêmicos que ocorreram no passado dos acordos ortográficos, os autores o fazem com a intenção de apresentar que *(o que passou-passou e não volta a trás)*. Alguns dos autores tentam justificar-se de forma geral, dizendo que a língua sofre alterações entre todos os povos e que a ortografia é uma norma, é uma convenção para simplesmente escrever ‘corretamente’.

Os autores portugueses reconhecem que o português brasileiro vem tomando uma dimensão muito grande e alertam para que o seu país tenha cuidado, porque o Brasil pode ter mais ‘poder’ do que o país que o colonizou. Com isso os autores demonstram preconceito social e intelectual. Os autores apresentam todo o tipo de justificativas na tentativa de convencer o leitor. Para isso, os textos são marcados por argumentos que relatam alguns factos que os autores consideram importantes sobre a história dos acordos ortográficos. Usam termos que propagam cariz belicista, usam ditos populares no intuito de desqualificar o discurso do Outro.

Os autores portugueses e brasileiros têm reações polêmicas que procuram criar um juízo de valor para intervir numa intersubjetividade coletiva. Os autores usam o texto como porta-voz, para criticar e mostrar sua paixão pelo que defendem. Assim, ao atacar pessoas ou entidades, o fazem em protesto numa posição discursiva e defensiva, a partir da qual tomam uma atitude de avaliação do Outro.

Os textos são propagados nos diferentes níveis enunciativos, que convocam através dos propósitos expostos uma polifonia que abre a polemicidade para o exterior.

Dessa forma, os discursos polêmicos aqui inseridos são caracterizados pela capacidade de aumentar as críticas nas páginas de artigos da internet, críticas essas que contagiam os seus leitores.

Diante da análise dos discursos contra o acordo ortográfico no Brasil e em Portugal, que encontram no anexo 1, verificamos que estes não fogem do que foi dito supra, ocorrendo situações argumentativas: que expressam oralidade de cariz belicista; que usam de neologismo; que fazem uso do operador grafodiscursivo; que fazem jogo de palavras com recursos retóricos na tentativa de construir um juízo de valor negativo para o seu leitor.

Não podemos deixar de referir os insultos dos dois lados dos países, pois cada qual está seguro do que defende.

Tomando por base o texto do professor António Emiliano (PT), constata-se que é um relatório de intervenção contra o novo acordo ortográfico caracterizado pelo tamanho da sua determinação em não o aceitar, e tentando convencer o seu leitor para o mesmo. Portanto, o seu texto tem um nível de persuasão elevadíssimo e bem escrito que apresenta objetivos claros, caracterizados para convencer o leitor a assinar a petição contra o acordo ortográfico.

Quanto ao texto do professor Pasquale Cipro Neto (BR), verificamos que não foge a regra aos ataques polêmicos contra o novo acordo ortográfico. Em sua entrevista, constrói respostas que argumentam negativamente contra tudo que foi dito a favor da aplicação do acordo. São respostas diretas e objetivas que funcionam como operadores na refutação da veracidade da palavra do Outro. Cria um processo de respostas que manipula de forma negativa a opinião do seu leitor diante das suas opiniões críticas.

Os autores, nos seus discursos críticos, algumas vezes irônicos, proporcionam aos seus leitores diferentes leituras linguístico-discursivas. Só uma polêmica com tantos acordos e desacordos pode atrair: escritores, jornalistas, professores, políticos e intelectuais, etc.

Sendo um assunto atrativo e interessante, encontramos e selecionamos um pequeno corpus para esta análise. Assim, construímos uma análise que consideramos razoável para o nosso objetivo nesta pesquisa.

Sendo evidente que não foi possível analisar todas as marcas argumentativas, construídas pelos nossos brilhantes autores, as quais deixaremos para outro momento, analisamos, no entanto, as marcas linguístico-discursivas mais comuns na formação do

tom polêmico genericamente usado por todos os autores. Porém, esperamos que a nossa análise venha a ser um contributo suficiente para mais pesquisadores.

Não deixando de referenciar que todos os discursos são frutos esclarecedores de dúvidas sobre o novo acordo ortográfico, perguntamos, no entanto, se este será mais um desacordo. Esperamos que não! Esperamos que seja uma ponte entre o Brasil e Portugal para engrandecer e internacionalizar a nossa ortográfica.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Ivanildo (2001), *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro, ed. Lucena, 37ª edição, pp.168, 328, 329. [livro]

CASTRO, Ivo & DUARTE, Inês (1987), “Comentário do Acordo”, in Castro, Duarte & Leiria, orgs., *A Demanda da Ortografia Portuguesa: Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu*, Lisboa: Sá da Costa, 13 – 89 [parecer]

CORREIO da Manhã, (2011) p.41, Francisco José Viegas.

COSTA, João (2008), *O Advérbio em Português Europeu*. Lisboa: Edições Colibri, pp.49-50-51. [livro]

CUNHA, C. & L. Cintra (1985), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição/35ª impressão, Capítulos: 14-15-16. [livro]

EMILIANO, António (2008), *O Fim da Ortografia: Comentário Razoado dos Fundamentos Técnicos do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*. Lisboa. Ed. Guimarães Editores. Pp.3-13. [livro]

FONSECA, Fernanda Irene (1996), “*Deixis e pragmática linguística*”, in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Org. de Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, Carlos A. M. Gouveia, Ed. Caminho: Lisboa, pp.437-445. [livro]

LOPES, Ana Cristina Macário & Rio-Torto, Graça (2007), *Semântica, O Essencial sobre Língua Portuguesa*, Ed. Caminho: Lisboa, pp.53-65. [livro]

LOPES, Óscar (1987), “O Acordo Ortográfico”, in Castro, Duarte & Leiria, orgs., *A Demanda da Ortografia Portuguesa: Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu*, Lisboa: Sá da Costa, 129 – 33 [parecer]

MAINGUENEAU, Dominique (2005), *Análise de Textos de Comunicação*. Dominique Maingueneau: Tradução de Cecília P. De Souza - e - Silva, Décio Rocha. – 4. ed. - São Paulo: Cortez. [livro]

MATEUS, Maria Helena Mira et alii (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*. 6.^a ed., Lisboa: Caminho, capítulo (cap. 9) pp. 243-272. [livro]

MENÉNDEZ, Fernanda Miranda (2005), *Estruturas do Discurso Polémico em Português*, in Marques, Maria Aldina et al. (org). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga, Universidade do Minho/ILCH, pp. 171-182. [livro]

MENÉNDEZ, Fernanda Miranda (2006), *Análise dos Discursos e Historicidade: Questões Teórica – Análise de um caso- in Processos Discursivos de Modalização*, 20-1. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, U.Minho, pp. 57-61. [livro]

PESSOA, Fernando (1997), *A língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Assírio & Alvim, edição, 454. pp. 75-91. [livro]

RODRIGUES, Adriano Duarte (2005), *Linguística e Comunicação – A Partitura Invisível – Para a abordagem interativa da linguagem*. Lisboa: Edições Colibri, pp.147-152. [livro]

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2006), *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 11. ed. – São Paulo: Cortez. pp. 24-30. [livro]

WEBGRAFIA

ALMANAQUE Abril (2008), Editora Abril Cultura, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Paulo (2003) *A hora de Ensinar Ortografia*. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/hora-escrever-certo-423515.shtml>. Documento consultado em 18 de junho de 2011.

BAGNO, Marcos (2008) *Bobagens Sobre o Acordo Ortográfico “E deixe os Portugais morrerem à míngua...”* - Caetano Veloso – Disponível em: http://marcosbagno.com.br/site2/conteudo/arquivos/art_carosamigos-maio.htm. Documento consultado em 18 de março de 2011.

CAMARGO, Thaís Nicoletti (2009) *Reforma ortográfica: mais custos que benefícios*. Disponível em: <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2009/04/reforma-ortografica-mais-custos-que.html>. Documento consultado em 24 de março de 2011.

CARDOSO, Elis de Almeida (2005) *Evolução das Mudanças Orthográficas*. Disponível em: <http://www.velhosamigos.com.br/ortografia.html>. Documento consultado em 21 de abril de 2011.

CARDOSO, Elis de Almeida (2005) *Orthographia virou ortografia, um panorama da evolução do registro escrito da língua portuguesa*. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11184>. Documento consultado em 21 de abril de 2011.

CARVALHO, Manoel Mendes (2008) *A Lusofonia e o Acordo Ortográfico*. Disponível em: <http://mazungue.com/angola/index.php?page=Thread&threadID=2250&pageNo=2>. Documento consultado em 21 de abril de 2011.

CASTELEIRO, João Malaca (2008) *Um Novo Acordo Ortográfico*. Disponível em: [996077 http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=996077](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=996077). Documento consultado em 18 de março de 2011.

CRISTÓVÃO, Fernando (2008) *Venha o Acordo Ortográfico!* Disponível em: <http://www.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1598>. Documento consultado em 30 de maio de 2011.

EMILIANO, António (2008) *Acordo NÃO, obrigado!* Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/documentos_diversos/EMILIANOGL20080513.pdf. Documento consultado em 02 de janeiro de 2011.

EMILIANO, António (2008) *Desacordo Ortográficos*. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1706>. Documento consultado em 28 de maio de 2011.

FARACO, Carlos Alberto (2009) *Uma Mudança Necessária*. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=497>. Documento consultado em 24 de março de 2011.

FARACO, Carlos Alberto. *Novo Acordo Ortográfico*. Parábola Editora. Disponível em: <http://www.parabolaeditorial.com.br/novoacordo2.pdf>. Documento consultado em 02 de fevereiro de 2011.

FILHO, D'Silvas (2007) *Que se cuidem os defensores do caduco "orgulhosamente sós"....* Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1517>. Documento consultado em 28 de maio de 2011.

FIORIN, José Luiz (2008) *E agora, Portugal?* Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11474>. Documento consultado em 18 de março de 2011.

FUNDAÇÃO para a Ciência e a Tecnologia (FCT). *Acordo Ortográfico de 1990 - anexo II da legislação portuguesa*. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo&version=1990b>. Documento consultado em 23 de abril de 2011.

FUNDAÇÃO para a Ciência e a Tecnologia (FCT). *História da Ortografia do Português*. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>. Documento consultado em 23 de abril de 2011.

EDITORA Moderna (2008) *Guia do Acordo Ortográfico*. Disponível em: http://www2.moderna.com.br/pnld2010/acordo_ortografico.shtml. Documento consultado em: 02 de janeiro de 2011.

GONÇALVES, Maria Filomena (2010) *A Ortografia Nacional (1904) de Gonçalves Viana e as ideias ortográficas dos reformistas sul-americanos*. Disponível em: http://www.revistaautomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques_linguistica/destaque_a_ortografia_nacional_goncalves_viana.pdf. Documento consultado em 23 de abril de 2011.

GURGEL, Thais (2009) *As Duas Faces Da Ortografia*. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/duas-faces-ortografia-486568.shtml>. Documento consultado em 18 de junho de 2011.

IN INFOPÉDIA [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. *Máximas Conversacionais*. Disponível em: [www: <URL: http://www.infopedia.pt/\\$maximas-conversacionais>](http://www.infopedia.pt/$maximas-conversacionais). Documento consultado em 03 de junho de 2011.

MORAIS, Artur Gomes de (1998) *Ortografia: ensinar e aprender*. Disponível em: http://www3.sme.pmmc.com.br/arquivos/matrizes/matrizes_portugues/anexos/texto-14.pdf. Documento consultado em 20 de junho de 2011.

MOREIRA, Vital (2010) *Heterodoxia Ortográfica*. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=2156&template=imprimir>. Documento consultado em 13 de junho de 2011.

MOURA, Vasco Graça (2010) *O (des)acordo ortográfico*. Disponível em: <http://aminhaagenda.aroucaonline.com/2010/01/23/23-de-janeiro-de-2010-o-desacordo-ortografico-segundo-vasco-graca-moura/>. Documento consultado em 28 de maio de 2011.

MOURA, Vasco Graça (2010) *O (des)acordo ortográfico*. Disponível em: <http://aminhaagenda.aroucaonline.com/2010/01/23/23-de-janeiro-de-2010-o-desacordo-ortografico-segundo-vasco-graca-moura/>. Documento consultado em 28 de maio de 2011.

NERY, Alfredina (2008) *Histórico das Alterações do Português*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/portugues/ult1693u56.jhtm>. Documento consultado em 23 de abril de 2011.

NETO, Pasquale Cipro (2008) “*Acordo ortográfico é inútil e desnecessário*”. Disponível em: <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/10/pasquale-cipro-neto-acordo-ortografico.html>. Documento consultado em 24 de março de 2011.

SCHWARTSMAN, Hélio (2007) “*Reforma estúpida*”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartsman/ult510u322182.shtml>. Documento consultado em 24 de março de 2011.

RANGEL, Egon de Oliveira (2004) *Livros e letras – Diário na Escola*. Disponível em: <http://www.formaremrede.org.br/biblioteca/0008.pdf>. Documento consultado em: 18 de junho de 2011.

REIS, Carlos (2008) *Acordo Ortográfico Opositores estão fechados em “comportamentos autistas”*. Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=165250&visual=3&layout=10>. Documento consultado em 02 de junho de 2011.

REIS, Carlos (2008), *Acordo Ortográfico: para além de Portugal*. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1674>. Documento consultado em 28 de maio de 2011.

RIBEIRO, Guilherme (2000), *Apontamentos sobre a História da Evolução da Língua*. Disponível em: http://esjmlima.prof2000.pt/hist_evol_lingua/R_GRU-J.HTML. Documento consultado em 21 de abril de 2011.

SILVA, Francisco Cleber Rodrigues (2011), *Surgimento e Desenvolvimento da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/portugues/ult1693u56.jhtm?action=print>. Documento consultado em 23 de abril de 2011.

TAVARES, Miguel Sousa (2009), *Acordo Ortográfico é "acto colonial" do Brasil*. Disponível em: http://www.publico.pt/Cultura/miguel-sousa-tavares-acordo-ortografico-e-acto-colonial-do-brasil_1401621. Documento consultado em 29 de novembro de 2010.

TAVARES, Renata Suellen dos Santos (2010), *Histórico da Língua Portuguesa e o Novo Acordo Ortográfico*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/38851/1/HISTORICO-DA-LINGUA-PORTUGUESA-E-O-NOVO-ACORDO-ORTOGRAFICO/pagina1.html>. Documento consultado em 23 de abril de 2011.

VELOSO, Caetano (1984), *Música Língua, Disco Velô*. Disponível em: http://www.caetanoveloso.com.br/sec_busca_obra.php?language=pt_BR&page=2&id=156&f_busca=língua. Documento consultado em 27 de junho de 2011.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre (2010), *António de Oliveira Salazar*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_Salazar. Documento consultado em 18 de junho de 2011.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre (2011), *Definição de Assonância*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Asson%C3%A2ncia>. Documento consultado em 04 de agosto de 2011.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre (2011), *Definição de Hipérbole ou Auxese*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%A9rbole_\(figura_de_estilo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%A9rbole_(figura_de_estilo)). Consultado a 22 de julho de 2011.

XAVIER, Lola Geraldes (2010), *A língua portuguesa em evolução: os Acordos Ortográficos, Exdra, Coimbra, ESEC*. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/02/16-%20LolaXavier.pdf>. Documento consultado em 23 de abril de 2011.

DICIONÁRIOS

DICIONÁRIO, Editora, *Dicionário de Sinónimos*. Da Porto Editora: Porto, (1995) 2ª edição

DICIONÁRIO, *Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa*, 2.0.1

DICIONÁRIO, *Etimológico da Língua Portuguesa*. Dos Livros Horizontes: Lisboa, (1987: II-22). José Pedro Machado, segundo volume C-E

Lista de Tabelas

Tabela 1.

A presente tabela consiste numa cronologia da história da ortografia portuguesa que consideramos importante ressaltar nesta pesquisa. Foram retirados dados que achamos necessário para este relato, conforme Ivo Castro e Isabel Leiria, (1987: 204 – 218).

1825	Almeida Garrete escreve de Paris, ao prefaciando o poema <i>Camões</i> :<<Sobre ortografias.
1875	José Barbosa leão propõem uma reforma ortográfica <<em sentido sônico>> (=fonético). Publica “ <i>Considerações sobre a Ortografia Portuguesa</i> ”
1877	Constitui-se no porto uma comissão sobre um parecer de reforma sônica que envia à Academia das Ciências. J. Barbosa Leão publica “ <i>Colêção de Estudos e Documentos a favor da Reforma da Ortografia em Sentido Sônico</i> ”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.
1878	Latino Coelho lê na Academia um parecer desfavorável à proposta da Comissão do Porto.
1885	A. R. Gonçalves Viana publica, em colaboração com G. Vasconcelos Abreu, “ <i>as Bases de Ortografia Portuguesa</i> ”. Cândido de Figueiredo propõem a Academia das Ciências, uma reforma a ortografia, antes de publicar seu <i>Dicionário</i> . Não aconteceram, nem reforma, nem dicionário.
1900	Gonçalves Viana publica um <i>Questionário</i> de 155 perguntas para ampliar <i>as Bases</i> ,
1901	Um decreto publicado no <i>Diário do Governo</i> constitui a primeira manifestação oficial de interesse pela questão ortográfica.
1902	Gonçalves Viana publica <i>Ortografias Portuguesas</i> , contendo as suas próprias respostas ao questionário de 1900.
1904	Gonçalves Viana publica a suma dos trabalhos anteriores, “ <i>a Ortografia Nacional</i> ”.
1907	A Academia Brasileira de Letras é apresentada uma proposta de reforma ortográfica por Medeiros e Albuquerque, em parte inspirada em Gonçalves Viana.
1910	Desencadeia-se o Movimento que conduzirá à Reforma de 1911.
1911	O Administrador da Imprensa Nacional Luís Derouet encaminha ao governo a proposta de que se adopte uma ortografia uniforme nos trabalhos tipográficos. O Governo Português nomeia uma Comissão composta por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos. São agregados à Comissão Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos,

	Epifânio da Silva Dias (que pediu escusa), Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e Borges Grainha. A Comissão termina os seus trabalhos. Em relação às propostas de Gonçalves Viana, com algumas diferenças. O Governo Português aprova o relatório da Comissão, ordena que a ortografia nele proposta seja adoptada nas escolas. Esta reforma não foi precedida de contactos com o Brasil, que não a aceitou.
1912	A Academia Das Ciências de Lisboa convida a Academia Brasileira de Letras para colaborar na reforma ortográfica. João Ribeiro revê a ortografia da Academia Brasileira.
1915	Por proposta de Silva Ramos, a Academia Brasileira decide ajustar a sua ortografia à reforma portuguesa de 1911.
1919	Por proposta de Osório Duque Estrada, a Academia Brasileira revoga a adesão a adesão à ortografia portuguesa.
1920	O Governo Brasileiro aprova o acordo pelo decreto nº 20 108, revalidado por novo decreto em dois de Agosto de 1933.
1934	A Nova Constituição brasileira suspende o acordo.
1935	Antenor Nascente declara ter começado a adoptar desde o 1º de janeiro de 1921 em seus escritos particulares, artigos e livros a <<grafia simplificada oficializada em Portugal>>.
1937	A Constituição Brasileira promulgada neste ano restabelece os princípios da ortografia simplificada preconizados pela Academia Brasileira. O Governo Brasileiro, que encarregara Sousa da Silveira, Augusto Magne e Antenor Nascente de elaborar uma nova reforma ortográfica, arquiva o projecto que lhe apresentam.
1940	A Academia das Ciências de Lisboa publica o <i>Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i>, com base na reforma de 1911, na portaria de 1920 e no acordo de 1931.
1943	A Academia Brasileira de Letras publica o <i>Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i>. Os dois Governos assinam, em Lisboa, uma Convenção Ortográfica. O Presidente Brasileiro Getúlio Vargas Promulga a Convenção de 1943 pelo decreto nº 14 533.
1944	A Assembléia Nacional portuguesa ratifica a Convenção.
1945	Tem início a Conferência Inter-Académica de Lisboa para a unificação ortográfica da Língua Portuguesa. Que termina o primeiro Acto com a assinatura das <<Conclusões complementares do acordo de 1931>>. No segundo acto são assinadas as <<Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945>>. Termina a Conferência Inter-Académica com a assinatura do <<Protocolo de Encerramento>>. Os três documentos constituem o chamado Acordo de 1945. As suas principais características são a unificação ortográfica luso-brasileira. O Governo Brasileiro aprova o Acordo, pelo decreto-lei nº 8 286, que também encarrega a Academia Brasileira de letras de elaborar um <<Vocabulário

	Ortográfico Resumido>>. O Governo Português aprova o Acordo pelo decreto-lei nº 35 228, que também incumbe a Academia das Ciências de Lisboa de organizar o <<Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa>>.
1947	A Academia das Ciências de Lisboa publica o <i>Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa</i> . No Brasil, entretanto, continua a ser seguido o <i>Vocabulário</i> de 1943.
1948	O Presidente Getúlio Vargas envia uma mensagem ao Congresso Nacional, pedindo a ratificação da Convenção de 1943.
1951	Na sequência do pedido presidencial, a Câmara dos Deputados, revoga o decreto-lei nº 8 286 e restabelece <<o sistema ortográfico de 1943>>.
1955	O Presidente Café Filho promulga, em segunda leitura, a lei revogando o decreto-lei citado e restabelecendo o sistema ortográfico de 1943.
1959	O Governo Português publica duas portarias (sobre a nomenclatura dos números e sobre o uso de sinais gráficos na sua escrita).
1963	Oliveira Salazar dá sua opinião sobre a situação ortográfica luso-brasileira, em resposta a uma consulta do Ministério da Justiça, Antunes Varela, sobre o género e acentuação de certos termos jurídicos.
1967	O 1º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, reunido em Coimbra, aprova moção que preconiza um acordo entre Portugal e o Brasil.
1971	As duas Academias estabelecem um acordo limitado, que oficializado no Brasil, pela lei nº 5765. Ao mesmo tempo prepara-se acordo mais amplo, numa tentativa de unificação, entre as Academias das Ciências de Lisboa e Brasileira de Letras.
1973	O Governo Português publica o decreto-lei nº 32/73, abolindo o acento grave e o circunflexo.
1975	Os trabalhos iniciados em 1971 pelas duas Academias conduzem a um projecto de acordo. Este foi o projecto que serviu de base às negociações de 1986.
1985	Entrevista de L.F. Lindley Cintra e Diogo Pires Aurélio: <<As vicissitudes de um Acordo Ortográfico>> <i>Diário de Notícias</i>. Uma Comissão de Linguístas encarregada pelo governo brasileiro de elaborar as <<Directrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa>>, apresenta o seu relatório conclusivo. Presidida por Abgar Renault e constituída por Antônio Houaiss, Celso Cunha, Celso Pedro Luft, Fábio Lucas, João Wanderley Geraldi, Magda Becker Soares, Nelly Medeiros Carvalho e Raymundo Jurandy Wingham.
1986	Anunciado a reunião do Rio de Janeiro com representantes dos sete países de Língua Portuguesa.
1990	Surge o Acordo de Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal para a Lusofonia, nova versão do documento de 1986.
1995	O Brasil e Portugal aprovam oficialmente o documento de 1990. Que passa ser reconhecido como Acordo Ortográfico de 1995.

1998	Surge o Primeiro Protocolo Modificador ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
2002	O Timor Leste torna-se independente e passa a fazer parte da CLPL.
2004	Aprovação do Segundo Protocolo Modificador ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com isto fica determinado que basta a ratificação de três membros para o acordo entra em vigor. O Brasil, ratifica o acordo.
2006	Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ratificam o documento, possibilitando a vigoração do acordo.
2008	Portugal aprova o Acordo Ortográfico.
2009 a 2012	Período de transição para a implantação das mudanças.
2013 a 2014	Uso obrigatório das regras do novo acordo ortográfico.

Tabela 2

Elementos Linguístico-Discursivos preferenciais nos Discursos A Favor do Acordo em Portuga e no Brasil:

Elementos linguístico-discursivos	BRASIL	PORTUGAL
Narração da historia dos acordos	Ocorre	Ocorre
Ataque frontal a face do outro	Ocorre	Ocorre
Uso de adjetivação	Ocorre	Ocorre
Uso de ironias	Ocorre	Ocorre
Termos retóricos	Ocorre	Ocorre
Termos pejorativos	Ocorre	Ocorre
Termos anafóricos	Ocorre	Ocorre
Marcas enunciativas de negação	Ocorre	Ocorre
Marcas enunciativas de adversidade	Ocorre	Ocorre
Marcas polifônicas	Ocorre	Ocorre
Marcas argumentativas (exclamativas e interrogativas)	Ocorre	Ocorre
Desqualificação do discurso do outro	Ocorre	Ocorre
Abuso de verbos no imperativo pessoal	Ocorre	Ocorre
Manipulação da opinião do leitor	Ocorre	Ocorre
Neologismo	Ocorre	Ocorre
Termos enunciativos de oralidade	Ocorre	Ocorre
Expressões fáticas	Ocorre	Ocorre
Repetição de léxicos intencionais	Ocorre	Ocorre
Dêixis espacial e temporal	Ocorre	Ocorre
Termos populares	Não Ocorre	Ocorre

Tabela 3

Elementos Linguístico-Discursivos preferenciais nos Discursos Contra o Novo Acordo Ortográfico em Portugal e no Brasil:

Elementos linguístico-discursivos	BRASIL	PORTUGAL
Constrói Juízo de valor negativo	Ocorre	Ocorre
Ataque frontal a face do outro	Ocorre	Ocorre
Uso de adjetivação e advérbios	Ocorre	Ocorre
Uso de ironias e críticas	Ocorre	Ocorre
Termos retóricos enfáticos	Ocorre	Ocorre
Termos pejorativos	Ocorre	Ocorre
Termos anafóricos	Ocorre	Ocorre
Marcas enunciativas de negação	Ocorre	Ocorre
Marcas enunciativas de patriotismo	Não Ocorre	Ocorre
Marcas polifônicas belicistas	Ocorre	Ocorre
Marcas argumentativas (exclamativas, interrogativas e justificativas)	Ocorre	Ocorre
Desqualificação do discurso do outro	Ocorre	Ocorre
Marca retórica com o Léxico Maiúsculo	Ocorre	Ocorre
Manipulação da opinião do leitor	Ocorre	Ocorre
Neologismo, Metáforas	Não Ocorre	Ocorre
Termos enunciativos de oralidade	Ocorre	Ocorre
Expressões fáticas	Ocorre	Ocorre
Repetição de léxicos intencionais	Ocorre	Ocorre
Dêixis espacial e temporal	Ocorre	Ocorre
Termos populares	Ocorre	Ocorre
Operador grafodiscursivo	Não ocorre	Ocorre
Operador constativo	Não ocorre	Ocorre

ANEXO A

A.1. Discurso Contra o Acordo Ortográfico no Brasil.

Nesta análise, iremos fazer uma amostragem de três publicações “Contra” o Acordo Ortográfico no Brasil. Serão evidenciadas algumas posições interessantes, intrigantes com marcas linguísticas, que tornam os discursos polêmicos diante do Novo Acordo Ortográfico.

Nesta primeira análise, selecionamos uma declaração do professor Pasquale Cipro Neto que também é colunista de diversos jornais brasileiros, autor de livros e apresentador do programa "Nossa Língua Portuguesa", transmitido pelas emissoras de rádio e de televisão. A declaração está disponível no site¹, do Blog oficial da Petição em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico, publicado na sexta-feira, três de outubro de 2008, e também publicada na Notícia Lusa - São Paulo, 02-10-2008 16:22:39. Teve também destaque no Jornal Público de 03/09/2008, página 17.

Nesta análise iniciaremos pelo título, para descrever alguns impasses e argumentação do discurso (os negritos são da minha responsabilidade):

“O Acordo Ortográfico é inútil desnecessário”

Ao construir o título do seu discurso, o professor Pasquale Cipro Neto o faz com a intenção de polemizá-lo: usa o verbo “é = ser”, que é um verbo forte e que liga o sujeito: “o acordo ortográfico” ao seu predicativo “*inútil, desnecessário*”, que o desqualifica. Faz o uso de um discurso direto e frontal para atingir o seu ponto de vista, proporcionando ao seu leitor uma imagem pejorativa do acordo.

Transcreveremos suas declarações, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“**Salientando que** a implantação do acordo ortográfico supera **“de longe”** os eventuais benefícios que dele podem advir, Pasquale Cipro Neto defendeu que o documento não terá **“qualquer influência sobre o papel da língua portuguesa no cenário internacional”**”.*

O autor ao iniciar seu discurso faz uso de um introdutor de argumento forte: “*salientando que*”, a quem atribuímos um valor explicativo, por causar um impacto

¹Documento disponível no site-web: <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/10/pasquale-cipro-neto-acordo-ortografico.html>, Consultado a 24 de março de 2011.

poderoso e positivo diante do leitor. Ao fazer uso da dêixis espacial: “*de longe*”, expressa a certeza de que irá discursar, ao criar diante do leitor um juízo de valor negativo sobre o acordo ortográfico. Ao continuar o seu discurso faz afirmações em que desqualifica o discurso do outro, com a marca de argumentação: “*qualquer*”, que é um adjetivo indeterminado, que enquadrado neste contexto apresenta um valor pejorativo, afrontando o discurso do outro de forma indiscriminada, ao concluir sua declaração neste parágrafo.

Pasquale Cipro Neto ao comparar a grafia brasileira com a lusitana deixa uma dúvida sobre a língua e sua projeção no mundo diante do seu leitor. Transcreveremos essa declaração, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Certamente não é pelos pê e cês que Portugal emprega em 'adoptar' e 'd direcção' ou pelas outras minidiferenças entre a grafia brasileira e a lusitana que a Língua Portuguesa **não tem** projeção no mundo, se é que de fato **não tem**”.*

Em tom irônico, o autor inicia pela expressão: “*certamente não é*”, sendo um marcador forte constrói um juízo de valor epistêmico de certeza, sobre o enunciado que vai surgir logo a seguir, constrói uma escala negativa diante das expectativas do leitor. Apresenta também no seu texto uma polifonia retórica com a ascensão do marcador negativo “*não...*”, diante dos argumentos contra o acordo ortográfico. Ao terminar a sua frase o faz usando da conjunção “*se*”, que cria um discurso irônico com a intenção de expressar a incerteza, que corresponde numa interrogação indireta ao discurso do outro.

O autor continua sua declaração por fazer uma afirmação sobre o acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa que é: “*uma grande bobagem, inútil, desnecessário*”, nesta declaração o autor constrói um juízo de valor pejorativo, numa sequência de adjetivos que desqualificam o discurso do *Outro*; afronta a face do *Outro* numa cena enunciativa pretendida dentro das leis do discurso, que são aqui usadas essencialmente pela negativa, desvirtuando os princípios da máxima da qualidade.

Neste discurso nota que as escolhas dos léxicos utilizados são nomeadamente de característica bélica ao presidir a muitos dos resultados dessas escolhas para manipulação da opinião do leitor.

Seguindo as declarações e o seu ponto de vista, o professor Pasquale Cipro Neto, continua por fazer afirmações em seu discurso, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Parece que os responsáveis por ele se esqueceram do **que** aconteceu com a reforma de 1971, **que até hoje não foi totalmente absorvida**. Basta ver os cardápios ou ‘ementas’, em **que** ainda se lê ‘môlho’, por exemplo”.*

Esta afirmação é introduzida pelo verbo “*parece*”, que neste contexto constrói um valor de dúvida, em relação ao sujeito do discurso, do qual o autor não o determina, para não haver comprometimento por parte dele. Ao explicar e afirmar em seu discurso o autor faz uso da injunção com valor temporal: “*que até hoje*”, que determina um não cumprimento de regras impostas da reforma de 1971, desqualificando a sua imagem. Faz uso da expressão negativa: “*não foi*”, para construir um juízo de valor contra a reforma, com a intenção de manipular a opinião do leitor. Ao fazer uso dos exemplos da reforma de 1971, o faz para dar realce e justificar algumas regras não usadas e tenta manipular a opinião do seu leitor para torná-la contrária ao acordo ortográfico. Não podemos deixar de ressaltar a ascensão ao usar o: “*que*”, ao longo deste discurso foi manipulado numa polifonia que se estende no texto como um conector explicativo neste discurso.

Transcreveremos a próxima declaração feita pelo autor, (os negritos são de minha responsabilidade):

“Não ficarei surpreso de Portugal não o colocar em prática. Aliás, sonho com isso. Seria maravilhoso se isso ocorresse”.

O professor abre a polêmica deste texto com a intenção de convencer o leitor a ficar contra o acordo. Podemos confirmar a polifonia com o uso do marcador contra-argumentativo, ao iniciar a sua frase com a negativa: “*não*”, que é repetido no meio da frase com a intenção de enfatizar a sua opinião desfavorável ao acordo. Em consequência, desqualifica a imagem de Portugal quando diz: “*Não ficarei surpreso de Portugal não o colocar em prática*”. O autor continua o seu discurso com tom irônico e desafiador, ao usar o introdutor de argumentação forte com valor de conclusão, para realçar o seu sonho. Nesta sua declaração traz uma satisfação pessoal caso Portugal não faça uso do novo acordo ortográfico. Assim, traz marcas linguísticas fortes que realçam o emprego da sua última frase: “*Seria maravilhoso se isso ocorresse*”, os verbos empregados no futuro do pretérito indicativo: “*seria*”, e no pretérito imperfeito do subjuntivo: “*ocorresse*”, realça a sua determinação que seu desejo aconteça, faz uso do adjetivo: “*maravilhoso*”, que neste contexto causa um valor de prazer e fascínio por parte do autor, que tenciona contagiar o seu leitor para ter o mesmo desejo.

A segunda publicação selecionada para análise é uma coluna do jornalista e escritor Hélio Schwartzman, que é articulista do jornal Folha de São Paulo, bacharel em filosofia, publicou “Aquilae Titicans - O Segredo de Avicena - Uma Aventura no

Afeganistão” em 2001. Escreve para a Folha Online às quinta-feiras, esta declaração está disponível no site² da Folha Online, publicado em 23/08/2007.

Iniciaremos esta análise pelo título (os negritos são da minha responsabilidade):

*“Reforma **estúpida**”*

O autor para expressar a sua opinião sobre a reforma ortográfica o faz de forma que afronte a face do *Outro* utilizando o adjetivo: “*estúpida*”, que tem valor pejorativo no intuito de desqualificar a reforma. Em consequência, impõe reações polêmicas que inserida neste contexto forçam conscientemente a um juízo de valor negativo, que é refletido no éthos do autor face a toda a sua fúria diante da reforma ortográfica.

Hélio Schwartzman inicia o seu primeiro parágrafo afrontando de forma direta a face dos burocratas, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“**Mais uma vez, burocratas de pouco tino pretendem enfiar-nos uma reforma ortográfica goela abaixo. Segundo reportagem da Folha (íntegra disponível para assinantes do jornal ou do UOL), as mudanças podem começar já no ano que vem. Há aí dois despropósitos e uma sacanagem.**”*

No início deste parágrafo é construída a expressão: “*mais uma vez*”, que é interpretada neste contexto como algo que já ocorreu. O autor, com tom crítico, nesta expressão manifesta a ação de fúria diante desse assunto. Afronta o receptor do discurso ao enunciar “*burocratas de pouco tino*”, desqualificando assim a sua imagem. Usa léxico não habitual em texto acadêmico como: “*enfiar-nos* e *goela abaixo*”. Trata-se de termos populares que ao serem utilizados em seu discurso, marcam uma contra-argumentação negativa e pejorativa da reforma ortográfica. Outra expressão pejorativa usada neste discurso é: “*há aí dois despropósitos e uma sacanagem*”, que desqualifica a reforma ortográfica ao iniciar com um jogo de ‘assonância’³ das duas palavras “*há – aí*”, essa estratégia retórica tem a intenção de chamar e explicar o ponto de vista do autor para o seu leitor. Não deixando de desqualificar o discurso do *Outro* com a expressão: “*despropósitos e uma sacanagem*”, que atribui ao seu discurso um nível popular e pejorativo com o intuito de atacar a reforma e a quem a conduz.

² Documento disponível no site-web:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u322182.shtml>. Consultado a 24 de março de 2011.

³ *Assonância* é uma figura de linguagem que consiste em repetir sons de vogais em um verso ou em uma frase, especialmente as sílabas tônicas. A assonância é largamente utilizada em poesias mas também pode ser empregada em prosas, especialmente em frases curtas. Documento disponível no site-web: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Asson%C3%A2ncia>. Consultado a 04 de agosto de 2011.

O autor continua no parágrafo seguinte, fazendo enumeração: “*Em primeiro lugar*”, (os negritos são de minha responsabilidade):

“Em primeiro lugar, a reforma proposta é ruim: gasta-se muita energia para obter avanços menos do que tímidos em termos de unificação da escrita dos países lusófonos. Isto, é claro, se Portugal comprar o pacote, o que talvez não faça. Em segundo e mais importante, é errado e inútil tentar definir os rumos de uma língua natural”.

Para determinar sua explicação porque é contra o acordo ortográfico, que ao justificar-se dizendo que: “*a reforma é ruim*”, usa o adjetivo para desqualificar negativamente a reforma, diante dos leitores do texto. Continua a afronta o *Outro*, que é Portugal para não aceitar a reforma de forma instigante. O faz com uso da dêixis espacial: “*isto*”, para confirmar uma situação pouco desejada pelo autor ao esperar que, Portugal negue a reforma. O seu discurso é sempre em tom irônico e crítico. Na sua próxima explicação, o faz utilizando o marcador de organização numeral: “*Em segundo*”, que continua por dizer: “*é errado e inútil*”, usa a expressão para desqualificar a reforma ortográfica na tentativa de manipular a opinião do leitor, ao concluir o seu discurso fala da importância da língua natural. Utiliza-se de questões político-sociais numa polifonia que deixa abertura para uma crítica frontal conduzindo numa multiplicidade do sentido negativo da reforma ortográfica.

Transcreveremos no parágrafo seguinte, a forma como o autor afronta a imagem das editoras, (os negritos são de minha responsabilidade):

“Só vão sair ganhando aqueles editores mais ágeis, que já têm prontos dicionários, gramáticas, cursos de atualização e material didático de acordo com a “nova ortografia” --e é aí que reside a esperteza”.

Nesta primeira frase supra, com marcas de afirmação, o autor constrói uma imagem negativa para desqualificar as editoras. Faz insinuações maldosas, “*editoras mais ágeis*” que cria certo interesse por parte do leitor para quem vai sair ganhando com a “*nova ortografia*”, é evidente que este discurso quer polemizar esta ação, para manipular a opinião de leitor. O autor faz uso da marca linguística ‘assonância’ em: “*e é aí*”, que determina uma tonicidade ao seu enunciado para persuadir o seu leitor na tentativa de dar ênfase a sua frase final. Ao terminar o seu discurso conclui com o adjetivo “*esperteza*”, que apresenta um valor epistêmico de certeza, para apresentar o que pensa em relação às editoras, que afronta diretamente e a desqualifica.

Ao continuar sua justificativa, em que desclassifica a reforma ortográfica, o faz dizendo (os negritos são de minha responsabilidade):

“Nunca foram meia dúzia de consoantes mudas --como nas formas lusitanas ‘adopção’ e ‘óptimo’-- que constituíram barreira à intercomunicabilidade entre leitores e escritores dos dois lados do Atlântico. [...] Se há empecilhos à boa compreensão entre falantes do Brasil, de Portugal e de países africanos e asiáticos (não nos esqueçamos de Timor Leste), eles estão na escolha do léxico e no uso de expressões locais, felizmente ao abrigo da sanha legiferante de dicionaristas e parlamentares.”

O autor inicia o seu parágrafo por fazer uso da expressão: “nunca foram”, que apresenta uma forma de se fazer ouvir e manipular a opinião do leitor. Ao justificar a sua fúria em relação à reforma ortográfica, o autor garante que os brasileiros e os lusófonos nunca deixaram de se comunicar. Em consequência deste facto faz uso do argumento que está presente na expressão “meia dúzia de consoantes mudas”, para dar realce ao seu ponto de vista e convencer o leitor que está certo em suas afirmações. O autor deposita toda a culpa da reforma ortográfica nos: ‘dicionaristas e parlamentares’, em que segundo ele, ocorre o desejo do dinheiro e do poder. Ataca de forma frontal os receptores do discurso, que desqualifica negativamente a sua imagem.

Termina seu artigo depois de contar algumas histórias sobre a origem de alguns lexemas que até hoje estão vivos em nosso discurso. Transcreveremos o último parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade), em que o jornalista Helio Schwartzman continua a justificar a sua indignação e crítica sobre a reforma ortográfica:

*“A lição a tirar dessas historietas é que é bobagem tentar legislar sobre um fenómeno tão complexo como a linguagem. Uma analogia válida seria a de deputados tentando baixar uma lei para regular a taxa de mutação do gene p53. Não vai dar certo. Quer dizer, a reforma poderá até nos levar a escrever as palavras de **um jeito (sic) diferente**, [...]. Ao contrário, [...] **só não é superada pela inutilidade**. Se há algo a ser eliminado, não são acentos e hífens, **mas a estultícia de burocratas**”.*

O autor está disposto a convencer o seu leitor do absurdo que é a reforma ortográfica. Ao fazer uso do termo: “historietas”, é para justificar que é uma “bobagem” tentar mudar a nossa língua, essa é uma estratégia de fazer chantagem emocional diante da linguagem, que não é o mesmo que acordo ortográfico. O autor afronta de forma dura e frontal os deputados a criarem uma “lei que regule a taxa de mutação de gene”. É claro que isto é impossível, usa de metáforas e ironia para se fazer acreditar e criar um juízo de valor numa intersubjetividade coletiva diante da sociedade, construindo assim uma situação real das suas críticas realizadas. Dar origem a uma construção errônea para realçar o seu ponto de vista: “**um jeito (sic) diferente**”, criando, assim, uma forma de alertar o seu leitor para as consequências do novo acordo.

Ao ironizar a todo o momento no seu discurso cria um plano polifônico, que contextualiza todo enunciado, para se fazer entender mesmo escrevendo errado se consegue entender o contexto. Termina o seu discurso fazendo uso do operador constativo: “*só não é – se há algo*”, com a intenção de construir um discurso verdadeiro e forte com a intenção de manipular a opinião do seu leitor. Ao concluir-lo desqualifica a imagem dos burocratas, usando lexema: “*estultícia*”, que denigre a face do *Outro* no desejo de eliminar a história da reforma ortográfica.

A terceira publicação selecionada para a nossa análise é um artigo da professora e escritora Thaís Nicoleti de Camargo, professora de português formada pela USP, é consultora de língua portuguesa do Grupo Folha-UOL. É autora dos livros "Redação Linha a Linha" (Publifolha) e "Uso da Vírgula" (Manole). O artigo está disponível no site⁴, publicado no Blog oficial da Petição em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico em 26/04/2009. Também está no Jornal Folha de São Paulo, publicado em 22/04/2009.

Iniciaremos esta análise pelo título, para descrever algumas críticas deste discurso polêmico. (os negritos são da minha responsabilidade):

*“Reforma ortográfica: **mais custos que benefícios**”*

A autora com este título tem o propósito de desqualificar diretamente a despesa, que a reforma ortográfica irá trazer, menosprezando-a. Utiliza-se do termo comparativo “*mais - que*”, para trazer ao seu discurso uma crítica que possa contagiar o seu leitor. Ao continua a sua justificação faz a seguinte declaração, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“A reforma ortográfica apoia-se num documento **lacunar** e numa obra de referência marcada pela **hesitação** e pela **inconstância de critérios**”.*

A autora no seu discurso aponta situações negativas em que a reforma ortográfica se encontra. Com a intenção de apresentar o seu ponto de vista, constrói um texto de explicação para o seu leitor.

A professora Thais Camargo continua o discurso fazendo uso de dois advérbios fortes “*MUITO JÁ*”, realçados pelo operador grafodiscursivo, maiúscula, criando estratégia negativa de manipular e chamar atenção do seu leitor a seu favor. Veremos o discurso, (os negritos são de minha responsabilidade):

⁴Documento disponível no site-web: <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2009/04/reforma-ortografica-mais-custos-que.html>. Consultado a 24 de março de 2011.

*“MUITO JÁ se falou sobre o Novo Acordo Ortográfico. A **frouxidão de argumentos** que embasaram a sua implantação, **como a suposta necessidade de unificar a grafia da língua portuguesa [...], já foi suficientemente denunciada**”.*

Faz referência ao novo acordo ortográfico, como algo já referido e manipulado diante das opiniões dos leitores. Usa argumentos em tom de crítica e denúncia. Ao fazer uso da expressão: *“frouxidão de argumentos”*, marca uma característica argumentativa usada nestes lexemas com a seguinte interpretação: que tudo é simplesmente só palavras e frases feitas. Assim, a autora desqualifica o discurso do *Outro*. Na tentativa de reiterar o que foi dito, reconstrói frases: *“como a suposta necessidade de unificar a grafia”*, usando marcas argumentativas, que põem em dúvida a unificação da grafia. Assim, manipula de forma contrária a opinião do leitor sobre o novo acordo ortográfico. Em sua última expressão: *“já foi suficientemente denunciada”*, temos um operador constativo que dá credibilidade à opinião da autora. Ao terminar esse parágrafo, a autora apresenta de forma clara e objetiva a sua opinião, que criou uma escala negativa ao longo do texto, selecionando elementos necessários para desqualificar o novo acordo ortográfico.

A professora Thaís Camargo, ao longo de três parágrafos que não iremos apresentar: faz um relato sutil sobre o intercâmbio cultural dos países da “lusofonia” fazendo objeções plausíveis no seu depoimento; faz uma comparação entre a língua e a ortografia com a intenção de justificar o seu ponto de vista. Trazendo assim uma visão global que leva à conclusão de que não é necessário uma reforma ortográfica, na ocorrência de um intercâmbio cultural.

Neste parágrafo que iremos transcrever, veremos um discurso em que a autora desqualifica frontalmente a reforma ortográfica, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“A ideia de unificação, **que produziu** um discurso politicamente positivo em torno do assunto, **além de não** ter utilidade prática, **gera vultoso gasto de energia** e de recursos, **que bem poderiam ser** empregados no estímulo à educação e à cultura”.*

Ao fazer uso do “*que*” como operador explicativo neste contexto explica a ideia da unificação da ortografia, com a intenção de criticar ainda mais. Ao fazer uso do verbo no pretérito: “*produziu*”, para se fazer entender que é um facto no passado e que no momento as ocorrências não são positivas. Ao continuar seu discurso cria estratégia de desqualificar a unificação com o uso da marca temporal e negativa: “*além de não*”, para explicar que gera um grande desperdício econômico. Continua a afirmar que: “*gera vultoso gasto de energia*”, fazendo uso de um recurso linguístico chamado de aliteração

da consoante ‘g’, para dá maior expressividade a sua fala para impressionar o seu leitor sobre o seu ponto de vista diante das despesas que o novo acordo vai trazer. Ao construir uma expressão explicativa: “*que bem poderiam ser*”, faz uso do operador constativo para dar realce ao seu desejo, que está relacionado à política e a cultura. Ao dizer que os gastos poderiam ser empregados na educação e na cultura, faz um discurso patriota que se mostra preocupada em outro tipo de melhoria da sua pátria. Com essa estratégia manipula a opinião do leitor a seu favor.

Vejamos, da referida autora, a sequência polêmica que se segue (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Não bastasse a **inconsequência** do projeto em si, o texto que o tornou oficial é tão lacunar e ambíguo que desafiou os estudiosos do idioma tanto no Brasil como em Portugal, fato que levou à produção de dicionários com grandes discrepâncias entre si.*

A autora inicia este parágrafo usando uma marca negativa acompanhada por um verbo de ação forte: “*Não bastasse*”; atribui, assim, um desabafo e fúria que desqualifica o discurso do *Outro*. Continua a frase por inserir lexemas pejorativos: “*inconsequência*”, que desqualifica a imagem do projeto ortográfico; também faz uso de verbos, advérbio e adjetivos fortes: “*é tão lacunar e ambíguo*”, que são usados com o intuito de desqualificar o projeto, construindo um juízo de valor negativo e crítico, diante dos factos apresentados pela autora. A professora termina o seu parágrafo fazendo uma denúncia séria sobre as diferentes construções dos dicionários entre o Brasil e Portugal, querendo assim chamar atenção dos leitores sobre o seu ponto de vista. A autora neste parágrafo trata de fazer um alerta no âmbito financeiro e intelectual, para os erros que estão ocorrendo pela falta de organização do projeto da reforma ortográfica.

Thaís de Camargo no parágrafo que segue, viola a máxima da qualidade existente num diálogo implícito com o leitor e desqualifica o discurso do *Outro*, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“No **lugar disso**, a ABL (Academia Brasileira de Letras) tomou a dianteira do empreendimento e confeccionou o “Volp” (“Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”). **Em lugar da** solução dos pontos ambíguos do texto, o que se viu foi um **misto de inobservância** de princípios claramente propostos no documento oficial com hesitação entre o novo e o antigo, **redundando**, em muitos dos casos, **em escolhas aparentemente aleatórias**”.*

Usando marcas correlativas fortes: “*No lugar disso - Em lugar da*”, no início das frases de seu discurso constrói uma credibilidade a sua fala. Ao referir a (ABL) cria

sugestões que afronta e crítica diante da construção do (Volp). A autora continua o seu discurso a criticar e afrontar o outro nesta expressão: “*o que se viu foi um misto de inobservância*”, nesta construção usa de estratégia negativa indagando a credibilidade da (Volp) com a intenção de manipular a opinião do leitor.

Nos quatros parágrafos seguintes a autora faz um relato das discrepâncias desse vocabulário, deixando o leitor esclarecido e informado diante da sua crítica a (ABL).

A autora no seu discurso desconfia que os custos da reforma sejam exagerados, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Sem um objetivo claro e com **severas implicações financeiras**, a reforma ortográfica apoia-se num documento **lacunar** e numa obra de referência marcada pela **hesitação** e pela **inconstância** nos critérios de **regularização**. Fica a incômoda impressão de que **os custos serão bem maiores que os supostos benefícios**.”*

Ao apontar que a reforma ortográfica implica em custos abusivos na expressão: “*severas implicações financeiras*”, a autora afronta e desqualifica a face do Outro. O discurso é marcado por usar lexemas fortes: “*lacunar, hesitação, inconstância e regularização*”, que constrói uma marca negativa da reforma ortográfica, diante do ponto de vista da autora. Ao concluir o seu discurso, a autora constrói impressões negativas sobre o projeto da reforma ortográfica, com a seguinte expressão: “*os custos serão bem maiores que os supostos benefícios*”, e atribui valores pejorativos e negativos para os benefícios, que o novo acordo ortográfico possa trazer.

1. 2. Discurso Contra o Acordo ortográfico em PORTUGAL:

A análise que iremos fazer sobre as opiniões “Contra” o Acordo Ortográfico, em Portugal, são três publicações de autores reconhecidos em seu país pelas suas profissões e opiniões. Serão evidenciadas algumas opiniões polêmicas não deixando de serem interessantes e intrigantes para a nossa análise destes discursos, sobre o Novo Acordo Ortográfico.

A primeira publicação selecionada para a análise é um relatório de intervenção do professor António Henrique de Figueiredo Pedro de Albuquerque Emiliano, Professor Auxiliar Agregado (de nomeação definitiva), Departamento de Linguística da

Universidade Nova de Lisboa. O relatório está disponível no site⁵ da Universidade Nova de Lisboa, publicado pelo Grémio Literário, em 13 de Maio de 2008.

Nesta análise (os negritos são da minha responsabilidade), para descrever alguns impasses do discurso que desejamos ressaltar. Iniciaremos começar pelo título:

“Acordo NÃO, obrigado!”

O professor António Emiliano dá início ao seu título com um discurso polémico fazendo uso de um operador grafodiscursivo que advém de um advérbio de negação⁶ “*não*”, usa-o em maiúsculo, com o intuito de contestar e enfatizar uma situação não desejada por ele. Ao concluir o título faz uso da expressão adjetival de agradecimento, que neste contexto dá origem a uma interpretação argumentativa negativa oral, expressando o seu desejo de não querer o acordo ortográfico.

O autor neste relato inicia a sua intervenção com duas citações, com a intenção de sintetizar os principais problemas do novo acordo ortográfico: primeiro narra uma frase dizendo que é do filho de um amigo: “- *O acordo é bestial. Vai deixar de haver erros. Eu sou a favor do acordo!*”. Nesta fala, o autor constrói uma argumentação negativa sobre o acordo ortográfico; ao expressar-se de forma banal e irônica como não existem mais regras para escrever as palavras. Dessa forma, o autor constrói para o seu leitor, que os jovens aceitam o novo acordo ortográfico como uma situação de fácil uso.

O professor António Emiliano faz uma citação no seu relatório do poeta e escritor Fernando Pessoa: “*A ortografia é um fenómeno da cultura, e portanto, um fenómeno espiritual. O Estado nada tem com o espírito*”. Esta citação é seguida por outra citação do professor catedrático Vitorino Magalhães Godinho: “*Nenhum órgão de soberania tem poderes para instituir sobre a língua portuguesa. A língua é um legado de séculos, uma obra de Cultura. Digo um rotundo não ao acordo ortográfico*”.

As citações escolhidas pelo autor são de dois nomes importantes da cultura portuguesa, que apresentam argumentos fortes contra o acordo ortográfico, que corresponde ao seu ponto de vista: quando constroem definição da língua e da ortografia, onde ambas as citações estão compostas pelas expressões de intelectuais conceituados que não concordam com intervenções na ortografia.

⁵ Documento disponível no site-web: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/documentos_diversos/EMILIANO-GL20080513.pdf. Consultado a 02 de janeiro de 2011.

⁶ Conforme Cunha & Cintra, (1985:531), “*Os Advérbios recebem a denominação da circunstância ou de outra idéia acessória que expressam. Advérbio de Negação: não*”.

Na página três do relatório no primeiro parágrafo, o autor enuncia uma nota explicativa da qual iremos transcrever apenas o final do parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“[...] bem como os **erros** de redacção e os **erros** científicos (e até gralhas) mostram descuido, falta de rigor técnico-científico. **Incompetência. Ignorância. Ligeireza. FALTA DE RESPEITO**”.*

Nesta parte do discurso, temos a intenção de apresentar a forma como o autor apresenta a sua opinião sobre o acordo ortográfico. Ao fazer-lo usa a retórica “os erros”, que enfatiza uma imagem negativa do discurso construída pelo autor, para apresentar ao seu leitor como foi feito o acordo. O autor não se deixa intimidar em seu discurso polêmico, fazendo uso de léxicos de caris belicista, que representa uma refutação com desqualificadores da imagem do acordo ortográfico. Não se conformando na última expressão faz uso do operador grafodiscursivo em maiúsculo para dar destaque a sua retórica negativa, que viola a máxima da qualidade ao realizar um diálogo com seu leitor.

Transcreveremos o próximo parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“[...] os decisores políticos **não têm e não tiveram** acesso a dados **fiáveis e fidedignos**: as percentagens da Nota Explicativa que supostamente reflectem uma “avaliação estatística” das palavras afectadas são **PURA MISTIFICAÇÃO, MANIPULAÇÃO GROSSEIRA DOS DADOS**.”*

Neste parágrafo, verificamos que o autor reutilizar a retórica ao longo do seu discurso. Dá continuidade a frase que argumenta com o neologismo “decisores”, que o cria para servir de afrontamento negativo da imagem dos “políticos”, na expectativa de convencer o seu leitor da certeza que o acordo ortográfico é um erro. Continua seu enunciado por usar e enfatizar a expressão negativa “**não têm e não tiveram**”, no sentido de chamar a atenção do leitor. Constrói um jogo de aliterações das duas palavras “**fiáveis - fidedignos**”, para expressar sua ironia sobre o assunto.

O autor em seu discurso descreve que o acordo ortográfico é construído cheio de erros e falhas. Ao Concluir faz uso do operador grafodiscursivo, descrito numa expressão em maiúscula para dar ênfase ao desqualificar frontalmente o contra-argumento do *Outro*, por não concordar com o novo acordo ortográfico.

O professor António Emiliano expressa a sua opinião negativa sobre o novo acordo ortográfico, que é propagado no decorrer do seu discurso. Em consequência

escolhemos mais um enunciado para ressaltar, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“A mentalidade **acordista** plasmada **sobretudo** na Nota Explicativa revela **INSENSIBILIDADE** relativamente ao nosso património cultural, à nossa identidade, à qualidade do ensino do português nas escolas, **insensibilidade** face ao interesse nacional”.*

O autor em seu discurso polifônico constrói: um neologismo “*acordista*”, com a intenção de afrontar negativamente a imagem dos que aceitam o novo acordo ortográfico; transmite para o leitor uma atitude irônica ao desqualificar o acordo ao chamá-lo de “*plasmado*”; essa atitude está expressa quando usa o advérbio, “*sobretudo*” para dar ênfase ao seu discurso. Ao usar os operadores grafodiscursivo: “*Nota Explicativa*” e “*INSENSIBILIDADE*” em maiúscula é criada uma desqualificação do discurso do *Outro*, que semanticamente dominam o discurso contra o novo acordo ortográfico. Constrói um discurso de paixão diante da sua pátria, com a intenção de manipular argumentos, enfatizando o lexema “*insensibilidade*” mais uma vez, para persuadir o seu leitor a ficar contra o novo acordo ortográfico.

O seguinte parágrafo transcreve uma polifonia que abre a polemicidade para o exterior do texto, até atingir o objetivo de propagar o domínio do discurso para o seu leitor, (o negrito é de minha responsabilidade):

*“Neste quadro, **é nosso dever** — no exercício de uma cidadania plena e informada — **exigir** a não aplicação do Acordo Ortográfico, **exigir** a sua suspensão e supressão, **exigir** o reconhecimento de que foi tomada, não apenas uma decisão **mal** fundamentada e **mal** sustentada, mas uma decisão **péssima**. **Exigir** explicações.”*

O professor António Emílio constrói uma propriedade discursiva na expressão “*é nosso dever*”, em que ocorre o modal dever⁷ com valor deôntico, isto é, exprimindo obrigação: neles se marca a perspectiva do enunciatador sobre a atitude de outrem em relação à determinada situação, dando a ideia de uma proposta. Também é possível entender tais enunciados como uma crítica, sobre uma realidade com a qual o enunciatador não concorda. Reforça a forma de evidenciar o verbo “*exigir*”, que está empregado no modo imperativo impessoal, com a intenção de propagar o seu discurso.

⁷Conforme M.^a Helena Mira Mateus et al., (Gramática da Língua Portuguesa, pp. 249/250). *É importante lembrar que “os modais **dever poder**, **ter de** e **ser capaz de** apresentam um significado impreciso ou indeterminado, dependendo em grande medida dos contextos em que surgem para determinar qual o domínio, raciocínio ou acção, a que se aplicam”.*

A retórica é retomada por enfatizar o advérbio “*mal*”, que neste contexto apresenta valor negativo acrescido pelo grau superlativo absoluto sintético do: “péssimo” que atribui de forma gradativa ofensas a face do outro numa posição de domínio do autor. Neste discurso não podemos deixar de referenciar também a estratégia de desqualificação do contra-discurso sobre o acordo ortográfico e o discurso patriota que segundo o autor “*exige uma cidadania plena e informada*”.

Vamos transcrever outro parágrafo que o autor manifesta mais uma vez a sua contra-posição ao novo acordo ortográfico, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Apelar à desobediência civil e à objecção de consciência no que concerne o uso da nova ortografia (que é tudo menos **ORTO-gráfica**) e exigir a extinção deste **Monstro** são imperativos nacionais e culturais.”*

O professor António Emiliano, com o poder da retórica transforma o seu discurso polêmico em mais polêmico ainda. Valoriza cada expressão e léxicos bem empregados como podemos verificar no início do seu discurso: “*Apelar à desobediência civil*”, constrói uma oratória em que o verbo “*apelar*” estar no imperativo impessoal que destina-se a um contexto que enquadra uma situação de patriotismo, que o autor passa para o seu leitor como se fosse a única forma de combater o mal “*a nova ortografia*”. Continua seu discurso fazendo uso do operador grafodiscursivo “**ORTO-gráfica**” que através deste quer de forma fática ironizar e chamar a atenção dos leitores. Podemos ver que o autor faz uso mais uma vez do operador grafodiscursivo, construindo lexemas de forma que os deixam mais poderosos, fazendo uso do adjetivo “*Monstro*”, ao utilizá-lo em maiúsculo na qualidade de operador grafodiscursivo é construído, para dá destaque ao qualificativo atribuindo um valor negativo ao novo acordo ortográfico. Sendo assim, constrói contra-argumentos em que desqualifica o discurso do outro, ao utilizar discurso de persuasão com o uso da polifonia para manipular a opinião do leitor.

No parágrafo seguinte, o autor faz uso de um introdutor oral de argumentação “*ora*”, que enuncia mais uma vez um discurso patriota, intelectual e social; traz qualificativos que efetivamente destrói a imagem do acordo ortográfico: “*devastadores, desastre*”; faz uso do operador grafodiscursivo de interrogação “*?*”, que deixa seu discurso com um tom mais instigante e irônico. Neste contexto, o autor viola a máxima da qualidade num diálogo imaginário, que está composto no seu discurso crítico. Com iremos transcrevê-lo abaixo, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Ora, como se poderá indemnizar a nossa comunidade, nomeadamente os nossos estudantes e seus encarregados de educação, pelos efeitos **devastadores** do **desastre** que é o Acordo Ortográfico?”*

Não podemos deixar de ressaltar que o autor ao fazer uso do marcador de oralidade, apresenta um valor adversativo que chama a atenção do interlocutor como se estivesse presente. Esses argumentadores são mais usados nos discursos jurídicos.

Ao fazer uso dos lexemas “**devastadores**, **desastre**”, joga com aliteração das duas palavras, para fins de expressar sua ironia sobre o acordo ortográfico.

No parágrafo seguinte, não podemos deixar de ressaltar a ironia do autor, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“**Como** calcular os prejuízos decorrentes **da morte da ortografia, do fim do erro**, da insegurança ortográfica que inevitavelmente assolará gerações de crianças e jovens em idade escolar? Do **abalo no já abalado** sistema educativo? Da **obsolescência súbita de muitos milhões de documentos públicos e privados** e de toda a sorte de publicações?”*

O professor António Emiliano faz uso da interrogação retórica, ao iniciar o seu texto com o advérbio “*como*”, com valor circunstancial na intenção de negar e interrogar contra o novo acordo ortográfico. Explora ao longo deste parágrafo o uso do operador grafodiscursivo interrogativo: “?”, que constrói expressões negativas sobre o novo acordo ortográfico, porque tenciona manipular a opinião do leitor. Ao usar as expressões: “*a morte da ortografia*”; “*o fim do erro*”, agrava ainda mais o valor negativo e o entendimento do leitor diante do novo acordo ortográfico. Nesta expressão: “*obsolescência súbita de muitos milhões de documentos públicos e privados*”, repassa para o leitor uma imagem negativa da ortografia diante da comunidade. Assim, constrói interrogações com valores pontuais, que se integram numa guerra intelectual, política e social.

No parágrafo seguinte (os negritos são de minha responsabilidade):

*“As **facultatividades gráficas** — é um contra-senso falar em **facultatividades ortográficas** — representam nada menos que a **DESTRUIÇÃO DA ORTOGRAFIA**, a abolição do conceito de **NORMA** em Portugal, o que implica uma regressão de cerca de 300 anos”.*

Através de jogos gráficos e ao fazer uso de termos repetidos: “*facultatividades gráficas - facultatividades ortográficas*”, para dar realce neste contexto, o autor utiliza um termo que é mais usado no campo jurídico, com a intenção de ironizar e desqualificar o discurso do outro. Ao usar os operadores grafodiscursivos, tem o objetivo de desqualificar negativamente o acordo ortográfico. O autor, no fim do seu

enunciado, constrói um discurso ilusório de patriotismo cultural, que manipula a opinião do leitor ao referir o risco de: “*abolição do conceito de norma*” que tem cerca de “*300 anos*”. Esta expressão é usada como uma chantagem psicológica, sobretudo porque a base atual do acordo ortográfico tem apenas 100 anos.

O professor António Emiliano dá continuidade ao seu discurso⁸ polifônico e crítico, podemos assim dizer ao apresentar operadores grafodiscursivos de interrogação, que incidem em pontos estratégicos negativos sobre o novo acordo para manipular as opiniões do leitor; ao fazer uso do patriotismo constrói perspectivas negativas num contexto intelectual e político-social em que, ironicamente, apresenta preocupações com a sobrevivência do povo com o novo acordo ortográfico. Dessa forma, este discurso abre a polemicidade para o seu leitor, que permite induzir numa dimensão de fatores que levam à negatividade do novo acordo ortográfico. Com tudo isso, o autor pretende trazer o leitor para o seu lado.

Em consequência, afronta a face do Governo em tom exclamativo e abusivo. Ao desqualificar o Governo faz uma comparação de forma incoerente com a política ambiental, usando o operador grafodiscursivo com a expressão em maiúscula: “*AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGIA do Acordo Ortográfico em Portugal...*”, para chamar a atenção da sua denuncia. Esta comparação continua com o operador grafodiscursivo interrogativo: “*onde estão esses estudos?*”, esta expressão constrói um contexto que desafia o Governo por não ter feito também um estudo sobre o novo acordo ortográfico. Continua fazendo uso da força do recurso retórico na repetição do marcador negativo: “*Não existem, não foram feitos, ninguém achou necessários fazê-los*”. Neste marcador nota-se no uso de axiológicos na construção de leituras negativas sobre o novo acordo ortográfico.

Ao concluir com marcador exclamativo: “*É um escândalo!*”, constrói um desabafo ao comparar o projeto do novo acordo ortográfico com o projeto de betão ou alcatrão. Ao interrogar, fazendo pressão para que os projetos tenham o mesmo tratamento, constrói estratégias para desqualifica o novo acordo ortográfico.

Vejamos no parágrafo seguinte, uma reflexão do autor sobre o novo acordo ortográfico, onde é transmitido todo o seu desejo, (os negritos são de minha responsabilidade):

⁸ Este discurso está em anexo na página 5 nos parágrafos 2, 3, 4 e 5, do relatório do professor António Emiliano. Fizemos a análise sem apresentar a totalidade do texto, pois seria uma página para transcrever.

“Se foi você que pediu um Acordo Ortográfico, ou seja, se você faz parte da meia dúzia de académicos, intelectuais e políticos ignaros que acham que o país precisa deste Monstro, então encontrará nas páginas deste opúsculo alguma matéria de reflexão, exposta de forma concisa e consistente, que lhe permitirá reconsiderar a sua posição”.

Aqui, o autor faz uma injunção linguístico-discursiva: “se foi você que pediu”, que aparentemente dá alternativa de escolha para o seu leitor. Continua a frase com uma locução explicativa “ou seja”, para iniciar e construir uma nova injunção: “se você faz parte da”, que cria uma comparação numa situação negativa que afronta e desqualifica a opinião do outro. Ao fazer comparações entre os leitores e os que estão a favor do novo acordo, o faz construindo uma imagem negativa e pejorativa ao utilizar a expressão: “...meia dúzia de académicos, intelectuais e políticos ignaros..”. O autor não se deixa intimidar e faz uso do operador grafodiscursivo “Monstro”, em que a maiúscula dá ênfase negativa ao novo acordo ortográfico. Dessa forma, constrói estratégias de manipular negativamente a opinião do leitor. Faz uso de uma interrogativa direta construindo um diálogo com o seu receptor. Ao terminar o parágrafo, o autor solicita que o leitor caso seja a favor do acordo ortográfico, reflita e reconsidere a sua posição. Nesta última frase, o autor, ao fazer o pedido, usa a sonoridade que aproxima o final dos verbos no futuro e no infinitivo: “*permitirá e reconsiderar*”, com a intenção de deixar seu pedido mais forte e convincente para o seu leitor.

Segue mais um parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Se você não pediu um Acordo Ortográfico, não seja cúmplice. Exija explicações, exerça os seus direitos de cidadão livre de um país democrático. Assine, por exemplo, a petição **MANIFESTO EM DEFESA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO**”.*

Este representa uma petição para um manifesto contra o novo acordo ortográfico. As expressões construídas neste discurso apresentam valores de negatividade, de desabafo, de aconselhamento e recomendação. Podemos verificar que o autor no seu discurso faz injunções que caracterizam recomendação e aconselhamento, que propõem uma atitude contra o acordo ortográfico ao seu leitor, quando diz: “Se você não pediu... não seja cúmplice... exija explicações... exerça os seus direitos... assine, por exemplo”, essas expressões abordam a necessidade que o autor tem em manifestar os seus objetivos de desqualificar o acordo ortográfico. Para manter seus objetivos intactos, o autor faz uso do operador grafodiscursivo maiúsculo

uma das suas características para dar realce ao seu grito de alerta no final do parágrafo. Utiliza argumentos que leva ao patriotismo construindo um juízo de valor negativo para quem seja contra o acordo ortográfico.

Vejamos agora o parágrafo seguinte, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“A consolidação das nossas fronteiras políticas levou cerca de 100 anos ou quatro gerações (do Fundador a El-Rei Dom Afonso III, seu bisneto), **mas o desenvolvimento e a consolidação de uma ortografia entre nós levou cerca de 700 anos** (ou seja, mais de vinte gerações) desde o início do século XIII até finais do século XIX e inícios do século XX. A presente reforma ortográfica, com as suas **facultatividades, abstrusidades e barbaridades** significa **nem mais nem menos** do que **a morte do conceito de ortografia em Portugal, o fim de uma norma gráfica estável, a abolição de noções claras de correcção. A mentalidade acordista de 1990 não representa, não pode representar, o futuro nem o progresso de Portugal**”.*

O professor António Emiliano inicia seu discurso por narrar à história da consolidação de 100 anos das fronteiras políticas, com o propósito de comparar a consolidação de 700 anos da ortografia. Tornando evidente a estratégia de argumentação partindo de um patriotismo hipotético apaixonado, de modo a convencer o leitor que a permanência do velho acordo é uma herança que dura e tem que durar há mais de vinte gerações. Em consequência desses factos, podemos observar que: desqualifica o discurso da nova reforma ortográfica usando léxicos que a inferioriza: “*facultatividades, abstrusidades e barbaridades*”; e marca seu discurso com o operador constativo: “*nem mais nem menos*”, que constrói um valor de verdade em seu discurso. Continua a manipular a opinião do leitor de forma que torne mais expressiva a sua ideia ao fazer uso da figura de linguagem “hipérbole”⁹ na expressão: “*que **a morte do conceito de ortografia em Portugal, o fim de uma norma gráfica estável, a abolição de noções claras de correcção.***”; é evidente que o autor constrói com esses lexemas, que estão em negrito, uma argumentação para propagar e aumentar a negatividade do novo acordo ortográfico, diante do seu leitor para incitá-lo a compartilhar do seu manifesto.

⁹ Wikipédia, (2011) *Definição de Hipérbole ou Auxese*. é a figura de linguagem que incide quando há demasia propositada num conceito, expressa de modo a definir de forma dramática aquilo que se ambiciona vocabular, transmitindo uma ideia aumentada do autêntico. Em palavras mais simples, hipóbole é “expressar uma ideia de forma exagerada”. É habitual na linguagem corrente, como quando se pronuncia: “Já te ressalvei mais de mil ocasiões, para não retrocederes a proferir-me elevado!”.

Mais uma vez, o autor faz uso de termos que desqualificam o acordo ortográfico. Proliferam a ironia e o afrontamento da face do outro, ao criar um neologismo “*acordista*”, construindo um valor pejorativo atribuindo aos que estão a favor.

Neste último parágrafo, temos uma situação polifônica, através do uso da negação que pretende convencer o leitor para que assine a petição, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é, objectivamente, **um atentado contra o nosso património, o nosso povo e o nosso desenvolvimento. Acordo NÃO, obrigado. Não pedimos, não queremos, e, sobretudo, não precisamos. Se você não pediu um Acordo Ortográfico, não seja cúmplice com o seu silêncio. Diga NÃO. Assine a petição**”.*

O professor António Emiliano expressa um discurso demagógico e patriota, quando faz uso de argumentos que visam uma intersubjetividade, ao enunciar que o patrimônio da língua portuguesa está sendo violado. Para não deixar de chamar a atenção do leitor ainda usa o operador grafodiscursivo maiúscula, duas vezes, com a estratégia de realçar o seu valor de recusa diante do leitor. Conclui o seu discurso fazendo uso do operador grafodiscursivo “*NÃO*” de forma fática em tom exclamativo.

A segunda publicação selecionada para a análise é uma entrevista do jornalista e escritor Miguel Souza Tavares. A entrevista está disponível no site¹⁰, do Jornal Público, publicado em 21.09.2009 - 12:55 Por Lusa.

Nesta análise (os negritos são da minha responsabilidade), que iniciaremos pelo título:

*“Acordo Ortográfico é “**acto colonial**” do Brasil”*

O escritor Miguel Souza Tavares, faz uso de um título provocatório diante do acordo ortográfico. Ao construir um discurso polêmico através de uma expressão desafiadora: “*“acto colonial” do Brasil*”, produz um contexto de humilhação para Portugal, por ter colonizado o Brasil, e agora devido a um novo acordo ortográfico, o Brasil, segundo o autor, quer colonizar Portugal. Deve-se isto ao facto do novo acordo ortográfico ter sido sugerido pelo Brasil e ortograficamente ocorrerem menos mudanças para esse país. Essa expressão tem a intenção de desqualificar e inferiorizar a imagem do brasileira, através de metáforas bem aplicadas para persuadir o leitor com a sua chantagem psicológica.

¹⁰ Documento disponível no site-web: http://www.publico.pt/Cultura/miguel-sousa-tavares-acordo-ortografico-e-acto-colonial-dobrasil_1401621. Consultado a 29 de novembro de 2010.

O autor faz oposição ao Brasil como veremos no parágrafo seguinte, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“O Brasil é o único país **que recebeu a língua de fora e que impõe uma revisão da língua ao país matriz**, como se os Estados Unidos impusessem um acordo ortográfico à Inglaterra”.*

Nesta afirmação, o escritor constrói um argumento patriota que denigre a imagem do Brasil ao relacionar a imposição da revisão da língua. Faz comparações entre grandes nações, o que segundo ele, é inaceitável. Constrói um juízo de valor negativo para o seu leitor diante do acordo ortográfico.

Continua suas declarações a falar que: *“Ninguém foi ouvido, o acordo foi imposto tanto no Brasil como em Portugal”*. Nesta frase, podemos interpretar-la de forma clara que o autor critica o Governo português e o brasileiro, por impor um acordo. Ao dizer que *“Ninguém foi ouvido, o acordo foi imposto...”*, faz uso do verbo no pretérito que é repetido para o seu leitor um juízo de valor numa dimensão negativa do que ocorreu. Ao expor o seu ponto de vista, o autor interpreta-a como um grito de alerta.

O tom crítico continua quando diz: *“cozinhada entre acadêmicos que queriam se reunir e viajar”*. Ao usar a metáfora “cozinhada”, pelas implicações da intriga que desqualifica a imagem dos acadêmicos, por ser decorrente deste termo. Essas declarações são muito graves, por atingir frontalmente a imagem dos acadêmicos os chamando de aproveitadores e desocupados.

Continua por afirmar que: *“Não encontro escritores brasileiros que defendam o acordo”*. Nesta frase, o autor inicia com um advérbio de negação para fazer uma afirmação que constrói juízos de valor negativo sobre o acordo ortográfico. Transcreveremos o seguinte parágrafo, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“O escritor e jornalista disse **que não pretende mudar a sua forma de escrever e** adverte que o Acordo Ortográfico vai **“condensar e expurgar”** muitos dos detalhes da diversidade linguística.”*

Diante das declarações do escritor Miguel Souza Tavares: *“que não pretende mudar a sua forma de escrever”*, constrói uma expressão explicativa negativa para justificar a sua insatisfação, que leva que não use o novo acordo ortográfico, querendo construir para o seu leitor um exemplo a ser seguido. Ao usar a expressão: *“condensar e expurgar”*, o escritor argumentar negativamente e tenta forçar uma atitude de irresponsabilidade que se encontra no acordo ortográfico.

Iremos transcrever outra declaração do escritor, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“Acho um projecto **idiota**, e pode ser **prejudicial** em muitos países. **Querem unificar o português em todo o mundo** falante de língua portuguesa. **Não vai ser em Portugal nem no Brasil** porque temos 500 anos de trabalho e a nossa língua efectiva, mas em Angola apenas dez por cento fala bem português, o resto não fala”.*

O autor afronta pejorativamente o Outro ao desqualificar e agredir o projeto ortográfico, ao dizer: “Acho um projecto **idiota** e pode ser **prejudicial**”, faz uso de elementos linguístico-discursivos para argumentar com marcas de contestação. Ao fazer uso do verbo “*querem*”, de uma forma indefinida, traz para o seu discurso uma posição de defesa para não acusar ninguém em concreto. Ao continuar seu discurso usa um operador constativo em que nega e explica toda a sua revolta: “*Não vai ser em Portugal nem no Brasil*”, construindo um juízo de valor negativo face aos interesses dos dois países, de forma que considere que seria impossível o acordo ocorrer para os outros países que falam o português. Constrói uma expressão que desqualifica e que deixa para segundo plano a imagem dos outros países: “*o resto não fala*”.

Miguel Sousa Tavares continua a fazer uso do discurso polêmico na seguinte declaração, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“**Gastam imenso dinheiro aos contribuintes de Portugal e do Brasil e não é por aí que a lusofonia vai funcionar**. Nós nunca faremos uma 'commonwealth' nas relações económicas. Na hora da verdade, o Brasil vai entrar em disputa com Portugal”.*

Nesta declaração utiliza-se um discurso patriota em que defende os interesses dos contribuintes dos países, faz uso do verbo “*gastam*” no modo impessoal para não haver comprometimento por parte do autor e o faz para ironizar a situação. Continua a frase por trazer uma injunção “*não é por aí*”, que negativamente afirma o seu ponto de vista na intenção de manipular a opinião do leitor. Ao terminar seu discurso em tom irônico, o faz desqualificando o Brasil. Constrói uma intersubjetividade individual onde se criará uma guerra imaginária entre o Brasil e Portugal, caso as relações econômicas se deteriore.

Conclui seu discurso sobre o acordo ortográfico assim, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“**Finalmente o que funcionará é a língua**. A lusofonia passa muito pelas relações humanas que são mais importantes, elas é que vão determinar”, referiu ao destacar que hoje há “**muito mais concorrência do que cooperação**” no mundo lusófono”.*

O autor faz uso do advérbio “*finalmente*”, que constrói para o leitor uma expressão de certeza. Para justificar a sua afirmação e a sua certeza usa a estratégia de manipular negativamente a opinião do leitor em relação ao novo acordo ortográfico. O interessante é verificar que o discurso do escritor constrói uma rivalidade contaminada contra o Brasil, possibilitada pela violação das condições de sucesso conversacional. (cf. Menéndez, 2005:179)

A terceira publicação selecionada para a análise é uma entrevista do escritor e político português Vasco Graça Moura. A entrevista está disponível no blog¹¹, A Minha Agenda, publicado em 23 de Janeiro de 2010 – (em entrevista ao *Bom dia, Portugal*, da RTP).

Nesta análise (os negritos são da minha responsabilidade), iniciaremos esta análise pelo título: “*O (des)acordo ortográfico*”

Afronta o acordo ao fazer uso do prefixo “*des*”, com valor de negação que constrói um juízo de valor de oposição, que leva ao leitor uma realidade criada pelo autor. Transcreveremos o primeiro parágrafo, com alguns cortes, (os negritos são de minha responsabilidade):

“Devo dizer que considero o acordo ortográfico um chorrilho de asneiras, absolutamente incompatível com a dignidade da língua portuguesa e da identidade do nosso país, não por qualquer espécie de nacionalismo exacerbado, mas porque o acordo é completamente desajustado à maneira como nós falamos a nossa própria língua, e quando digo nós não digo apenas os portugueses de Portugal, digo os que falam português em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em São Tomé e até em Timor. O acordo vem desfigurar a maneira de pronunciar, e instaurar a mais perigosa confusão para a ortografia. É mesmo o contrário da ortografia. Este combate nem é inglório nem é em vão. Porque o acordo não pode entrar em vigor. Basta dizer o seguinte.[...] Não aconteceu ainda.[...]. Não estando o acordo em vigor no plano internacional, também não pode estar no plano nacional. [...].Não existe. Sem esse vocabulário ortográfico, não pode ser aplicado”.

O escritor Vasco Graça Moura, inicia o seu discurso com o uso de três verbos fortes “*devo, dizer, considero*”, que neste contexto constrói juízo de valor convincente no momento que faz uso da ordem pragmática, que seguidas de estratégias argumentativas venha convencer o seu leitor. Acentuando o grau de crítica trazido pelo autor, ao referir o acordo como um: “*chorrilho de asneiras – incompatível – desajustado – desfigurar –*

¹¹ Documento disponível no site-web: <http://aminhaagenda.aroucaonline.com/2010/01/23/23-de-janeiro-de-2010-o-desacordo-ortografico-segundo-vasco-graca-moura/> . Consultado a 28 de maio de 2011.

instaurar a mais perigosa confusão”, esses desqualificativos, que são atribuídos ao acordo ortográfico, enunciam reações polêmicas que são inseridas numa tomada de consciência forçada da relativa possibilidade de agir dos defensores do acordo, que atribuindo esses conceitos cria uma imagem negativa do acordo para o seu leitor. Não deixando de referir que usa a polifonia no seu discurso propagando uma polemicidade ao exterior do texto. Todos os elementos linguísticos-discursivos no texto propagam uma situação para desqualificar e ao mesmo tempo para insultar, podendo assim orientar uma avaliação negativa do acordo ortográfico. Faz uso do reforço retórico com o advérbio “*não*”, que repete para justificar negativamente. Dando a esse reforço retórico a capacidade de propagar e aumentar a polêmica, numa operação criada pelo autor de hierarquização enunciativa a ser usado como repreensão do acordo, e dessa forma manipular a opinião do seu leitor.

No próximo parágrafo seguinte continua a referir todo mal que o acordo pode trazer segundo o seu ponto de vista, (os negritos são de minha responsabilidade):

“[...]Desapareceu a ortografia, a maneira correcta de escrever, para ficar tudo ‘à vontade do freguês’. Considero perigoso, porque o acordo tem critérios divergentes e imprecisos, e portanto impede que haja formulações padrão, que permitam escrever tudo da mesma maneira. O Professor António Emiliano demonstrou que há palavras que, com o acordo, se podem escrever de quatro a trinta e duas maneiras diferentes. Então onde está a unidade ortográfica? Quer-se evitar um divórcio entre a grafia brasileira e a grafia portuguesa, e vai-se instaurar, muito pior que um divórcio, o caos total na maneira de escrever a nossa língua? [...], tenho de saber como se fala a minha língua num país estrangeiro para poder escrever a minha própria língua?”

Ao mencionar que “*desapareceu a ortografia*”, faz uso de uma figura de linguagem muito habitual nesse tipo de discurso, a *hipérbole*¹², usada de forma exagerada para chamar a atenção do leitor, com a intensão de que não tenha uma única dúvida em relação a sua verdade. Continuando a frase, faz uso de um dito popular “*à vontade do freguês*”, a que podemos atribuir um valor pejorativo. Constrói, assim, para o seu leitor um valor negativo e desalinhado do acordo ortográfico. Continua a usar adjetivos que desqualificam o acordo: “*perigoso, divergentes, imprecisos*”. São

¹² Hipérbole ou auxese é a figura de linguagem que incide quando há demasia propositada num conceito, expressa de modo a definir de forma dramática aquilo que se ambiciona vocabular, transmitindo uma idéia aumentada do autêntico. Em palavras mais simples, hipócrbole é "expressar uma ideia de forma exagerada". Documento disponível no site-web: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%A9rbole_\(figura_de_estilo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%A9rbole_(figura_de_estilo)). Consultado a 22 de julho de 2011.

considerações feitas pelo o escritor, que invoca um tom irônico no seu relato. Ao fazer referência ao discurso do professor António Emiliano usa exageradamente em tom irônico: “*que podemos escrever uma mesma palavra de quatro a trinta e duas maneiras diferentes*”.

Assim sendo, com a ressalva do professor, estas afirmativas são usadas como estratégia de convencimento do seu leitor para não aceitar o novo acordo ortográfico. Continua o seu relato por fazer uso do marcador de interrogação, que constrói um discurso crítico com tom instigante e irônico. Faz referência ao acordo entre o Brasil e Portugal como uma solução para “*evitar um divórcio*”. O autor imagina ironicamente um clima de separação, quando o que se pretende é a união da grafia entre os dois países.

O autor traz para o texto uma polifonia. Irônicamente, diz que pode haver um “*caos total*”, que pode resultar numa ideologia, que se motive sócio-culturalmente ao construir um momento de crise ideológica no sentido de ruptura das reações contrárias dentro do acordo ortográfico. Termina seu enunciado com um discurso patriota, que constrói um juízo de valor para a sua língua, que irá planear todo o seu caminho e que irá usar onde estiver.

O autor termina seu discurso fazendo acusações sobre aplicação do acordo ortográfico no seu país, Portugal, (os negritos são de minha responsabilidade):

*“[...] Se há irresponsáveis políticos (de que eu exceptuo, neste momento, a Ministra da Educação, que, apesar de tudo, tem tido o cuidado de protelar [a aplicação]) que não prestam atenção a isto, **nem sequer deviam ter cargos políticos**. Isto é um crime contra a língua portuguesa, e sendo **um crime contra a língua portuguesa é um crime contra a identidade nacional**”.*

Vasco Graça Moura afronta a face dos políticos chamando-os “*irresponsáveis*”. Construindo, assim, uma estratégia de desqualificação do sujeito do enunciado. Dá continuidade à sua agressão ao dizer que “*...nem sequer deviam ter cargos políticos*”; cria uma imagem negativa para o leitor em relação à classe política que é responsável pelo acordo ortográfico. Termina seu discurso com um patriotismo crítico afrontando um juízo de valor de cariz belicista. Ao fazer uso repetido da expressão “*... um crime contra a...*”, dá realce a um juízo de valor e credibilidade ao seu discurso crítico.

ANEXO B

Seguidamente, apresenta-se a relação dos textos analisados, de acordo com a sua posição na pesquisa:

1. **FILHO, D'Silvas** (2007) *Que se cuidem os defensores do caduco “orgulhosamente sós”....* Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1517>. Documento consultado em 28 de maio de 2011.
2. **REIS, Carlos** (2008) *Acordo Ortográfico Opositores estão fechados em “comportamentos autistas”.* Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=165250&visual=3&layout=10>. Documento consultado em 02 de junho de 2011.
3. **CASTELEIRO, João Malaca** (2008) *Um Novo Acordo Ortográfico.* Disponível em:

996077

http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=996077. Documento consultado em 18 de março de 2011.
4. **BAGNO, Marcos** (2008) *Bobagens Sobre o Acordo Ortográfico “E deixe os Portugais morrerem à língua...”* - Caetano Veloso – Disponível em: http://marcosbagno.com.br/site2/conteudo/arquivos/art_carosamigos-maio.htm. Documento consultado em 18 de março de 2011.
5. **VELOSO, Caetano** (1984), *Música Língua, Disco Velô.* Disponível em: http://www.caetanoveloso.com.br/sec_busca_obra.php?language=pt_BR&page=2&id=156&f_busca=língua. Documento consultado em 27 de junho de 2011.
6. **FARACO, Carlos Alberto.** *Novo Acordo Ortográfico.* Parábola Editora. Disponível em: <http://www.parabolaeditorial.com.br/novoacordo2.pdf>. Documento consultado em 02 de fevereiro de 2011.

7. **FIORIN, José Luiz** (2008) *E agora, Portugal?* Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11474>. Documento consultado em 18 de março de 2011.
8. **NETO, Pasquale Cipro** (2008) “*Acordo ortográfico é inútil e desnecessário*”. Disponível em: <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/10/pasquale-cipro-neto-acordo-ortografico.html>. Documento consultado em 24 de março de 2011.
9. **SCHWARTSMAN, Hélio** (2007) “*Reforma estúpida*”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u322182.shtml>. Documento consultado em 24 de março de 2011.
10. **CAMARGO, Thaís Nicoletti** (2009) *Reforma ortográfica: mais custos que benefícios*. Disponível em: <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2009/04/reforma-ortografica-mais-custos-que.html>. Documento consultado em 24 de março de 2011.
11. **EMILIANO, António** (2008) *Acordo NÃO, obrigado!* Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/documentos_diversos/EMILIANOGL20080513.pdf. Documento consultado em 02 de janeiro de 2011.
12. **MOURA, Vasco Graça** (2010) *O (des)acordo ortográfico*. Disponível em: <http://aminhaagenda.aroucaonline.com/2010/01/23/23-de-janeiro-de-2010-o-desacordo-ortografico-segundo-vasco-graca-moura/>. Documento consultado em 28 de maio de 2011.
13. **TAVARES, Miguel Sousa** (2009), *Acordo Ortográfico é "acto colonial" do Brasil*. Disponível em: http://www.publico.pt/Cultura/miguel-sousa-tavares-acordo-ortografico-e-acto-colonial-do-brasil_1401621. Documento consultado em 29 de novembro de 2010.

[Artigos]

Que se cuidem os defensores do caduco «orgulhosamente sós».... ***D'Silvas Filho**

Em 1911, pouco tempo depois da implantação da República, houve força suficiente para que a revolução chegasse também à língua, numa altura de quase discricionariedade na escrita, com o uso das letras dobradas, do *ph*, do *y* e de outras heranças etimológicas com que se mostrava erudição individual. A resistência dos conservadores foi enorme; há testemunhos escritos, hoje considerados caricatos.

As consoantes mudas levaram também sumiço no acordo de 1931 (exemplo: *ceptro* passava a *cetro* e só se admitia o grupo *cc* quando as duas consoantes se pronunciassem). O Governo brasileiro estabeleceu oficialmente esta ortografia em 1938. No entanto, a Academia das Ciências de Lisboa não acatou a determinação de 1931, e, em 1940, publicou o seu completo Vocabulário, que introduzia as consoantes mudas. Em 1945, após tentativas de aproximação, foi feito um novo acordo entre os cientistas de Portugal e do Brasil (a norma que presentemente ainda nos rege em Portugal, nas suas bases fundamentais). Nele mantinham-se as consoantes não articuladas, com o pretexto de se respeitar a história das palavras e a abertura da vogal anterior (isto sem sentido em palavras como *actividade* ou *didáctica*...). Estabelecia ainda a ideia peregrina de o acento agudo poder ter o valor do circunflexo, como por exemplo na palavra *António* (no Brasil *Antônio*). Claro que, por sua vez, o Brasil não acatou este acordo, pois violentava os seus hábitos linguísticos já consagrados.

Entretanto, o esforço de aproximação entre os cientistas irmãos na língua não parava, e em 1986 foi apresentado um projecto revolucionário de ortografia que, por exemplo, duma vez liquidava a querela *António/Antônio*, pois suprimia os acentos nas esdrúxulas. Ficou então célebre a resistência portuguesa, no medo de que a palavra ‘cágado’ ficasse sem acento. Note-se que os acentos nas esdrúxulas foram introduzidos em 1911, mas em 1919 ainda muita gente não os usava, sem que fizessem grande falta...

É oportuno sublinhar que o tenaz esforço de aproximação nunca esmoreceu. Assim, as duas normas ortográficas, como que por milagre, acabaram por ser quase idênticas ponto por ponto, conseguindo-se que seja indiscutível tratar-se da mesma língua, não obstante as diferenças semânticas e de prolação. Isso deveu-se também ao facto de que os avisados cientistas, nas suas reuniões, mantiveram sempre a base etimológica na língua, permitindo a enorme riqueza da sua adaptação a todas as pronúncias (salvo quando as letras não serviam para nada...). Neste impressionante objectivo de aproximação, foi finalmente assinado o acordo de 1990, agora com ampla concordância (dos sete países da Lusofonia na altura). Neste acordo, estabelecem-se duplas grafias nos casos indispensáveis, para não alterar o uso nos dois países, o Brasil faz várias cedências nos acentos e Portugal consente finalmente em acabar com a teimosia das consoantes não articuladas (além de outras simplificações, modestas para evitar muitas resistências).

Ora a uniformização na língua é importante também para Portugal. Não faz sentido que nas instâncias internacionais apareça uma variante da língua que se diga brasileira, quando a língua é a mesma. Os defensores do caduco «orgulhosamente sós» que se cuidem...

Um problema é o interesse legítimo das editoras. De acordo que é necessário um prazo para escoamento das edições com a norma anterior.. No entanto, dez anos é excessivo; bastariam quatro a cinco, visto que o Brasil pretende estar em vigor pleno muito cedo. Note-se que se o Brasil avançar rapidamente, como já pode, e se conseguir cativar outros países que presentemente seguem o português europeu, o papel inverte-se, e serão as editoras portuguesas que aí ficarão blindadas, se continuarem com a norma antiga.

Um outro motivo para a resistência à mudança na língua é o receio de que depois não se saiba escrever correctamente, nos hábitos que se tem de escrever na grafia actual. Como as pessoas se assustam sobretudo com o desconhecido, indicam-se na página www.dsilvasfilho.com, em Problemas Ortográficos > Linguística, do Autor deste texto [vide também [O que \(não\) muda com o Acordo Ortográfico \(1990\)](#)] as alterações previstas, em pormenor. Pode-se observar que muitas bases ficam sem alteração nos hábitos actuais de escrita e que as outras são simplificações úteis ou de fácil adaptação.

* artigo publicado no *Jornal de Notícias* de 3 de Dezembro de 2007 :: 03/12/2007

Sobre o Autor

sábado, 02 julho 2011 { 21:15

Acordo Ortográfico

por © 2008 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Opositores estão fechados em "comportamentos autistas" - Carlos Reis

publicado 20:44 07 abril '08

O professor universitário Carlos Reis classificou hoje como "comportamentos autistas" os daqueles que se opõem ao Acordo Ortográfico, numa conferência internacional e audição parlamentar sobre o tema hoje realizada na Assembleia da República.

"Um acordo (...) é um encontro de vontades, fundado no reconhecimento da dignidade das partes, sem preconceitos, complexos ou reservas mentais, [que] implica disposição para o diálogo e para a abertura, não o fechamento em comportamentos autistas", defendeu o catedrático de Literatura Portuguesa.

Salientando que, "ao contrário do que tem sido dito, o Acordo Ortográfico é uma das questões mais debatidas dos últimos 20 anos", Carlos Reis frisou que "um acordo implica também o pragmatismo que leva a que se concorde no que é possível concordar, sem prejuízo de diferenças que não põem em causa o essencial da concordância".

"Se um acordo incide na ortografia - insistiu - então, reconheça-se que ele visa aquele domínio linguístico que é mais convencional e susceptível de reajustamentos rapidamente incorporados pelo uso e sobretudo pelas crianças, que são os falantes do futuro".

Segundo o professor, o que está em causa neste Acordo Ortográfico é "aproximar a grafia da articulação fonológica - aproximar, não identificar - ou, noutros termos, o modo como escrevemos do modo como falamos".

"Há alguma ofensa cultural, se passo a escrever `elétrico` em vez de `eléctrico`? Houve desrespeito pelo idioma de Alexandre Herculano, pelos legisladores do Liberalismo ou pelos cidadãos letrados seus contemporâneos, quando passámos a escrever `fósforo` ou `exausto`, em vez `phosphoro` ou `exhausto`?", exemplificou.

E colocou, em seguida, algumas perguntas que caracterizou como "claramente retóricas", a primeira das quais foi: "Deve Portugal manter-se agarrado a uma concepção conservadora da ortografia, como se ela fosse o derradeiro baluarte da identidade portuguesa?".

"E podem alguns portugueses persistir em encarar o Brasil como um parceiro menor neste processo ou até como um inimigo?", lançou, acrescentando: "É curial ou inteligente ignorar o muito que o Brasil faz, por muitas vias, para a afirmação internacional da Língua Portuguesa?".

E - interrogou-se - "se no futuro, os países africanos de língua oficial portuguesa, incluindo o Brasil, se entenderem quanto à adopção de uma ortografia comum, em que posição fica Portugal?".

[Crédito Pessoal BPI](#)

Até €75.000 para o que quiser. Prazos até 10 anos! Veja aqui.

BancoBPI.pt/Credito_Pessoal

publicidade

Membro do Conselho Científico da Sociedade da Língua Portuguesa e do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

Diário de Notícias

UM NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

A questão ortográfica da língua portuguesa arrasta-se há quase meio século. De facto, em 1911, com o advento da República, Portugal promoveu uma grande reforma ortográfica da língua. Infelizmente, fê-lo à revelia do Brasil, que era então o outro grande país de língua portuguesa. Ora, implantar uma reforma ortográfica constitui um acto de soberania, o qual não pode ser imposto a outro país. Mas era o que Portugal pretendia, ou seja, que o Brasil adoptasse a ortografia portuguesa de 1911, o que não aconteceu. O pecado original dessa "guerra" ortográfica reside no facto de aquela reforma não ter sido previamente acordada com o Brasil, como o exigia a defesa e promoção da língua portuguesa no mundo.

Houve depois várias tentativas de unificação da ortografia do português ao longo do século XX, desenvolvidas sobretudo pela Academia das Ciências de Lisboa em conjunto com a Academia Brasileira de Letras. Em 1945 as duas academias chegaram a acordo, numa reunião em Lisboa. Desse encontro surgiu a chamada Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945. Mas aqui, mais uma vez a parte portuguesa cometeu um pecado capital. É que conseguiu convencer a parte brasileira a adoptar os pontos de vista portugueses, nos quais predominava a perspectiva etimológica.

Assim, os brasileiros, que há muito tinham suprimido, para maior facilidade de alfabetização, as chamadas consoantes mudas ou não articuladas em palavras como "acto", "directo", "óptimo", tinham de voltar a introduzi-las na escrita. Ora isso constituía uma violência, que o Brasil não aceitou. Imagine-se como reagiriam os portugueses se agora os obrigassem a reescrever "fructo" ou "victória", com consoantes que há muito foram suprimidas! A lição que colhemos, quer de 1911, quer de 1945, é que Portugal, embora seja o berço da língua portuguesa, não é no mundo de hoje o seu único proprietário.

PATROCÍNIO

A verdade é que, tendo falhado as duas unificações plenas tentadas em 1945 e 1986, mandava o bom senso que se procurasse uma unificação possível, menos absoluta, mas mesmo assim suficiente, para abranger cerca de 98% do léxico da língua, e necessária, para evitar que a deriva ortográfica, com oito países lusófonos, se venha a acentuar.

Outra crítica que advém de certos intelectuais portugueses mais conservadores põe em causa a necessidade sequer de qualquer acordo ortográfico. Sustentam que a língua há-de evoluir nos diferentes países lusófonos e dar origem a outras línguas. Esquecem-se, no entanto, que hoje vivemos num mundo diferente do que existia no tempo, por exemplo, da difusão do latim pela România. Nesse tempo a escolarização era apenas para elites reduzidas, não havia meios de comunicação de massas, como a rádio, a televisão, os jornais. Ora, estes meios exercem hoje sobre a língua uma força centrípeta que leva à preservação da unidade essencial do idioma. Por outro lado, as instituições culturais e políticas dos países lusófonos têm todo o interesse em preservar a língua comum como elo de ligação entre todos e factor indiscutível da sua afirmação no mundo.

Uma ortografia unificada torna-se absolutamente necessária às organizações internacionais onde o português é língua de trabalho, aos estabelecimentos de ensino estrangeiros onde se cultiva o nosso idioma, à difusão e promoção do livro em português nos domínios inter-lusófonos e internacional.

João Malaca Casteleiro

Professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa

Linguista

publicado a 2008-03-15 às 00:00

Para mais detalhes consulte:

http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=996077

GRUPO CONTROLINVESTE

Copyright © - Todos os direitos reservados

[HOME](#)[Quem é Marcos Bagno](#)[Textos e Artigos](#)[Livros](#)[Deu no Jornal](#)[Fórum](#)[Sugestões de Leitura](#)[Links](#)

Textos e Artigos



Artigo de Marcos Bagno publicado na Revista Caros Amigos

BOBAGENS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO "E deixe os Portugais morrerem à míngua..." - Caetano Veloso

Marcos Bagno - Maio de 2008

Quando o assunto é língua, praticamente tudo o que aparece na mídia é equivocado, distorcido. Pululam atualmente, por exemplo, bobagens a respeito do acordo de unificação ortográfica que entrará em vigor nos países de língua oficial portuguesa. Vamos ver as mais graves. Bobagem no 1: falar de "unificação da língua". O acordo prevê apenas uniformização da ortografia, isto é, do modo de escrever em português. Quem fala "mêzmu", "mêjmu", "mêijmu", "mêhmu" etc. vai continuar falando como sempre falou, mas só pode escrever mesmo. Nenhuma ortografia de nenhuma língua do mundo dá conta do fenômeno da variação, que é da própria natureza das línguas humanas. Por isso mesmo os Estados sentiram a necessidade política de fixar, por lei, um modo único de escrever. Mas não existe lei que uniformize os modos de falar, porque isso é impossível, tanto quanto é impossível uniformizar a cor da pele, dos cabelos ou dos olhos das pessoas - falar faz parte da nossa configuração biológica. Só nazistas podem pensar em uniformizar as pessoas em suas características físicas. E é também um quase nazismo querer que todas as pessoas falem de um modo uniforme, considerado o único "certo", só porque a classe alta, minoritária e branca fala assim.

Bobagem no 2: falar de "reforma" ortográfica. O acordo prevê apenas a unificação das duas ortografias atualmente em vigor (a brasileira e a portuguesa), eliminando os poucos aspectos que diferenciavam as duas normas. São tantas as discrepâncias entre o que se fala e o que se escreve que, para criar uma ortografia minimamente próxima da fala, mesmo incorporando só o que é comum a todos os falantes de português no mundo, a reforma teria que ser tão radical que desfiguraria a tradição escrita da língua e perturbaria a transmissão do patrimônio cultural escrito em português. Por isso o inglês e o francês se escrevem do mesmo jeito há 500 anos. A escrita não é, de jeito nenhum, um retrato fiel da língua falada, nem tem como ser. Ela é uma mera convenção para registrar a língua, convenção baseada em critérios históricos, políticos, culturais, de classe social, muito mais do que em considerações propriamente lingüísticas.

Bobagem no 3, decorrente da no 2: dizer que a reforma é "tímida" ou "meia-sola" (como disse um "professor de português" que brilha na mídia, só para confirmar seu despreparo para tratar do que quer exija uma análise um pouco mais bem fundada). Se não existe "reforma" nenhuma, como é que ela pode ser "tímida"?

Bobagem no 4: achar que o acordo não tem importância. Tem importância,

TEXTOS DE MARCOS BAGNO PUBLICADOS NA REVISTA CAROS AMIGOS:

Existe ou não existe? Eis a questão - abril de 2010

Enfim, uma gramática brasileira - março de 2010

Trago ou trazido? O tempo dirá! - fevereiro de 2010

Quem ri do quê? - janeiro de 2010

A falta de senso do censo - dezembro de 2009

POR QUE HÁ ERROS MAIS ERRADOS DO QUE OUTROS? - Novembro de 2009

BRASILEIRO FALA BANTO? - Outubro de 2009

LUSOFONIA OU ILUSOFONIA? - Setembro de 2009

QUEM SÃO OS PURISTAS? - Agosto de 2009

DEIXEM O MEU ÓCULOS EM PAZ! - Julho de 2009

SE ISSO É FILOSOFIA, DEUS NOS SACUDA! - Junho de 2009

MODISMOS LINGÜÍSTICOS?! - Maio de 2009

PAÍS EMERGENTE, EDUCAÇÃO SUBMERSA... - Abril de 2009

OS PURISTAS E A MENTIRA DO "VALE-TUDO" - Março 2009

DEIXEM EU SER BRASILEIRO! - Fevereiro de 2009

A BABOSEIRA SEM FIM DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL -

sim, e muita, porque o que interessa no acordo não é a ortografia em si, mas o papel político que o Brasil tem a desempenhar na comunidade lusófona. Portugal, infinitamente menos importante que o Brasil no cenário político e econômico mundial, se recusa a ver que quem lidera a lusofonia, hoje, somos nós. O PIB brasileiro é o 8o maior do mundo; o de Portugal é o 41o... Só na metrópole de São Paulo tem mais falantes de português do que em toda a Europa! Defender o acordo de uniformização ortográfica é defender essa liderança, é exigir que Portugal pare de se arvorar como fonte "original e pura" de irradiação do português e de decisões internacionais acerca da língua. O português que conta hoje, no mundo, é o nosso. E os portugueses que enfiem sua viola no saco e parem de ter saudades de um império que começou a ruir em 1808, senão antes...

Janeiro de 2009

A ASTROLOGIA, ALQUIMIA &
GRAMÁTICA: TRÊS "CIÊNCIAS"
ESOTÉRICAS - Dezembro de 2008

A CATÁSTROFE DOS CURSOS DE
LETRAS - Novembro de 2008

NÃO É REFORMA, MINHA GENTE,
É SÓ UM ACORDO! - Novembro
de 2008

CAETANAS BOBAGENS - Outubro
de 2008

O RACISMO LINGÜÍSTICO DO
BRASIL - Setembro de 2008

A MALDIÇÃO DA NORMA CULTA -
Agosto de 2008

A FEBRE DE POSSUIR - Julho de
2008

PRATOS QUE SE LAVAM
SOZINHOS? SÓ NA GRAMÁTICA
NORMATIVA! Junho de 2008

BOBAGENS SOBRE O ACORDO
ORTOGRÁFICO - Maio de 2008

EVANILDO BECHARA OU A
EDUCAÇÃO PELA DIREITA - Abril
de 2008

GRAMÁTICA DO SACCONI?
CHAMEM O PROCON! - Março de
2008

**+ ARTIGOS DE MARCOS
BAGNO**



Busca

OK

[English](#)
[zii e zie](#) [obra em progresso](#) [Bio](#) [Foto](#) [Disco](#) [DVD](#) [Clipe](#) [Livro](#) [Texto](#) [Agenda](#)
[Trailer Filme Coração Vagabundo](#) [Errática](#)
[Voltar](#)
in [Noites do Norte Ao Vivo](#) 03:36

in [Velô](#) 04:10

Língua

Caetano Veloso

Gosta de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões
 Gosto de ser e de estar
 E quero me dedicar a criar confusões de prosódia
 E uma profusão de paródias
 Que encurtem dores
 E furem cores como camaleões
 Gosto do Pessoa na pessoa
 Da rosa no Rosa
 E sei que a poesia está para a prosa
 Assim como o amor está para a amizade
 E quem há de negar que esta lhe é superior?
 E deixe os Portugais morrerem à míngua
 "Minha pátria é minha língua"
 Fala Manguera! Fala!

Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
 O que quer
 O que pode esta língua?

Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas
 E o falso inglês relax dos surfistas
 Sejam imperialistas! Cadê? Sejam imperialistas!
 Vamos na velô da dicção *choo-choo* de Carmem Miranda
 E que o Chico Buarque de Holanda nos resgate
 E – xeque-mate – explique-nos Luanda
 Ouçamos com atenção os deles e os delas da TV Globo
 Sejam o lobo do lobo do homem
 Lobo do lobo do lobo do homem
 Adoro nomes
 Nomes em ã
 De coisas como rã e imã
 Ímã imã imã imã imã imã imã imã
 Nomes de nomes
 Como Scarlet Moon de Chevalier, Glauco Mattoso e

Arrigo Barnabé
e Maria da Fé

Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua?

Se você tem uma idéia incrível é melhor fazer uma
canção
Está provado que só é possível filosofar em alemão
Blitz quer dizer corisco
Hollywood quer dizer Azevedo
E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo meu
medo
A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria, tenho mátria
E quero fráttria
Poesia concreta, prosa caótica
Ótica futura
Samba-rap, chic-left com banana
(– *Será que ele está no Pão de Açúcar?*
– *Tá craude brô*
– *Você e tu*
– *Lhe amo*
– *Qué queu te faço, nego?*
– *Bote ligeiro!*
– *Ma'de brinquinho, Ricardo!? Teu tio vai ficar*
desesperado!
– *Ó Tavinho, põe camisola pra dentro, assim mais*
pareces um espantalho!
– *I like to spend some time in Mozambique*
– *Arigatô, arigatô!*)
Nós canto-falamos como quem inveja negros
Que sofrem horrores no Gueto do Harlem
Livros, discos, vídeos à mancheia
E deixa que digam, que pensem, que falem

© Editora Gapa

Como princípio geral, podemos afirmar que, por razões econômicas, sociais e educacionais, a ortografia de uma língua deve ser o mais estável possível. Mudanças ortográficas devem ser raras. Se eventualmente necessárias, devem ser pontuais, alcançando apenas aspectos marginais ou excessivamente incongruentes.

Uma mudança necessária

Carlos Alberto Faraco*

Como princípio geral, podemos afirmar que, por razões econômicas, sociais e educacionais, a ortografia de uma língua deve ser o mais estável possível. Mudanças ortográficas devem ser raras. Se eventualmente necessárias, devem ser pontuais, alcançando apenas aspectos marginais ou excessivamente incongruentes.

Se só raramente devemos mexer na ortografia, o que justifica, então, as mudanças que, definidas por Acordo assinado em 1990 pelos países de língua oficial portuguesa, estão agora em vias de ser implantadas?

Há duas boas e fortes razões: vamos eliminar excessos e incongruências que ainda persistem na nossa ortografia e, ao fazer isso, vamos alcançar aquele que é o objetivo maior da reforma – resolver de vez a esdrúxula situação de uma língua com duas ortografias concorrentes: a lusitana e a brasileira.

O nosso sistema ortográfico tem, reconhecidamente, um excesso de regras de acentuação e uma área a que falta um mínimo de racionalidade: o uso do hífen. O Acordo altera positivamente este quadro.

De um lado, elimina nada menos que sete regras de acentuação (todas inúteis). Permanecem apenas as regras de amplo alcance. O sistema de acentuação perde em número e ganha em generalidade, o que facilita seu uso e seu ensino.

Quanto ao hífen, alcança-se também um razoável grau de generalidade no seu uso em palavras formadas por prefixos. Hoje há, neste caso, uma lista de nove regras que apenas listam particularidades. O Acordo define duas regras bem gerais, mantendo apenas quatro particulares. Não é pouca coisa, como bem sabem todos os que escrevem.

Mas o melhor resultado do Acordo é o fim da duplicidade de ortografias. Esta duplicidade não seria, em princípio, um problema, já que as diferenças não são de tal monta que interfiram na compreensão dos textos.

No entanto – e este é um ponto que raramente aparece nos debates –, Portugal transformou a duplicidade de ortografias em um instrumento político para embaraçar a presença brasileira seja nas relações com os demais países lusófonos, seja na promoção internacional da língua.

No fundo (embora isso nunca seja claramente dito), Portugal teme a “brasilianização” da língua (afinal, 85% dos falantes estão aqui) e tenta nos neutralizar, praticando uma política da língua que busca sempre nos deixar em

plano secundário.

Há, por exemplo, sob o pretexto da diferença ortográfica, impedimentos à livre circulação de livros com a ortografia brasileira nos demais países lusófonos. Isso aumenta os custos editoriais: o mesmo livro, para circular em todos os territórios da lusofonia, precisa ter duas impressões diferentes.

Caso emblemático é o do Dicionário Houaiss. Este que é o maior dicionário da língua, para poder circular também em Portugal e nos outros países lusófonos, teve de ser editado em duas versões ortográficas. Podemos facilmente imaginar quanto custou essa "brincadeira". E este é apenas um de incontáveis casos. O Brasil tem, portanto, claros prejuízos culturais e econômicos com a duplicidade de ortografias.

Pelo mesmo pretexto, nunca conseguimos uma ação conjunta na certificação de proficiência em português como língua estrangeira e na promoção internacional da língua. De que adianta o português ser a terceira língua europeia em número de falantes (só perde para o inglês e o espanhol), se esta vantagem quantitativa não tem se transformado numa vantagem política?

Num mundo em que várias línguas estão em extinção por terem poucos falantes e em que as "grandes" línguas lutam para garantir um equilíbrio frente à expansão do inglês, o português se vê apequenado porque quem deveria ser nosso parceiro age como nosso antagonista, tendo a diferença de ortografias como pretexto.

Superar essa situação é condição necessária para orientarmos novas maneiras de gerir politicamente a nossa língua e garantir sua projeção, seja no interior dos próprios países que a tem como oficial (nestes, com exceção de Brasil e Portugal, ela não é ainda sequer hegemônica), seja no plano internacional.

**Linguísta, Professor Titular (aposentado) de Língua Portuguesa da UFPR e membro da Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa do Ministério da Educação.*

Fonte: Ipol

Este conteúdo foi atualizado em: 06/01/2009 16:25:24 e acessado 1027 vezes.

Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

Rua Lauro Linhares, 2123 - Torre A - Sala 713

Trindade 88036-970 - Florianópolis/SC - Brasil

Fone/Fax: 55 48 3234 8056

e-mail: ipol@ipol.org.br

LÍNGUA

07/02/2008 - E agora, Portugal?

É preciso esclarecer as informações desencontradas antes de dar o próximo passo na unificação da grafia do idioma



O Monumento dos Descobridores, marco da colonização em Lisboa: Portugal nega ao Brasil um papel pleno no intercâmbio entre países lusófonos e na difusão do português

A língua portuguesa tem dois sistemas ortográficos: um vigora no Brasil e outro, em Portugal e nos demais países lusófonos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor Leste). Essas duas ortografias são oficializadas por dispositivos legais. No Brasil, a grafia é regida pela lei 2.623, de 21 de outubro de 1955, que restabeleceu a vigência do Formulário Ortográfico de 12 de agosto de 1943, e pela lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971. Essa situação de não unidade se deve ao fato de que, logo depois da independência do Brasil, os escritores diziam que não bastava que houvesse uma independência política de Portugal, era preciso também estabelecer uma independência cultural. Por isso, o Brasil nunca reconheceu a autoridade lingüística de Portugal. As divergências ortográficas foram ocorrendo e, desde 1924, procura-se uma ortografia comum. Em 1945, chega-se a um acordo de unificação, que se tornou lei em Portugal no mesmo ano. No entanto, como o Congresso Nacional Brasileiro não o ratificou, a ortografia brasileira continua a ser regida pelas disposições de 1943.

As diferenças entre as duas ortografias não são substanciais, não impedindo a compreensão dos textos grafados numa ou noutra.

Entretanto, a duplicidade ortográfica dificulta a difusão internacional do português, na medida em que os documentos dos organismos internacionais que adotam o português como língua oficial precisam ser duplicados, pois devem ser publicados numa e noutra ortografia; em que a certificação de proficiência de língua portuguesa não pode ser unificada; em que os materiais didáticos e os instrumentos lingüísticos, como dicionários e gramáticas, produzidos numa ortografia não servem para os países que adotam a outra e assim sucessivamente. Para acabar com essa situação esdrúxula, os países lusófonos assinaram, em 1990, em Lisboa, um acordo ortográfico. Estipulou-se que ele entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994, depois de sua ratificação pelos diferentes estados nacionais. Como a ratificação não se deu, conforme se previa, ele não pôde entrar em vigência e se acordou, em 2004, que ele passaria a vigorar depois de ser ratificado por três dos oito países. Até o momento aprovaram o acordo o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Assim, em princípio, ele está vigente. No entanto, se os outros países não o adotarem, frustra-se a idéia de unificação. Por isso, estamos em compasso de espera.

Equívocos

Nos últimos tempos, diferentes manifestações têm surgido sobre o assunto e mesmo pessoas consideradas especialistas na matéria têm incidido em quatro equívocos. É preciso afastá-los para evitar que toldem nossa apreciação desse objeto.

O primeiro é que se está fazendo uma unificação da língua portuguesa. Isso não é verdade. O que se deseja fazer é uma unificação da ortografia, ou seja, da convenção por meio da qual se representam graficamente as formas faladas da língua, se escrevem as formas da língua. O que se pretende unificar é a escrita e não a língua, que varia de região para outra, de um grupo social para outro, de uma situação de comunicação para outra, de uma faixa etária para outra. A variação é um fenômeno inerente à língua, porque a sociedade em que é falada é heterogênea. É impossível uniformizar a língua. Repetimos, o que se pode e se quer tornar uma é a ortografia.

O segundo equívoco é que a reforma é tímida, dever-se-ia fazer uma mudança radical para simplificar a ortografia e aproximá-la da maneira como falamos. Na verdade, aqui há dois erros. Primeiramente, não se está fazendo propriamente uma reforma ortográfica e sim um acordo de unificação ortográfica e, portanto, atinge basicamente os pontos de divergência das duas ortografias e não faz reforma profunda na maneira de grafar as palavras. Depois, enganam-se os que pensam que se pode escrever como se fala, pois a pronúncia varia, por exemplo, de região para região em cada país e, por isso, não se pode grafar tal como se fala. Além disso, cabe perguntar por que países em que se falam línguas, como o francês ou o inglês, cuja ortografia reflete um estado lingüístico muito mais antigo ou a origem da palavra, não fazem uma reforma ortográfica drástica. Porque não é mais possível, uma vez que mudar completamente a ortografia significa condenar à obsolescência todo o material impresso. Em duas gerações ninguém mais será capaz, sem preparo específico, de ler tudo o que foi impresso até o momento. Ora, isso é impossível. Podia-se fazer reforma ortográfica radical até o início do século passado. Depois, com o crescimento das bibliotecas, dos acervos etc. não se pode mais pensar em alterar totalmente a ortografia.

Meia-sola

O terceiro erro sobre o acordo é que ele, de fato, não unifica a ortografia. Como disse um conhecido professor de português, é "uma reforma meia-sola". Os que afirmam isso se fundamentam no fato de que o tratado permite dupla ortografia nos casos em que no Brasil se acentua com acento circunflexo e em Portugal, com acento agudo, refletindo a diferença de timbre fechado e aberto (econômico/ económico; fêmur/ fêmur; bebê/ bebê; gênio/ génio) e nos casos em que uma consoante seguida de outra não é pronunciada no Brasil, mas é falada em Portugal (por exemplo, facto/ fato; secção/ seção; sector/ setor; amnistia/ anistia; súbdito/ súdito; assumpção/ assunção). Afirmar que não houve a unificação é um erro porque as duas grafias passam a ser corretas no território da lusofonia. Hoje, é errado escrever ceptro e género no Brasil ou cetro e gênero nos outros países lusófonos. A partir da entrada em vigor do acordo, as duas grafias serão corretas em todos os países de língua portuguesa.

Isso quer dizer que, com muita sabedoria, unificou-se, respeitando-se a diversidade de pronúncia refletida em formas históricas de grafar.



Monumento em

Finalmente, muitos dizem que há coisas mais importantes a fazer do que tornar uniformes as ortografias. Poderia até ser verdade se pensarmos apenas do ponto de vista das carências educacionais nos países lusófonos. No entanto, para efeitos de difusão internacional e de implantação de uma política lingüística comum, a unificação é importante. Para os brasileiros, no entanto, está em jogo outra coisa. Em Portugal, muitos falam em recusar o acordo, em nome da manutenção da pureza da língua original, porque ele representa a "brasilianização da ortografia", "a colonização dos ex-colonizados". Os argumentos desses portugueses não têm fundamento na realidade. São fantasias.

Alfama, na parte histórica de Lisboa: monopólio da política lingüística de propagação do português e mito de que Portugal é o guardião da pureza do idioma

Impasse

No entanto, apesar do que dizem as autoridades portuguesas, eles tiveram forte acolhida, pois Portugal, país depositário do acordo, nem sequer fez o comunicado aos países signatários, conforme determina o artigo 77 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 23/05/1969, de que ele está em vigor, por ter sido alcançado o número mínimo de ratificações. Esse comunicado é uma obrigação do país depositário, mas nem isso Portugal fez para não dizer oficialmente que ele está em vigência. A partir daí, o acordo passa a ser muito importante para o Brasil, pois o que está em questão é o fato de que Portugal pretende manter-se na posição de padrão de língua para os países lusófonos de África e de Ásia, de que Portugal nega ao Brasil um papel pleno no intercâmbio cultural e científico entre os países lusófonos e na difusão do português no mundo, na medida em que não reconhece, por exemplo, a certificação de proficiência brasileira ou a legitimidade de seus materiais didáticos e instrumentos lingüísticos. Portugal pretende ter um monopólio da política lingüística de propagação do português; Portugal deseja manter o mito de que é o guardião da pureza do idioma. Por essas razões, do ponto de vista simbólico, o acordo de unificação é relevante para o Brasil.

Portugal adia a unificação

O governo português adiou a aprovação do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico que envolve a unificação da grafia nos países de língua portuguesa. A informação, da agência de notícias portuguesa Lusa, foi dada no fim de dezembro. A aprovação do documento, prevista para o último conselho de ministros portugueses que ocorreria em 27 de dezembro, ficou para data não definida.

Isso, se o acordo for mesmo aprovado pelos portugueses. Em 2 de novembro, o ministro português das Relações Exteriores, Luís Amado, anunciou que Portugal aprovaria o protocolo modificativo até o fim de 2007. Vinte e cinco dias depois, a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima anunciou na Assembléia da República (o Congresso de lá) que Portugal vai pedir um prazo de dez anos para a entrada em vigor do novo acordo ortográfico.

A moratória evitaria as muitas adaptações e alterações, em livros escolares por exemplo. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi alcançado em 1991 e deveria ter entrado em vigor em 1994, mas apenas três dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - aprovaram os dois protocolos modificativos. O segundo desses protocolos, em 2004, previu que, se apenas três países ratificarem o texto, o documento entraria juridicamente em vigor. Na prática, Portugal ainda não o fez e é esse documento que só vai a conselho de ministros em 2008, tendo ainda de passar posteriormente pela Assembléia da República.

O acordo ortográfico deu margem no Brasil a mal-entendidos e informações desencontradas, muitas das quais sem amparo nos fatos. Para esclarecer as principais questões, Língua traz artigo do lingüista José Luiz Fiorin sobre o assunto.

José Luiz Fiorin é professor do Departamento de Lingüística da USP e organizador dos livros *Introdução à Lingüística I: objetos teóricos* e *Introdução à Lingüística II: princípios de análise*, ambos da Editora Contexto

- Endereço web:

<http://www.revistalingua.com.br/textos.asp?codigo=11474>

- Publicada em:

7/2/2008 15:18:18

- Impresso em:

4/7/2011 08:04:10

[INFORMAÇÕES]

redacao@revistalingua.com.br

EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO

Blog oficial da Petição em Defesa da Língua Portuguesa
Contra o Acordo Ortográfico

<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa>

SEXTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2008

Pasquale Cipro Neto: "Acordo ortográfico é inútil e desnecessário"

Notícia Lusa - São Paulo, 02-10-2008 16:22:39 [[ligação](#)]

O acordo ortográfico entre os países lusófonos é "inútil e desnecessário" e não terá qualquer influência no papel da língua portuguesa em nível internacional, disse nesta quinta-feira à Lusa Pasquale Cipro Neto, o mais conceituado professor de português do Brasil. (*)

Salientando que a implantação do acordo ortográfico supera "de longe" os eventuais benefícios que dele podem advir, Pasquale Cipro Neto defendeu que o documento não terá "qualquer influência sobre o papel da língua portuguesa no cenário internacional".

"Certamente não é pelos pê e cês que Portugal emprega em 'adoptar' e 'd direcção' ou pelas outras minidiferenças entre a grafia brasileira e a lusitana que a Língua Portuguesa não tem projecção no mundo, se é que de fato não tem", salientou.

O professor disse igualmente que o acordo ortográfico entre os países de Língua Portuguesa é "uma grande bobagem, inútil, desnecessário".

"Parece que os responsáveis por ele se esqueceram do que aconteceu com a reforma de 1971, que até hoje não foi totalmente absorvida. Basta ver os cardápios ou 'ementas', em que ainda se lê 'môlho', por exemplo", afirmou.

"Não ficarei surpreso de Portugal não o colocar em prática. Aliás, sonho com isso. Seria maravilhoso se isso ocorresse", realçou.

No Brasil, a reforma ortográfica foi promulgada segunda-feira, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa cerimônia solene na sede da Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro.

O acordo ortográfico entrará em vigor no Brasil a partir de janeiro de 2009, inicialmente nos documentos oficiais.

As mudanças serão adotadas de forma gradual, nos livros escolares, em 2010, sendo obrigatórias a partir de 2012.

Professor desde 1975, Cipro Neto é colunista de diversos jornais brasileiros, autor de livros e apresentador do programa "Nossa Língua Portuguesa", transmitido por emissoras de rádio e de televisão.

(*)Declaração em destaque também no Público de 3/09/2008, pág. 17 (ligação não disponível)

--/--



ENQUANTO HÁ LÍNGUA, HÁ ESPERANÇA
Assine a [Petição](#)

CONTACTO
[Correio Electrónico](#)

FEED RSS



[Subscrever](#)

AUTORES

Helena Buescu
Maria Alzira Seixo
João Roque Dias
Ricardo Miguéis
Vasco Graça Moura
José Nunes (administração do blogue / Manifesto)

DOCUMENTOS

Texto do Acordo Ortográfico de 1990 (inclui a Nota Explicativa)
Parecer de Ivo Castro e Inês Duarte (1987) [excerto]
Parecer de Óscar Lopes (1987)
Parecer do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras-UL (1987)
Parecer da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (1991)
Parecer da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (1989)
Parecer da Associação Portuguesa de Linguística (2005)
Parecer de João Andrade Peres (2008)
Parecer de António Emílio - Excertos (2008)
Parecer da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (2008)
Síntese de medidas rectificativas necessárias (2008)
Documentos entregues ao Presidente da República (2008)
Requerimento à Comissão Parlamentar de Ética, Educação e Sociedade da A.R. (2008)
Relatório Final da Comissão Parlamentar de Ética, Educação e Sociedade da A.R. - Abril 2009

23/08/2007

Reforma estúpida

Mais uma vez, burocratas de pouco tino pretendem enfiar-nos uma reforma ortográfica goela abaixo. Segundo reportagem da [Folha](#) (íntegra disponível para assinantes do jornal ou do UOL), as mudanças podem começar já no ano que vem. Há aí dois despropósitos e uma sacanagem.

Em primeiro lugar, a reforma proposta é ruim: gasta-se muita energia para obter avanços menos do que tímidos em termos de unificação da escrita dos países lusófonos. Isto, é claro, se Portugal comprar o pacote, o que talvez não faça. Em segundo e mais importante, é errado e inútil tentar definir os rumos de uma língua natural.

Só vão sair ganhando aqueles editores mais ágeis, que já têm prontos dicionários, gramáticas, cursos de atualização e material didático de acordo com a "nova ortografia" —e é aí que reside a esperteza.

Nunca foram meia dúzia de consoantes mudas —como nas formas lusitanas "adopção" e "ótimo"— que constituíram barreira à intercomunicabilidade entre leitores e escritores dos dois lados do Atlântico. O mesmo se pode dizer do trema, das quatro ou cinco regras de acentuação que serão alteradas e das sempre exóticas disposições sobre o hífen —os demais pontos que a reforma abarca. Se há empecilhos à boa compreensão entre falantes do Brasil, de Portugal e de países africanos e asiáticos (não nos esqueçamos de Timor Leste), eles estão na escolha do léxico e no uso de expressões locais, felizmente ao abrigo da sanha legislante de dicionaristas e parlamentares.

Línguas são como organismos vivos: nascem, crescem e morrem. Numa palavra, evoluem. Só que, ao contrário de entidades compostas por moléculas de carbono e codificadas por genes, fazem-no principalmente pelo que os biólogos chamam de "genetic drift" (deriva genética), isto é, sem muita seleção —até pode haver alguma competição entre idiomas, mas bem menos do que entre indivíduos. Escrever "super-homem" ou "superomem" não torna o português mais ou menos apto a sobreviver no mundo lingüístico.

E, se há algo especialmente desimportante para determinar o sucesso ou fracasso de um idioma, é a ortografia tomada isoladamente. Analisemos o caso do inglês, indiscutivelmente o idioma de maior prestígio hoje no mundo. A complexidade de sua ortografia, que é muito pouco fonética, já gerou toda uma mitologia. O escritor Mark Twain, por exemplo, propôs em tom de chiste que a palavra "fish" ("peixe") fosse escrita "ghotiugh", em que o "gh" soa como "f", como ocorre em "enough" ("bastante"); o "o" tem som de "i", como em "women" ("mulheres"); o grupo "ti" vale por "ch", como em "nation" ("nação"); e o grupo "ugh" não tem som algum, como em "ought" ("dever").

Só que o problema ortográfico do inglês, apesar de trazer mesmo uma série de dificuldades, em especial na alfabetização de crianças e no aprendizado como língua estrangeira, revelou-se também um dos ingredientes que, ao lado de outras características, tornaram-no uma língua extremamente versátil, o que contribuiu para o seu sucesso. Com efeito, a anomia ortográfica aliada ao despojamento dos sistemas nominal e verbal trouxe uma vantagem insuspeitada. Como as palavras podem ser escritas de qualquer jeito mesmo e substantivos se tornam verbos sem a necessidade de nenhuma adequação morfológica —em português, para tornar-se verbo, é preciso obedecer à flexão, recebendo, por exemplo, um "r" no infinitivo, como em "amar"—, a língua ganha uma enorme flexibilidade. Praticamente qualquer palavra estrangeira pode ser assimilada em sua forma original. Nenhum termo fica estranho demais para "soar" inglês. Mais do que isso, pode tornar-se, além de um simples nome, também um verbo. É o caso de "toboggan" ("tobogã" e também "fazer tobogã") que veio do idioma algonquino "ipsis litteris". O inglês é, nesse sentido, uma língua perfeita para a era da globalização e, não por acaso, aquela com maior número de vocábulos, boa parte dos quais emprestados de outros povos.

O "genetic drift" também faz com que idiomas possam conservar traços imemoriais sem que isso implique custos demasiado altos. Tal característica torna as línguas naturais verdadeiros palimpsestos, capazes tanto de assimilar modismos criados na véspera como de guardar relíquias herdadas de idiomas muito mais antigos. Seu curso, ainda mais que o da seleção natural, é absolutamente imprevisível. Vale a pena investigar dois ou três casos.

Para o termo "beócio", por exemplo, o dicionário Aurélio registra: "curto de inteligência; ignorante, boçal". Se olharmos para a etimologia, descobriremos estar diante de um preconceito das elites gregas, para as quais os habitantes da província da Beócia —os beócios— não passavam de camponeses estúpidos e glutões. O sentido de glotonaria se perdeu, mas o de estupidez se manteve em várias línguas modernas.

Obviamente, não eram apenas os gregos os arrogantes e intolerantes. Os judeus do século 12 a.C. também tinham seus desafetos, mais especificamente os filisteus, com quem viviam guerreando. Foi assim que, em hebraico, "pelishti" ganhou conotações pouco abonadoras, que, passados 33 séculos, continuam existindo no português contemporâneo. Para "filisteu" o dicionário Houaiss traz: "aquele que é ou se mostra inculto e cujos interesses são estritamente materiais, vulgares, convencionais; que ou aquele que é desprovido de inteligência e de imaginação artística ou intelectual".

Freqüentemente, surgem bem-intencionadas patrulhas lingüísticas tentando corrigir as injustiças. Ainda não vi ninguém propondo eliminar "beócio" e "filisteu" de nosso léxico, mas acho que a sugestão não apareceu mais por desconhecimento do que por falta de disposição. Recente cartilha do governo federal queria limar termos "preconceituosos" como "anão", "aidético", "barbeiro", "beata", "comunista", "xiita", "funcionário público", "peão". Escrevi algo a respeito na coluna [Tributo à estultice](#).

Tais esforços, além de tolos, acabam muitas vezes tendo efeito muito diferente do inicialmente imaginado. É o caso da palavra "cretino". Em regiões montanhosas, como a Suíça, são pobres as fontes de iodo ambiental, o que, antes do processo de iodatação do sal de cozinha, tendia a provocar alta prevalência de hipotireoidismo congênito (ou cretinismo). Como os bons helvéticos já eram politicamente corretos "avant la lettre", recusavam-se a chamar as crianças afetadas pela síndrome pelo nome de "idiotas". No século 18, passaram a usar o mais piedoso termo "crético", que soava "crétin" no francês dialetal ali falado. Acabaram inventando, sem querer,

a palavra "cretino", hoje de alcance mundial e politicamente incorreta. Preconceitos podem até ser reforçados pela língua, mas são capazes de sobreviver muito bem sem ela.

A lição a tirar dessas historietas é que é bobagem tentar legislar sobre um fenômeno tão complexo como a linguagem. Uma analogia válida seria a de deputados tentando baixar uma lei para regular a taxa de mutação do gene p53. Não vai dar certo. Quer dizer, a reforma poderá até nos levar a escrever as palavras de um jeito (sic) diferente, mas isso em nada alterará a essência ou os processos da língua e não chegará nem perto de tomar as muitas variantes do português mais intercompreensíveis. Ao contrário, irá apenas criar o incômodo de exigir de alguns milhões de usuários que percam algum tempo para aprender as novas regras cuja arbitrariedade só não é superada pela inutilidade. Se há algo a ser eliminado, não são acentos e hifens, mas a estultícia de burocratas.



Hélio Schwartzman é articulista da **Folha**. Bacharel em filosofia, publicou "Aquila Titicans - O Segredo de Avicena - Uma Aventura no Afeganistão" em 2001. Escreve para a **Folha Online** às quintas.

- E-mail: helio@uol.com.br
- [Leia as colunas anteriores](#)
- [Leia as colunas publicadas na Folha](#)

Compartilhe

[twitter](#) [delicious](#) [Windows Live](#) [MySpace](#) [facebook](#) [Google](#) [digg](#)

[Comentar esta reportagem](#)

[Termos e condições](#)

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/foha/pensata/helioschwartzman/ult510u322182.shtml>

Links no texto:

Folha

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/f2008200701.htm>

"Tributo à estultice"

<http://www1.folha.uol.com.br/foha/pensata/ult510u194.shtml>

helio@uol.com.br

<mailto:helio@uol.com.br>

[Leia as colunas anteriores](#)



[Leia as colunas publicadas na Folha](#)

http://search.folha.com.br/search?q=%22Folha%20de%20S_Paulo%20-%20H%E9lio%20Schwartzman%22&site=jornal

<http://twitter.com/home?status=Reforma%20est%C3%BApida%20http://www.folha.com.br/ps322182%20%23folhaonline>

twitter

<http://twitter.com/home?status=Reforma%20est%C3%BApida%20http://www.folha.com.br/ps322182%20%23folhaonline>

<http://del.icio.us/login/?url=http://www.folha.com.br/ps322182&title=Reforma%20est%C3%BApida>

delicious

<http://del.icio.us/login/?url=http://www.folha.com.br/ps322182&title=Reforma%20est%C3%BApida>

<https://favorites.live.com/quickadd.aspx?marklet=1&mkt=pt-br&url=http://www.folha.com.br/ps322182&title=Reforma%20est%C3%BApida>

Windows Live

<https://favorites.live.com/quickadd.aspx?marklet=1&mkt=pt-br&url=http://www.folha.com.br/ps322182&title=Reforma%20est%C3%BApida>

<http://www.myspace.com/index.cfm?fuseaction=postto&title=Reforma%20est%C3%BApida&u=http://www.folha.com.br/ps322182>

MySpace

<http://www.myspace.com/index.cfm?fuseaction=postto&title=Reforma%20est%C3%BApida&u=http://www.folha.com.br/ps322182>

<http://www.facebook.com/share.php?u=http://www.folha.com.br/ps322182>

facebook

<http://www.facebook.com/share.php?u=http://www.folha.com.br/ps322182>

<http://www.google.com/bookmarks/mark?op=add&hi=pt&title=Reforma%20est%C3%BApida&bkmk=http://www.folha.com.br/ps322182&labels=folhaonline>

EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO

Blog oficial da Petição em Defesa da Língua Portuguesa
Contra o Acordo Ortográfico

<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa>

DOMINGO, 26 DE ABRIL DE 2009

Reforma ortográfica: mais custos que benefícios

Artigo de Thaís Nicoletti de Camargo
Jornal Folha de S. Paulo, 22/04/2009

A reforma ortográfica apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância de critérios.

MUITO JÁ se falou sobre o Novo Acordo Ortográfico. A frouxidão de argumentos que embasaram a sua implantação, como a suposta necessidade de unificar a grafia da língua portuguesa nos países em que é o idioma oficial, em favor do estímulo ao intercâmbio cultural entre as nações lusófonas e da simplificação de documentos oficiais, já foi suficientemente denunciada.

É certo que o intercâmbio cultural entre os países da chamada "lusofonia" é algo positivo, mas o que pode fomentá-lo são antes políticas de incentivo que a supressão de hifens ou de acentos, cujo resultado prático é apenas anular diferenças sutis que nunca impediram a compreensão dos textos escritos do lado de cá ou do lado de lá do Atlântico.

Se o uso do vocabulário e das estruturas sintáticas, os diferentes significados que alguns termos assumem em cada país, o leque de referências culturais que dão à língua sua feição local, para não falar na concorrência de outros idiomas (no caso das nações africanas e do Timor Leste), são obstáculos relativamente pequenos ao intercâmbio cultural, que dizer de pormenores como hifens e acentos?

A ideia de unificação, que produziu um discurso politicamente positivo em torno do assunto, além de não ter utilidade prática, gera vultoso gasto de energia e de recursos, que bem poderiam ser empregados no estímulo à educação e à cultura.

Não bastasse a inconsequência do projeto em si, o texto que o tornou oficial é tão lacunar e ambíguo que desafiou os estudiosos do idioma tanto no Brasil como em Portugal, fato que levou à produção de dicionários com grandes discrepâncias entre si.

Faltava uma obra de referência, que estabelecesse a grafia das palavras, regularizando os pontos obscuros do texto oficial. Esperava-se que essa obra fosse concebida em conjunto pelos países signatários do Acordo, como fruto de um debate no âmbito do propalado projeto de unificação.

No lugar disso, a ABL (Academia Brasileira de Letras) tomou a dianteira do empreendimento e confeccionou o "Volp" ("Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa"). Em lugar da solução dos pontos ambíguos do texto, o que se viu foi um misto de inobservância de princípios claramente propostos no documento oficial com hesitação entre o novo e o antigo, redundando, em muitos dos casos, em escolhas aparentemente aleatórias.

Se a ABL entendeu que poderia suprimir o hífen de formas como "co-herdar" e "co-herdeiro", em desacordo com o texto oficial, talvez em nome da simplificação, por que esse princípio não presidiu as demais escolhas?



ENQUANTO HÁ LÍNGUA, HÁ ESPERANÇA
Assine a [Petição](#)

CONTACTO
[Correio Electrónico](#)

FEED RSS



[Subscrever](#)

AUTORES

Helena Buescu
Maria Alzira Seixo
João Roque Dias
Ricardo Miguéis
Vasco Graça Moura
José Nunes (administração do blogue / Manifesto)

DOCUMENTOS

Texto do Acordo Ortográfico de 1990 (inclui a Nota Explicativa)
Parecer de Ivo Castro e Inês Duarte (1987) [excerto]
Parecer de Óscar Lopes (1987)
Parecer do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras-UL (1987)
Parecer da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (1991)
Parecer da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (1989)
Parecer da Associação Portuguesa de Linguística (2005)
Parecer de João Andrade Peres (2008)
Parecer de António Emiliano - Excertos (2008)
Parecer da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (2008)
Síntese de medidas rectificativas necessárias (2008)
Documentos entregues ao Presidente da República (2008)
Requerimento à Comissão Parlamentar de Ética, Educação e Sociedade da A.R. (2008)
Relatório Final da Comissão Parlamentar de Ética, Educação e Sociedade da A.R. - Abril 2009

Para ficar num exemplo gritante, por que transformar o verbo "sotopor" em "soto-pôr"? Está no texto oficial, mas isso não parece ser razão suficiente para a ABL. Pior que desmontar uma aglutinação, acrescentando-a de hífen e acento diferencial, talvez seja o fato de que as formas conjugadas do verbo não seguem a grafia do infinitivo (o "Volp" registra "sotoposto").

Ainda pior que isso é a hesitação: criaram-se grafias duplas ("sub-humano" e "subumano"; "ab-rupto" e "abrupto" e até "prerrequisito" e "pré-requisito", entre muitas outras) sem um critério seguro que as afiançasse. A interpretação do sexto artigo da Base XV do Acordo transformou substantivos compostos em locuções por obra da supressão sistemática dos hifens. As exceções, agrupadas sob a rubrica "consagradas pelo uso", são apenas sete no documento oficial, o que, por si só, já dá a medida do absurdo. O conceito é por demais vago, tanto que não garantiu a manutenção pura e simples da grafia "abrupto", esta sim consagrada pelo uso.

A supressão do hífen que separava a forma prefixal "não-" de substantivos e adjetivos não é um recurso facilitador. Diante dos substantivos, não havia dúvida quanto ao seu emprego ("não-índio", "não-agressão" etc.). A distinção entre "dia a dia" (locução adverbial) e "dia-a-dia" (substantivo composto) era útil, afinal, o sistema de distinções favorece a compreensão da gramática da língua.

Melhor trabalho teria sido a regularização do hífen com "bem" e "mal", nem sempre percebidos como prefixos. Louvável ainda teria sido o registro dos principais estrangeirismos em uso na língua, respeitando grafias consagradas em seu idioma de origem, dado que hoje não há tendência ao aporuguesamento.

Sem um objetivo claro e com severas implicações financeiras, a reforma ortográfica apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância nos critérios de regularização. Fica a incômoda impressão de que os custos serão bem maiores que os supostos benefícios.

THAÍS NICOLETI DE CAMARGO, professora de português formada pela USP, é consultora de língua portuguesa do Grupo Folha-UOL. É autora dos livros "Redação Linha a Linha" (Publifolha) e "Uso da Vírgula" (Manole).

--//--

A **Petição Contra o Acordo Ortográfico** continua aberta e disponível para assinatura.

Em 26 de Abril de 2009 contabiliza 110.758 assinaturas.

Assine-a em www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa.

POSTED BY MANIFESTO ÀS 22:11 

LABELS: BRASIL, CUSTOS E BENEFÍCIOS, FOLHA DE S. PAULO, GRAFIA DUPLA, HÍFEN, THAÍS NICOLETTI DE CAMARGO

1 COMMENTS:

Teebo disse...

Apesar do texto estar escrito em Português do Brasil, entende-se perfeitamente.

Tal como um texto americano lido por um inglês.

Portanto, e mais uma vez, ponham o Acordo Ortográfico no lixo.

26 DE ABRIL DE 2009 23:44

ARQUIVO DO BLOG

▼ 2009 (10)

► Maio (1)

▼ Abril (4)

Relatório Final da Comissão Parlamentar de Ética, ...

Vasco Graça Moura · O triunfo da petição

Reforma ortográfica: mais custos que benefícios

Acordo Ortográfico: Comissão parlamentar aconselha...

► Março (2)

► Fevereiro (3)

► 2008 (37)

LIGAÇÕES

Ciberdúvidas, Controvérsias

João Roque Dias, Acordo Ortográfico? Para Quê? — A Minha Opinião

Cláudio Moreno, O pesadelo de Cassandra, Zero Hora, O Prazer das Palavras (21/6/2008)

Desidério Murcho, Fatos ortográficos, Blog 'Dererum natura' (17/6/2008)

José Nunes, Dedo 110 - Contra o Acordo Ortográfico, Blog 'Os Dedos' (9/6/2008)

Pedro Sette Câmara, Ainda, ainda o acordo ortográfico, Blog 'Os Atlânticos' (9/6/2008)

Um Certo Olhar (Antena 2), 'Os caminhos do PSD e da esquerda, a petição contra o Acordo Ortográfico, a atenção dada à Selecção pelos media' [Audio WMA] [Audio Real] (8/6/2008)

Ciberdúvidas, SOS dos professores de Português na Venezuela (7/6/2008)

Isabel Pires de Lima, "Em favor da revisão do Acordo Ortográfico: três ordens de razões culturais" Diário de Notícias (2/6/2008)

Revista Autor, "Editorial - Junho 2008" (1/6/2008)

Antônio Emiliano, "Acordo ortográfico terá consequências desastrosas" Metro (13/5/2008)

Embaixada de Portugal no Brasil, GMail em português de Portugal, Blog da Embaixada (29/4/2008)

Programa Prós e Contras da RTP 1 de 14/4/2008— vídeo, 1.ª parte — 2.ª parte — 3.ª parte

Antônio Blanco, Para Além do Acordo Ortográfico (6/4/2008)

Pedro de Moraes Garcez, The Debatable 1990 Luso-Brazilian Orthographic Accord (10/1/06)

Wikipédia Acordo Ortográfico de 1990

Revista Autor - Especial sobre o Acordo Ortográfico

Paulo Guinote, Como ensinar o Acordo Ortográfico às crianças?, Revista Autor, 1/7/2008

Antônio Emiliano, Perguntas sobre o Acordo Ortográfico... assim como quem não quer a coisa, Revista Autor, 1/7/2008

A.O. VISTO LÁ FORA

Associação Brasileira de Editores e Livreiros, "Nova ortografia atrapalha negócios das editoras" (12/6/2008)

Gulf Stream Blues, "Brazilian devours its mother tongue" (3/6/2008)

Times Online, "Google takes on Portuguese and wins" (21/5/2008)

Oz Traveller, "Portuguese now more Brazilian and less... Portuguese" (20/5/2008)

Chicago Tribune, "Portugal adopts Brazilian spellings" (18/5/2008)

Corriere della Sera, "In Portogallo si parlerà «brasiliano»" (18/5/2008)

Tampabay.com / St Petersburg Times, "Global Bizarre: Brazil prompts Portugal to update Portuguese" (17/5/2008)

PressTV (Iran), "Portugal approves language changes" (17/5/2008)

The Canadian Press, "Legislators in Portugal approve deal to standardize Portuguese spellings" (16/5/2008)

AZCentral.com, "It's official: Portuguese spellings

Acordo NÃO, obrigado!

(intervenção na sessão conjunta do lançamento do livro *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre*, Lisboa, Alêtheia, de Vasco Graça Moura e do opúsculo *Foi você que pediu um acordo ortográfico?*, Lisboa, Guimarães Editores, de António Emiliano com prefácio de Vasco Graça Moura, no Grémio Literário, em 13 de Maio de 2008, na presença e com intervenção dos respectivos Editores, Sr.^a Dr.^a Zita Seabra e Sr. Dr. Paulo Teixeira Pinto)

António Emiliano
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Abro a minha intervenção nesta sessão de luta anti-acordortográfica com duas citações que sintetizam os principais problemas com que nos defrontamos:

O filho dum amigo meu percebeu logo as vantagens do novo acordo da língua portuguesa. Riu-se e decretou:

— O acordo é bestial. Vai deixar de haver erros. Eu sou a favor do acordo!

Foi a mais rápida e prática opinião acerca do novo acordo que tanta polémica tem gerado, ainda que quase nenhum debate sério, no âmbito dos ministérios da cultura e da educação, tenha tido lugar para avaliar da justeza e interesse deste acordo para Portugal.

(Joaquim Letria, “O fim dos erros”, in revista *Mais Alentejo*, Maio de 2008)

Há acordos assináveis, sem grandes problemas e há outros que são de não assinar. O acordo recentemente assinado

tem pontos que merecem séria contestação e é, frequentemente, ..., uma simples consagração de desacordos.

(Parecer da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário em 1991 sobre o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*).

* * *

O Ministro da Cultura [J. Pinto Ribeiro] afirmou em 25 de Março [de 2008] no colóquio 'Português, língua global', no âmbito da visita oficial a Moçambique do Presidente da República, que não existe «nenhum obstáculo nem nenhuma razão política» que impeça a ratificação do acordo ortográfico pelos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Mais disse que «não há nenhum obstáculo nem nenhuma razão política que leve à não ratificação. Há apenas razões administrativas».

Pode, de facto, haver razões políticas e administrativas de peso a considerar a propósito desta questão, mas há certamente razões que devem pesar mais, as quais relevam de um plano mais elevado do que qualquer conjuntura política e administrativa.

É por isso, afinal, que aqui estamos hoje.

Estamos aqui porque:

A ortografia é um fenómeno da cultura, e portanto, um fenómeno espiritual. O Estado nada tem com o espírito.

como escreveu Fernando Pessoa,

e porque:

Nenhum órgão de soberania tem poderes para instituir sobre a língua portuguesa. A língua é um legado de séculos, uma obra de Cultura. Digo um rotundo não ao acordo ortográfico.

como declarou Vitorino Magalhães Godinho, co-autor e signatário do MANIFESTO EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO, que desde 2 de Maio [de 2008] recolheu mais de 28 000 assinaturas, em entrevista ao Expresso de 10 de Maio [de 2008].

* * *

A inconsistência de aplicação de critérios que se encontra a cada passo nas Bases do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)* —Anexo I do Acordo— e na *Nota Explicativa do Acordo Ortográfico* —anexo II do Acordo—, bem como os erros de redacção e os erros científicos (e até gralhas) mostram descuido, falta de rigor técnico-científico. Incompetência. Ignorância. Ligeireza. FALTA DE RESPEITO.

Com a Nota Explicativa, único documento oficial de carácter técnico que sustenta as Bases do Acordo Ortográfico, os decisores políticos não têm e não tiveram acesso a dados fiáveis e fidedignos: as percentagens da Nota Explicativa que supostamente reflectem uma “avaliação estatística” das palavras afectadas são PURA MISTIFICAÇÃO, MANIPULAÇÃO GROSSEIRA DOS DADOS.

Em certas Bases do Acordo invoca-se a “consagração pelo uso”, sem se explicar como se determinou cientificamente a “consagração” e o “uso” da solução escolhida em detrimento de outras soluções possíveis.

A mentalidade acordista plasmada sobretudo na Nota Explicativa revela INSENSIBILIDADE relativamente ao nosso património cultural, à nossa identidade, à qualidade do ensino do português nas escolas, insensibilidade face ao interesse nacional.

Neste quadro, é nosso dever —no exercício de uma cidadania plena e informada— exigir a não aplicação do Acordo Ortográfico, exigir a sua suspensão e supressão, exigir o reconhecimento de que foi tomada, não apenas uma decisão mal fundamentada e mal sustentada, mas uma decisão péssima. Exigir explicações.

* * *

O n.º 2 do Artigo 48.º da Constituição diz:

Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

Que assunto mais público pode haver que a língua portuguesa?

Que esclarecimentos objectivos foram dados aos cidadãos sobre o acto de ratificação do Acordo Ortográfico?

Apelar à desobediência civil e à objecção de consciência no que concerne o uso da nova ortografia (que é tudo menos ORTO-gráfica) e exigir a extinção deste Monstro são imperativos nacionais e culturais. São o exercício de um direito de acção popular consagrado no Art.º 58.º da Constituição. Esse artigo prevê o direito de se requerer a cessação e perseguição judicial de infracções contra a preservação do património cultural, bem como o direito de os lesados requererem indemnização.

Ora, como se poderá indemnizar a nossa comunidade, nomeadamente os nossos estudantes e seus encarregados de educação, pelos efeitos devastadores do desastre que é o Acordo Ortográfico?

Como calcular os prejuízos decorrentes da morte da ortografia, do fim do erro, da insegurança ortográfica que inevitavelmente assolará gerações de crianças e jovens em idade escolar? Do abalo no já abalado sistema educativo? Da obsolescência súbita de muitos milhões de documentos públicos e privados e de toda a sorte de publicações?

E, no entanto, num momento em que na politicosfera se fala do valor económico da língua, é forçoso exigir que se calcule o valor do prejuízo decorrente deste atentado de lesa cultura e de lesa língua. É, obviamente, um valor que não se pode calcular em Euros, mas é um dever cívico reclamar a reparação devida de quem acha que tudo se resume a razões políticas, administrativas e financeiras.

* * *

As facultatividades gráficas —é um contra-senso falar em facultatividades ortográficas— representam nada menos que a **DESTRUIÇÃO DA**

ORTOGRAFIA, a abolição do conceito de NORMA em Portugal, o que implica uma regressão de cerca de 300 anos.

Desafio o Ministério da Educação a explicar aos encarregados de educação, aos professores e aos formadores de professores como se vai fazer o ensino da ortografia nas escolas.

Como serão os manuais e dicionários escolares — qual o seu teor? Como será feita a formação de professores?

Como se ensina e como se aprende uma ortografia antiortográfica, quando os próprios acordistas em declarações e publicações mostram desconhecer os critérios da nova grafia? Cada professor ensina as grafias facultativas que preferir? Cada aluno usa as grafias de que gostar mais? E como distinguirão os alunos o facultativo do normativo? Não será a aquisição desta distinção um esforço suplementar de aprendizagem, esforço que aliás se me afigura como titânico?

E o que é que vai acontecer às bibliotecas escolares e municipais? O que acontece aos livros?

É nosso dever exigir do Governo a apresentação da AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA do Acordo Ortográfico em Portugal, bem como os estudos de viabilidade económica, técnica e cultural do Acordo Ortográfico. Onde está essa avaliação e onde estão esses estudos? Não existem, não foram feitos, ninguém achou necessário fazê-los. É um escândalo!

Se tais avaliações e estudos são requisito indispensável para a construção de qualquer aeroporto, ponte, túnel, barragem ou estrada, como é possível que a língua portuguesa seja tratada de forma menos cuidada do que qualquer projecto de betão ou alcatrão?

* * *

Se foi você que pediu um Acordo Ortográfico, ou seja, se você faz parte da meia dúzia de académicos, intelectuais e políticos ignaros que acham que o país precisa deste Monstro, então encontrará nas páginas deste opúsculo alguma

matéria de reflexão, exposta de forma concisa e consistente, que lhe permitirá reconsiderar a sua posição.

Se você não pediu, não quer e não precisa de um Acordo Ortográfico, estas páginas poderão ajudá-lo a consolidar a sua posição, dotando-o de alguns argumentos razoados para debater e contraditar a posição acordista.

Se você não pediu um Acordo Ortográfico, não seja cúmplice. Exija explicações, exerça os seus direitos de cidadão livre de um país democrático. Assine, por exemplo, a petição **MANIFESTO EM DEFESA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO**.

A consolidação das nossas fronteiras políticas levou cerca de 100 anos ou quatro gerações (do Fundador a El-Rei Dom Afonso III, seu bisneto), mas o desenvolvimento e a consolidação de uma ortografia entre nós levou cerca de 700 anos (ou seja, mais de vinte gerações) desde o início do século XIII até finais do século XIX e inícios do século XX. A presente reforma ortográfica, com as suas facultatividades, abstrusidades e barbaridades significa nem mais nem menos do que a morte do conceito de ortografia em Portugal, o fim de uma norma gráfica estável, a abolição de noções claras de correcção. A mentalidade acordista de 1990 não representa, não pode representar, o futuro nem o progresso de Portugal.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é, objectivamente, um atentado contra o nosso património, o nosso povo e o nosso desenvolvimento.

Acordo NÃO, obrigado.

Não pedimos, não queremos, e, sobretudo, não precisamos.

Se você não pediu um Acordo Ortográfico, não seja cúmplice com o seu silêncio. Diga NÃO. Assine a petição.

FUGAS | IPSILON | GUIA DO LAZER | CINECARTAZ | INIMIGO PÚBLICO |

SIGA-NOS

Pesquisa

ok



"Salvator Mundi"
Novo quadro
atribuído a
Leonardo da Vinci
exposto em Londres



Fugas
Moçambique, no
paraíso de Vasco
da Gama



**Na capital do
teatro**
Tiago Bartolomeu
Costa acompanha
Festival de Avignon



JORNAL DO DIA | VÍDEOS | MULTIMÉDIA | INFOGRAFIAS | BLOGUES | DOSSIERS |

| LOJA | ASSINATURAS | CONTACTOS | CLASSIFICADOS | INICIATIVAS | METEO

MUNDO POLÍTICA ECONOMIA DESPORTO SOCIEDADE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS ECOSFERA CULTURA LOCAL MEDIA TECNOLOGIA MAIS

Guia do Lazer | Cinecartaz | Ipsilon |

Escritor lança "No Teu Deserto" no país

Miguel Sousa Tavares: Acordo Ortográfico é "acto colonial" do Brasil

21.09.2009 - 12:55 Por Lusa

Votar | 6 votos ★★★★★

1 de 2 notícias em Cultura seguinte »

O Acordo Ortográfico é um acto colonial do Brasil sobre Portugal com regras que não são recíprocas, afirmou à Lusa o escritor e jornalista português Miguel Sousa Tavares, que se encontra no Brasil para lançar seu "quase-romance" "No Teu Deserto".



O escritor duvida que os países africanos de língua portuguesa cumpram o acordo. (Miguel Madeira (arquivo))

0
Tweet
1
Share

ESTATÍSTICAS

6124 leitores
61 comentários

SIGA-NOS



Twitter Facebook RSS

FUNCIONALIDADES

Diminuir	Aumentar
Comentar	Imprimir
Enviar	Configurar
Feedback	Partilhar

URL DESTA NOTÍCIA

http://publico.pt/1401621

COMENTÁRIO + VOTADO

ACORDO ORTOGRÁFICO

O Miguel parece que vai deixar de escrever. A língua não é propriedade de ninguém em ...

Anónimo
18.12.2009 20:59

"O Brasil é o único país que recebeu a língua de fora e que impõe uma revisão da língua ao país matriz, como se os Estados Unidos impusessem um acordo ortográfico à Inglaterra", afirmou Sousa Tavares, criticando o facto de não ter havido uma consulta aos profissionais que trabalham com a língua, como os escritores, jornalistas e professores. "Ninguém foi ouvido, o acordo foi imposto tanto no Brasil como em Portugal", critica.

O escritor lembrou que um acordo exige reciprocidade, para afirmar em tom crítico que a reforma da ortografia foi "cozinhada entre académicos que queriam se reunir e viajar". "Não encontro escritores brasileiros que defendam o acordo", aponta.

O escritor e jornalista disse que não pretende mudar a sua forma de escrever e adverte que o Acordo Ortográfico vai "condensar e expurgar" muitos dos detalhes da diversidade linguística.

Sousa Tavares duvida que os países africanos de Língua Portuguesa cumpram o acordo. "Vão começar a rejeitar o Português se nós os obrigarmos a seguir estritamente uma gramática que não lhes faz sentido nem ao ouvido, nem na escrita".

"Acho um projecto idiota, e pode ser prejudicial em muitos países. Querem unificar o português em todo o mundo falante de língua portuguesa. Não vai ser em Portugal nem no Brasil porque temos 500 anos de trabalho e a nossa língua efectiva, mas em Angola apenas dez por cento fala bem português, o resto não fala", argumenta.

Miguel Sousa Tavares é também muito crítico sobre o conceito de lusofonia e a actuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). "Gastam imenso dinheiro aos contribuintes de Portugal e do Brasil e não é por aí que a lusofonia vai funcionar. Nós nunca faremos uma 'commonwealth' nas relações económicas. Na hora da verdade, o Brasil vai entrar em disputa com Portugal".

Para Sousa Tavares, a única forma de construir laços na lusofonia é a aproximação a partir de afinidades entre os povos, o que vai passar pela língua.

"Finalmente o que funcionará é a língua. A lusofonia passa muito pelas relações humanas que são mais importantes, elas é que vão determinar", referiu ao destacar que hoje há "muita concorrência do que cooperação" no mundo lusófono.

O jornalista, autor de "Equador", um dos maiores sucessos de vendas da literatura portuguesa dos últimos anos, está no Brasil para apresentar seu novo romance e participar na Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro.



**Adesões online apenas
para novos Clientes**
Até 31 de Agosto de 2011

GPS
GARMIN

Peça Já »



Grátis ao efectuar compras de valor igual ou superior a €200 com o seu cartão Barclaycard no prazo de 2 meses desde a data de aprovação.

+ Lidas + Comentadas + Partilhadas Últimas

1. Taxa de 3,5 por cento dará o dobro da receita anunciada com imposto extra
2. Governo diz que 50% dos visados pelo novo imposto pagam menos de 150 euros
3. Resultados dos exames do 9º ano são os piores dos últimos anos
4. Média negativa a Português foi o pior resultado em 14 anos de exames
5. Jardim só aplicou 29,5% das verbas recebidas na reconstrução Madeira
6. Estudo Acompanhado e Área de Projecto terminam já no próximo ano lectivo
7. Nove licenciados e uma missão: inventar futuro para Querença
8. Governo aprova sobretaxa de IRS
9. Criança foi esquecida em autocarro do colégio
10. Agente da PSP multado por cortar mal a relva

Exclusivo Assinantes

Mais em Cultura (2 de 2 artigos)



**The Killers lançam o primeiro
DVD ao vivo**

- [Início](#)
- [Subscrever](#)

[A Minha Agenda](#)

23 de Janeiro de 2010 – O (des)acordo ortográfico, segundo Vasco Graça Moura

23 de Janeiro de 2010



Não sei porquê, mas soube bem acordar e ouvir as críticas ferocíssimas de Vasco Graça Moura ao (des)acordo ortográfico. A intervenção do escritor sobre o assunto não foi muito longa, mas pareceu-me repleta de substância, e não resisti a transcrever o que disse. Quem se preocupa verdadeiramente com a nossa língua, com a nossa identidade, com o porquê de as nossas palavras serem assim, e não deverem ser mudadas por decreto e por provincianismo ou falsa ideia de internacionalidade, talvez deva estar atento ao que diz Vasco Graça Moura. E quem não pensa nada sobre o assunto, se calhar também.

«Devo dizer que considero o acordo ortográfico um chorriho de asneiras, absolutamente incompatível com a dignidade da língua portuguesa e da identidade do nosso país, não por qualquer espécie de nacionalismo exacerbado, mas porque o acordo é completamente desajustado à maneira como nós falamos a nossa própria língua, e quando digo nós não digo apenas os portugueses de Portugal, digo os que falam português em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em São Tomé e até em Timor. O acordo vem desfigurar a maneira de pronunciar, e instaurar a mais perigosa confusão para a ortografia. É mesmo o contrário da ortografia. Este combate nem é inglório nem é em vão. Porque o acordo não pode entrar em vigor. Basta dizer o seguinte. O acordo é internacional. Para um acordo internacional entrar em vigor é necessário que seja ratificado por todos os países que o subscrevem. Não aconteceu ainda. É completamente inválido o protocolo modificativo, que prevê que apenas três países subscrevam e ratifiquem, para depois se aplicar aos restantes. Não estando o acordo em vigor no plano internacional, também não pode estar no plano nacional. Primeira questão. Segunda questão, mesmo que estivesse, um pressuposto da aplicação do acordo é a existência de um vocabulário ortográfico comum, o que quer dizer dos sete países que subscreveram o acordo. Não existe. Sem esse vocabulário ortográfico, não pode ser aplicado».

«Se amanhã a facultatividade for a regra, quer dizer que você pode escrever uma palavra com ‘p’ mudo ou ‘c’ mudo e eu posso escrevê-la sem eles, e valem as duas formas. Desapareceu a ortografia, a maneira correcta de escrever, para ficar tudo ‘à vontade do freguês’. Considero perigoso, porque o acordo tem critérios divergentes e imprecisos, e portanto impede que haja formulações padrão, que permitam escrever tudo da mesma maneira. O Professor António Emiliano demonstrou que há palavras que, com o acordo, se podem escrever de quatro a trinta e duas maneiras diferentes. Então onde está a unidade ortográfica? Quer-se evitar um divórcio entre a grafia brasileira e a grafia portuguesa, e vai-se instaurar, muito pior que um divórcio, o caos total na maneira de escrever a nossa língua? E acha natural que se suponha que eu tenha que saber como se pronuncia a minha língua no Brasil, por exemplo, para saber como a hei-de escrever? Porque tem de se saber onde é que se pronuncia o ‘p’ e o ‘c’, nas várias formas ditas cultas de português (também ninguém sabe o que é uma forma culta, no sentido em que o acordo fala), tenho de saber como se fala a minha língua num país estrangeiro para poder escrever a minha própria língua?»

«As vogais, no Brasil, são abertas, e em Portugal tendem para o emudecimento. Por isso, quando estão lá um ‘p’ ou um ‘c’ ditos mudos (impropriamente chamadas consoantes mudas), estão lá porque têm uma função, que é a de abrir a vogal que as antecede. Isto é absolutamente fundamental. Se há irresponsáveis políticos (de que eu exceptuo, neste momento, a Ministra da Educação, que, apesar de tudo, tem tido o cuidado de protelar [a aplicação]) que não prestam atenção a isto, nem sequer deviam ter cargos políticos. Isto é um crime contra a língua portuguesa, e sendo um crime contra a língua portuguesa é um crime contra a identidade nacional».

(Vasco Graça Moura, em entrevista ao «Bom dia, Portugal», da RTP)

 8 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

{ 1 [trackback](#) }

[Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa « SER EMPREENDEDOR](#)

1 de Fevereiro de 2010 às 22:14

{ 0 comentários... [escreve um](#) }

Comente

	Nome*
	E-mail*
	Website

☐ Subscrever por email

Anterior: [22 de Janeiro de 2010 – «A senhora sabe que eu sei que a senhora sabe que eu sei». Ou não?](#)

Seguinte: [24 de Janeiro de 2010 – O corpo e os membros](#)

• Pessoal e Transmissível

Plagiando o nome do programa de entrevistas de Carlos Vaz Marques na TSF, este blog tem tanto de absolutamente pessoal como de absolutamente transmissível. O título surgiu da lembrança de um anúncio televisivo a uma agenda - «A Minha Agenda» - que, na altura, toda a gente queria ter. O conteúdo surge de retalhos de informação, de observações, de restos de material da minha agenda, que fizeram (ou não) notícias. Neste caso, material que não foi directamente notícia, mas que talvez pudesse ter sido. De um ponto de vista totalmente pessoal, mas totalmente transmissível. Bem-vindo.

• Artigos recentes

- [11 de Julho de 2011 – Lotaria para reduzir carros mal estacionados](#)